MEMÓRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Aumentada e atualizada por Deusdedit Leitão

Edição comemorativa do sesquicentenário da instalação da Assembléia Legislativa

CELSO MARIZ

MEMÓRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Aumentada e atualizada por Deusdedit Leitão

Edição comemorativa
do sesquicentenário da instalação
da Assembléia Legislativa

João Pessoa-PB
1987

Notas sobre o Autor

Celso Mariz nasceu no sítio Escadinha, município de Sousa, a 17 de dezembro de 1885. Filho do Bacharel Manuel Maria Marques Mariz e de Adelina de Aragão Mariz. Com a morte do pai, a 16 de março de 1888, passou a residir com o seu padrinho Dr. Félix Joaquim Daltro Cavalcanti, que exercia o cargo de Juiz Municipal de Piancó. Viveu os seus primeiros anos em Catingueira (Piancó) e Taperoá, para onde se transferira o Dr. Félix Daltro, em 1890, nomeado para essa localidade como Juiz de Direito. Após freqüentar a escola do Professor Minervino Cavalcanti, em Taperoá, foi matriculado como aluno ouvinte do Seminário Diocesano da Paraíba, por intercessão do seu padrinho de crisma D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques. Na capital iniciou suas atividades na imprensa integrando o corpo redacional do jornal "O Comércio", de Artur Aquiles, e colaborando na "A União".

Fascinado pela Hiléia Amazônica, como muitos dos seus conterrâneos, viajou para Belém do Pará, onde residia o seu irmão Romeu Mariz, jornalista e poeta, que já ia se firmando nos meios literários daquela cidade. Dalí se transferiu para Manaus, onde permaneceu por algum tempo, retornando à Paraíba, em 1907. Com a fundação de "O Norte", no ano seguinte, integrou a equipe de jornalistas que fazia aquele matutino, sob a direção dos irmãos Orris e Oscar Soares. Como gerente daquele jornal percorreu alguns municípios do Estado, fixando-se naquele mesmo ano em Catolé do Rocha para onde fora nomeado como professor público. Naquela localidade contraiu matrimônio com Santina Henriques de Sá.

Nomeado para o cargo de Inspetor Regional do Ensino teve oportunidade de percorrer todas as escolas públicas do sertão, valendo-se dessas viagens para colher os elementos que possibilitaram a preparação e publicação do seu primeiro livro, editado em 1910, a que deu o título de "Através do Sertão". Retornou, em seguida a Taperoá, onde iniciou suas atividades políticas elegendo-se Conselheiro Municipal, sob a orientação do seu padrinho e pai adotivo que exercia considerável influência naquela vila como chefe político e Prefeito Municipal.

Em 1914 voltou a residir na capital do Estado em virtude da sua nomeação como Diretor da Secretaria da Assembléia Legislativa, cargo que exerceu até 1930, quando ocorreu a dissolução do poder legislativo. Por esse tempo Cel-

so Mariz exerceu destacada participação na política estadual, quer como jornalista ou parlamentar. Em 1915 fundou o jornal "A Notícia", que representava o pensamento dos "jovens turcos", grupo que pretendia se firmar como vanguarda do epitacismo. Foi Deputado Estadual durante a legislatura de 1924 a 1928 e, com a posse do Presidente João Pessoa, foi nomeado para a Diretoria do jornal "A União", que exerceu por pouco tempo, retornando ao seu cargo na Assembléia Legislativa.

Após a Revolução de 1930 foi nomeado para a Inspetoria Federal junto ao Liceu Paraibano. Durante a administração do Governador Argemiro de Figueirêdo exerceu os cargos de Secretário do Governo, Secretário de Agricultura, Comércio, Viação e Obras Públicas e Diretor do Departamento de Educação. Em 1950, a convite do Governador José Targino, voltou a exercer o cargo de Secretário do Governo Estadual, em que encerrou suas atividades como homem público. Foi Presidente do Instituto Histórico, um dos fundadores da Academia Paraibana de Letras e integrou o Conselho Estadual de Cultura. Faleceu em João Pessoa, a 3 de novembro de 1982.

A ASSEMBLÉIA E SUA HISTÓRIA

A evocação dos caminhos pretéritos da Assembléia Legislativa e de seus artífices, consubstanciada em livro, é uma medida que se impunha, de há muito.

Quando da passagem do Sesquicentenário da implantação da Assembléia Legislativa da Paraíba a 7 de Abril de 1835, comemorada festivamente, o Presidente Evaldo Gonçalves aventou a idéia de se escrever a História do Legislativo paraibano, e para tanto poderia ser aproveitado, em parte, o que se continha no livro **Memória da Assembléia Legislativa**, de autoria do consagrado escritor conterrâneo, Celso Mariz, ex-companheiro de lides parlamentares.

Para a consecução dessa tarefa a pessoa indicada seria o escritor e pesquisador emérito, Desdedit Leitão. Aceito o convite para esse mister, foram-lhe franqueados os nossos arquivos, para que pudesse encetar sua tarefa, por todos desejada.

Concluído o trabalho, e encaminhado à gráfica de **A União**, sabemos que o mesmo está em fase final de paginação e revisão.

E assim, na qualidade de sucessor de Evaldo Gonçalves na Chefia do Legislativo Estadual, cumpre-nos dizer de nosso reconhecimento àquele ilustre paraibano, hoje honrosamente eleito Deputado Federal, pela oportunidade que deu à Paraíba de conhecer a História de nossa Assembléia em páginas onde estarão assinaladas as atividades de nossos parlamentares ao longo de cento e cinqüenta anos de existência.

Dizia o grande Cicero que "uma casa sem livros é um corpo sem alma".

Aqui temos, pois, o livro de nossa História. A História dos feitos

dos que, representando o povo paraibano, deixaram o marco de sua passagem, desde 1835 até os dias atuais.

João Pessoa, 10 de março de 1987

José Fernandes de Lima
Presidente

RESGATE DE UMA DÍVIDA

Nos doze anos em que exerci o mandado de Deputado Estadual, junto à Casa de Epitácio Pessoa, fui distingüido pela confiança dos meus ilustres pares, elegendo-me duas vezes Presidente do Poder Legislativo Estadual.

Essa distinção sempre, como é natural, me transmitiu uma carga enorme de responsabilidade e preocupações. E sendo, como é, uma Casa Política, por excelência, a Assembléia Legislativa há de ser governada ecleticamente, com as suas ações administrativas compatibilizando as mais diferentes tendências e satisfazendo as variáveis mais difíceis e exigentes.

Significa dizer: ninguém exerce, em toda a sua plenitude, as virtualidades dos cargos administrativos para que foi eleito. O direito de administrar é limitado por prerrogativas iguais inerentes aos que recebem a ação administrativa.

Consciente dessas naturais limitações é que persegui dois objetivos administrativos, nos períodos em que fui Presidente da Assembléia:

a) construção do Anexo, com Gabinetes privativos para todos os senhores Deputados;

b) atualização dos registros históricos do Poder Legislativo Estadual.

Na primeira gestão, nada consegui em termos da concretização dos objetivos colimados.

No último período administrativo, voltei a insistir na idéia: teria que construir o "Anexo" e atualizar a Memória da Assembléia, partindo da obra do Escritor Celso Mariz, grande patrimônio intelectual da Paraíba, e que nos deixou uma obra "Memória da Assembléia Legislativa", com registros até 1945.

Para a consecução do primeiro objetivo, — a construção do Anexo — contei com a colaboração do Governador Wilson Braga, que determinou a licitação da obra, a qual se encontra inconclusa, somente com parte de sua estrutura acabada. Levou-se muito tempo para a desapropriação da área e o início das obras civis. Há de ser terminada com mais noventa dias de trabalho, o que acarretará o desafogo na acomodação física dos Senhores Deputados. Todo início de Legislatura é um atropelo. Isto vai desaparecer.

Quanto à Memória da Assembléia, acredito que tive melhor sorte. Por sugestões do Deputado José Fernandes de Lima, atual Presidente do Poder Legislativo da Paraíba, convidei o Historiador Deusdedit Leitão, da Academia Paraibana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, para a tarefa da tão desejada atualização dos nossos registros Legislativos.

O resultado está aqui. A Paraíba não mais se envergonhará desse hiato histórico. A Memória do Poder Legislativo da Paraíba está atualizada. Tenho certeza de que o atual Presidente da Casa de Epitácio Pessoa, Deputado José Fernandes de Lima, historiador que é, e homem de letras consagrado, não permitirá mais que se invalide este resgate histórico, com sua permanente atualização. Seus sucessores, igualmente, deverão ter a mesma preocupação.

De minha parte, sinto-me reconfortado por ter contribuído de alguma forma, para a publicação desta obra, lucidamente atualizada pela privilegiada inteligência do Historiador Deusdedit Leitão, a quem muito deve a Paraíba, em termos de pesquisas e trabalhos históricos.

Meu contentamento é maior porque, também estamos todos resgatando, com esta obra, uma dívida, não só com a História da Paraíba, mas, ao mesmo tempo, com a inteligência paraibana, representada tão autenticamente pelo Escritor Celso Mariz, um dos maiores valores das letras e da historiografia paraibanas.

João Pessoa, fevereiro de 1987

EVALDO GONÇALVES DE QUEIROZ

ca do século de existência daquele corpo legislativo. Era e talvez ainda seja, quando for sacudido e reerguido de sua atual poeira e desordem. Deve restar muito dos assentos primitivos, das coleções de leis do Império e da Província, Anáis do Senado e da Câmara geral e federal. E do resumo dos 40 anos de funcionamento da República.

Alguns tratados de antiga e moderna especialização se encontravam ali. Só o autor trouxe do Rio, em 1928, obtidos de duplicatas da Câmara, de seus anáis cerca de 200 volumes, alentadas monografias sobre federação, intervenção, economia, moeda, emigração, navegação, regime tributário e outros estudos de problemas brasileiros, preciosíssimos à cultura e à reflexão de legisladores.

Este arquivo e biblioteca, não cabendo na escassês de espaço do Arquivo Público, foi levado, com a dissolução revolucionária de 1930, para o Depósito das Obras Públicas, onde jaz encerrado em 30 caixões. Após dezesseis anos de despreso, não será de estranhar no interior destes volumes as costumadas invasões de bicho e de umidade. Não os reclamou, não precisou deles a Assembléia de 1935. Temeu-lhes talvez o peso e o cheiro antigo de Monarquia e da primeira República.

Confesso que preferia de tudo um registro resumido, salientados só os grandes acontecimentos marcantes. Não houve ainda, apesar de certos reclamos, uma reação bem orientada contra o papelório. A máquina de escrever, a mimeografia, a técnica do fichário e outros recursos da indústria vieram amenizar o esforço da procura e da leitura, mas talvez concorram, em vez de diminuir, para o excesso e a complicação da papelada moderna. Avalie-se que só o acervo da última composição legislativa de três anos, montou a noventa e nove livros e cento e noventa e sete enormes maços, de atas, pareceres, discursos e verbos outros da pragmática parlamentar. Mas, se o papel da História é resumir, olhando os fatos em grandes lances para uma generalização mais segura do conceito, a missão do Arquivo é guardar e zelar as fontes básicas, na feição original de sua existência e para prova e segurança das afirmações individuais.

Irineu Pinto copiou, resumindo, o que pode. Cegou e entisicou na letra miúda e na poeira dos nossos papéis velhos. Mas teve o critério de guardar assinalados, os manuscritos que foram as fontes de suas transcrições, de seu livro das "Datas e Notas", hoje tão precioso guia a quem quer remexer o nosso passado histórico.

Os manuscritos por onde passou a traça de Irineu se acham em cofre de ferro do nosso Instituto Histórico, onde me os foi mostrar o secretário Veiga Junior quando ele e os demais comparsas da casa tiveram a idéia nada feliz de eleger-me presidente. Quedei-me impotente e admirado ante a força e o préstimo de Irineu Pinto, sem saber onde foi

MEMÓRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Diretor da Secretaria da Assembléia de 1916 a 1930, quando a repartição foi suspensa por decreto do governo revolucionário então estabelecido, voltamos ao cargo com sua restauração em 1934. Dele fomos afastados pela segunda vez, quando a Constituição outorgada de 1937 extinguiu o Poder Legislativo, atribuindo-o ao Executivo. Os órgãos anexos ao primeiro também ficaram liquidados. De novo nos vimos aproveitados este ano, quando o Governo entendeu restabelecer o lugar, adiantando os trabalhos preliminares para a reorganização daquele ramo democrático dos serviços do Estado. Quase, porém, não volvemos às velhas funções desde 1940, ora em período de disponibilidade, ora ocupado em comissões de outra ordem na administração, finalmente a exercê-las, àquelas funções, só por meses, agregado ao Conselho Administrativo, na última etapa de atividade, onde se nos deparou o horizonte ao mesmo tempo tranqüilo e melancólico da aposentadoria.

Foi, pois, naquele primeiro tempo que colhemos as principais notas e impressões da Assembléia. Notas que não se distinguiam pela ordem nem pela profundeza, impressões que se apagaram bastante, dando em resultado que agora, para recompor umas e outras, não foi pequeno o nosso trabalho. Não reecontrámos aberto o documentário antigo.

X
XX

O arquivo e biblioteca da velha Assembléia, sem nunca ter sido completo e minucioso, era a fonte autorizada para basear uma crôni-

buscar tempo e paciência para realizar o que realizou, pobre, só e sem maiores estímulos, cerceado por outros afazeres cansativos da vida. Só muito ideal e heroísmo, amor ao Estado e à arte de caçar a verdade na bruma da antiguidade dos fatos. O governo, que lhe acabou reconhecendo o esforço e o valor da obra, não o ajudara de princípio. A começar com a publicação da "História da Província da Paraíba", de Maximiano Machado, em 1912, foi que o Estado passou a ser o grande apoio dos trabalhadores da história e das letras paraibanas. Todos os governos desde então, afora os transitórios da fase revolucionária após 30, têem dado a possível mão forte aos estudiosos da especialidade e aos intelectuais em geral.

Não pareça forçado o aparecimento agora do nome de Irineu Pinto. Ele pode ser lembrado em qualquer lugar e a propósito de quase tudo que se escreve na Paraíba, no terreno da cronologia, até 1862. A bibliografia desta Memória tem nele um dos seus melhores pontos de apoio. (*)

X
XX

Constituem este livro listas copiadas sem modificação e algumas anotações ligeiras, escritas em maioria à proporção que enviávamos os autógrafos e vinham as provas da oficina. Nada de escorso nem interpretação sobre a obra daquele corpo legislativo na estrutura política da Província e do Estado.

O nosso plano consistiu em dar a relação dos deputados desde a fundação da Assembléia na Regência, procurando identificar as influências partidárias na composição ou nas recomposições biênais e quatriênnais que se processavam.

A relação dos deputados por legislatura já o fizera até os primeiros 20 anos da República o operoso João Lira, no Almanaque da Paraíba, volume de sua direção, de 1911. Coube-nos só, até aí, delir algum possível engano, acrescentar um nome, uma data, uma indicação biográfica ou política. Prosseguimos em seguida no trabalho de cópia e

---

(*) A bibliografia desta Memoria, salvo a pequena parte da história nacional, reduz-se a poucos livros e fontes avulsas. Uma foi o Almanaque de João Lira, que adiante se refere, e cujas listas, se tive de conhecer das Atas, encontrei-as já compiladas. Irineu Pinto ajudou-me a completá-la com nomes e datas e outras noções de seu variado conjunto de notas.

Depois destes, ainda as Atas, as coleções d' "A União" e relatório de velhos presidentes da Província. Não foi raro que o jogo destas fontes dessem em resultado corrigir uma a outra.

generalizamos as rápidas apostilas que nos propuzemos, sobre aquele vaivém dos partidos, a distribuição dos nomes pelas facções, as alianças, as dissidências, a posição de algumas famílias, a carreira de alguns homens, tanto na Monarquia como na República. Tudo para que não ficassem listas mortas aos olhos das vindouras gerações.

De certo, o mais interessante seria apresentar a Assembléia através de sua produção legislativa e doutinária. Quanto à primeira parte, não se lhe encontraria talvez nenhuma originalidade profunda, limitada a sua ação, sobretudo na Monarquia, à adaptação das leis gerais às peculiaridades da Província. Foi, porém, contínuo o progresso dessa elaboração que tomou vulto com a autonomia constitucional da República. No tocante ao segundo aspecto, eleita sempre sob compromissos de ordem partidária ou de apoio ao Poder, era natural que marchasse quase sempre na órbita de influências preestabelecidas, marcadas por disciplinas certas de conduta.

Mas, mesmo nos ambientes mais fechados, há sempre lugar para a inteligência e a opinião. E de fato, também não foram raros na Assembléia instantes e atitudes superiores, momentos, questões em que passou em igualdade de colaboração com o outro Poder, em que reagiu contra imposições arbitrárias, evitou predomínios tendenciosos, serviu de centro à crítica das idéias e à defesa das liberdades políticas. Nem sempre em ritmo de combate ou ao sabor das oposições de partido. Também pela condição de seu poder teórico, a influência de toda força paralela, mesmo as mais solidárias, nas vontades de direção ou de governo.

A obra legislativa da Assembléia está compendiada nas coleções de leis, completas as da República, e em maioria de anos as da Monarquia, existentes no Arquivo Público e na Biblioteca do Estado. Algumas consolidações ou sinopses resumiram a produção dos dois regimes. A primeira foi o "Índice Alfabético das Leis da Província da Paraíba", compreendendo as leis de 1835 a 1874, publicado pelo juiz Antonio de Souza Martins no ano seguinte ao do termo de sua coletânea. A segunda foi a que João Monteiro de Medeiros, chefe de secção do Tesouro, enfeixou em 1903, contendo todas as leis de 1875 a 1900, indicadas pelo

---

Sobre a carreira de alguns paraibanos, seus acessos e substituições, na Câmara, no Senado, no governo de outras províncias, colhi dados no precioso livro "Organizações e Programas Ministeriais", publicado pela Secretaria da Câmara dos Deputados, Rio, 1889, sob a direção do Barão de Javary, que há anos ali pude compulsar.

Sobre muitos pontos, terei voltado aos meus "Apanhados Históricos" de 1922, para os quais não pequena foi ao tempo a busca por variados jornais da Província e do Estado, correspondências e outros documentos públicos e particulares, que então não tive a lembrança de registrar completo e em ordem.

objeto geral ou pelo resumo ou integra dos dispositivos. Outra ainda foi a "Sinopse da Legislação da Paraíba", de 1893 a 1935, publicação daquele último ano, com índice alfabético pelos assuntos ou objetos e um anexo da Constituição vigente, organizada pelo bacharel João Dias Júnior então diretor do gabinete da Secretaria do Interior.

Percorrendo-se aquelas coleções e sinopses, tem-se o panorama inteiro da evolução política e econômica da Paraíba. Das aspirações, sugestões e projetos simples dos Conselhos Gerais, definindo os limites da zona agrícola, criando problemáticas escolas, denunciando invasões em nossas terras, que nunca eram transformados em leis e providências, passamos ao desenvolvimento dos debates e às decisões mais autonomas da Assembléia, na Província e no Estado. Ainda na Monarquia e já na República, muitas das leis nos deixam a impressão de ingenuidade mental e pobreza econômica. Providências as mais simples eram objetos de grandes dúvidas e protocolaríssimas decisões. Leis criando irmandades do Santíssimo, no regime de ligação da Igreja. Uma de 1844 estabelecendo o subsídio diário de 4$000 para os deputados e 1$200 por légua "para aqueles que morarem fora, de vinda somente". Uma já de 1895 elevando para 150$000 a subvenção anual do relógio da torre (Catedral). Surgem as de favores pessoais em épocas de facilidade da República. Contagens extravagantes de tempo. Uma de 1896 reputando para o magistrado o tempo de mais de vinte anos que, sem interrupção, tiver exercido domiciliarmente neste Estado a profissão de advogado".

Mas também, desde os primeiros tempos, leis de horizonte econômico, de fomento da lavoura, de amparo a iniciativas filantrópicas (de caridade como se chamavam), reconstruindo templos, erguendo pontes, abrindo estradas, subvencionando empresas. Tudo em ponto minúsculo e atrasado como nossa vida e nossos recursos no tempo. Depois foram vindo as situações mais prósperas, os tempos mais claros as idéias mais arrojadas para o progresso, isto que daqui a cem anos será talvez, considerado ingênuo e mesquinho por outro cronista.

Estradas de ferro, usinas, colégios, prédios públicos, organizações novas de justiça, instrução, agricultura e polícia, melhoraram o ambiente econômico e político da Paraíba, em maior parte sob a garantia e proteção da Assembléia, convocada pelo Executivo e ao impulso e acessibilidade dos próprios sentimentos patrióticos e da visão dos legisladores. Por entre os erros e debates inúteis obstruções facciosas, protecionismos fáceis, delegações de privilégios nem sempre oportunas, muito restará em honra da obra legislativa e política da Assembléia. Uma vez ouvimos de um deputado da oposição, verberando concessões prodigalizadas pela maioria, inclusive de 25 a 30 anos a empresas industriais de seguro triunfo, dizer que só as secas se equiparavam à Assembléia em

males feitos à Paraíba. Era uma apóstrofe de momento, interessante como brado de combate numa hora de favoritismo, mas realmente excessiva como visão de conjunto e como crítica da influência da nossa casa legislativa na vida geral do Estado.

Não só pelas leis, mas também pelo que se ventilava à margem dos projetos, na discussão dos votos de confiança, na ressonância ali das grandes causas nacionais se fez sentir aquela influência. O abolicionismo não teve em nossa Assembléia um grande éco fortalecedor. Maximiano Machado já se instalara em Pernambuco e figurava na Assembléia daquele Estado quando se decidiu pela causa tão humana. Mas algumas vozes aqui receberam com simpatia e aclamaram a vitória de 13 de Maio. Irineu Joffily, o velho, representou no fim da Monarquia a idéia liberal da federação. Muitos valores se contaram, alguns mesmo fulgiram, com o clima propício da República. Castro Pinto derramou na primeira Constituinte e mais tarde, já de espírito experimentado e provecto em assuntos de instrução e direito, o brilho de sua palavra. Outros e outros passaram representando e honrando as bancadas e as gerações.

x
x x

Algumas figuras da Monarquia vimos conhecer na Assembléia da República. Ainda vi o velho Dantas na presidência, no último ano em que a ocupou e dos barbudos de, seu tempo, Campêlo, Antonio Soares de Pinho, Lordão, o primeiro, Claudino do Rêgo Barros, Waldevino Lôbo, João Lourenço Porto, Antonio Francisco de Araújo Pereira. Apolônio Zenayde substituiu a Dantas em 1905. Não tinha o ar severo e solene do outro. Pertencia a geração posterior. Mas era também um nobre tipo que impressionava pelo equilíbrio e competência na direção dos serviços. Foram desaparecendo até 1912-1915, quando figuraram os últimos. Daí por diante eram todos homens formados no espírito e nas maneiras da República. Felizardo Leite e Antonio Marques da Silva Mariz, tinham vindo, ainda muito moços, na composição fracassada pelo golpe de Deodoro. Felizardo saiu da Assembléia para a Câmara Federal em 1912. Silva Mariz que fora da primeira constituinte do Estado e também subira ao Parlamento Nacional, voltou já velho às cadeiras da Assembléia.

Felizardo Leite (Felizardo Toscano Leite Ferreira) resumia um meio mundo provincial de tradições políticas. De seu avô materno, o Comendador Felizardo Toscano, um dos astros dominantes de nossa política no Império, pelo poder de arregimentação, prestígio disciplinador, capacidade administrativa, chefe e vice-presidente da Província,

mais de uma vez no seu governo. De seu avô paterno o cel. João Leite Ferreira, chefe do Piancó, liberal do princípio ao fim da vida, conivente da revolução de 1848. De seu pai, o dr. João Leite Ferreira, que substituiu o sogro na direção do Partido Liberal em 1876, presidiu a Província, representou-a na Assembléia Geral. De seu sogro Paula Primo, também chefe do partido com a morte do dr. João Leite e que dominou no 5º distrito eleitoral, onde nunca foi vencido pelos adversários que só abriam brecha naquele campo em liga com as dissidências irriquietas dos próprios liberais.

Sobre o dr. Silva Mariz o autor seria suspeito para falar, mas não há suspeição possível pró ou contra para negar-lhe o valor moral e o prestígio, sobretudo em Sousa que era o seu centro de família e o núcleo de seus elementos eleitorais.

Cunha Pedroza, da Constituinte venancista de 1891, reapareceu na Assembléia, com a política de Álvaro Machado, em 1906. Foi sempre uma personagem acatadíssima, leader ao mesmo tempo habil contemporizador e sizudo.

De Otacílio de Albuquerque temos a impressão que mais não brilhou porque não quis ou porque o embaraçasse logo cedo um invencível pessimismo dos homens. Talento e capacidade para a tribuna não lhe faltaram naquela época da madureza Já envelhecendo, ainda foi no Liceu, no Colégio atual, donde se afastou há pouco para o retiro de seu pensamento e de suas leituras, um mestre admirado da mocidade.

Neiva de Figueirêdo, oficial do exército, conquistado muitos anos pela política, era um outro espírito, vivaz e exquisito. Arrebatado e por vezes impertinente, palavra de comum demorada e sem brilho, transformava-se nos seus bons dias, ao estímulo de uma idéia ou de uma causa que o exaltasse. Engenheiro, conhecedor dos problemas da Paraíba àquele tempo, proferiu interessantes estudos em pareceres e discursos na Assembléia. A João Lira Tavares, então simples observador (pois já estava no Senado Federal pelo Rio Grande do Norte) ouvimos dizer em 1915: "A reunião deste ano abafou Otacílio e Rodrigues e revelou Neiva e Ascendino". Era perfeita, como instantâneo, a observação do Senador. Mas Rodrigues e Otacílio apenas se encolhiam para melhor passagem dos novos. Ambos permaneceram dignamente na atividade, Rodrigues na imprensa, na poesia e no fôro, Otacílio, na tribuna do Parlamento nacional, no jornalismo político e na cátedra do magistério secundário.

Ascendino Carneiro da Cunha, simpática figura de moço, da família que nunca deixou de ter um representante na Assembléia monárquica, quando subia o Partido Conservador, e vários tem tido na da República, ele, Manuel Florentino Carneiro da Cunha (o segundo), Fernan-

do Nóbrega Carneiro da Cunha e outros que não levaram o nome do ramo materno. Ascendino da Cunha se impôs desde cedo pela elegância pessoal e dons de orador.

Inácio Evaristo Monteiro, homem de fraca instrução, mas prático, atilado e de notável jeito para as lutas eleitorais da época. Durante largo período serviu aos partidos, membro de comissões diretoras, quase sempre no poder. Fazendo-se estimar entre os pares e os chefes, foi o deputado que maior número de anos se manteve na presidência da Assembléia.

De Rodrigues de Carvalho, Manuel Tavares Cavalcanti e Afonso Campos não havia pouco o que dizer, das iniciativas práticas do primeiro, (montepio, armazens de Warrant, banco), do espírito estudioso e provecto do segundo, da lógica cerrada do último. Outros vários nos honrariam a lista, se apenas não pretendessemos oferecer alguns exemplos típicos ao correr da lembrança e da pena.

Desse tempo, nenhuma impressão é superior à que nos deixava Izidro Gomes, apesar do campo oposto donde o víamos na política. Foi uma figura que brilhou na Assembléia, pela capacidade de trabalho, atitudes independentes e dialética de orador. Muitos anos representante de oposição ao governo, sabia colaborar com este na hora em que o reclamo era o interesse do Estado, como na organização dos orçamentos, nas reformas do serviço público ou na defesa da ordem. Membro da comissão de fazenda, ia sem escrúpulo nem transigência para Palácio trabalhar com os deputados adversários e o Presidente. Foi assim até João Pessoa. Esta moderação bem orientada nunca o impediu de ocupar a tribuna na sua hora, acusando e atacando pontos de vista tributários, estreitezas políticas e abusos de autoridade, sendo na Assembléia, durante quase todo o seu tempo de deputado, um orador querido das galerias.

X
XX

Intercalo nos capítulos alguns retratos de deputados da Monarquia e da República, a maioria, de presidentes da Assembléia, aspectos de reunião desta e de movimentos de rua em dias solenes de instalação de trabalhos.

Não parece que seja grande ou para grande número o interesse provocado pela exumação daqueles nomes mais antigos. Eles realmente não foram gênios e já não trazem luz direta sobre os fenômenos atuais. Mas muitos deles, apesar de mal conhecidos, ainda influem. Em tudo que possuímos hoje, renovado ou construído pela cultura e pelo traba-

lho das gerações modernas, há uma gota de suor, uma parcela de impulso daqueles antepassados. Eles zelaram, acumularam e transmitiram aos sucessores as bases do que a Paraíba representa em forças materiais e morais. Não estou dizendo novidades. Esta é a lei comum de continuidade da História. É uma obrigação nossa, dos que, sob pequeno ou grande plano, vivemos a remexer-lhe o chão, ir trazendo para a luz do sol e repondo nos lugares de direito, os vultos que o tempo ou a ingratidão soterraram na massa de fatos.

"Memória da Assembléia Legislativa" é mais uma pequena contribuição do nosso medíocre esforço neste sentido, na Paraíba.

X
XX

Não queremos por o último ponto sem dar agradecimentos aos que nos vêem apoiando e ajudando. Notadamente, quanto a este livro, ao sr. Interventor Odon Bezerra e dr. Horácio de Almeida, seu Secretário do Interior, francos em ordenar-lhe a impressão. De modo geral, estamos sempre em dívida com os bons informantes particulares, os amigos que acolhem e divulgam nossos livros e os confrades da direção e das oficinas da Imprensa Oficial, hoje secção do Departamento de Publicidade.

João Pessoa, julho de 1946

Celso Mariz

OS CONSELHOS DE PROVÍNCIA

Os Conselhos Gerais de Província foram as primeiras assembléias legislativas provinciais. Pode se dizer pelo menos que foram os precursores destas. Houvera no tempo da Colonia o legislativo das câmaras municipais, senados da câmara, como também se chamavam. Não era raro que estas pequenas assembléias, combinadas ou isoladas, representassem interesses grandes perante os governadores ou mesmo os reis. Já em 1745, quando aqui só havia senado na capital, o Conselho Ultramarino determinava que na falta do governador, a parte militar de governo caberia ao soldado mais graduado da capitania, a parte política à câmara respectiva. Por vezes eram chamadas as câmaras para grandes decisões. Em 1821 a câmara da cidade e as de Pilar, Mamanguape, Vila Nova da Rainha (Campina), S. Miguel e Conde, em vereação presidida pelo ouvidor geral (Juiz de direito), presença de oficiais e dois deputados às Cortes de Lisboa, elegem a Junta que ia governar a Província sob a êgide da Constituição Portuguesa. (*) Depois elas proclamam a Independência e a soberania de Pedro I e em seguida protestam contra o ato imperial da dissolução da Constituinte (1824). Mas de comum, ou quanto à ação efetiva, o seu poder era local, votando regras e posturas fiscais no município.

Na Constituinte monárquica o nosso representante Carneiro da Cunha (Joaquim Manoel) pugnou pela federação das províncias (pois o projeto dava como federada somente a Cisplatina) com suas assembléias próprias, o que não ia vingar. Apenas uma lei dessa Constituinte criou conselhos adjuntos aos governos, portanto com função consultiva

(*) Ver Irineu Pinto, DATAS E NOTAS 2º vol. 1916 – Imp. Oficial – Paraíba.

ou de cooperação no Executivo. Foi a Carta outorgada por Pedro I, que criou os Conselhos provinciais. Vamos transcrever o texto da antiga Constituição, pelo qual se vê a extensão ou a restrição dos privilégios concedidos aos conselhos.

TITULO IV

– Capº V –

Dos Conselhos Gerais de Província, e suas atribuições

Art. 71 – A constituição reconhece e garante o direito de intervir todo o cidadão nos negócios de sua província, nos que são imediatamente relativos a seus interesses particulares.

Art. 72 – Este direito será exercitado pelas câmaras dos distritos, e pelos conselhos, que com o título de conselho geral da província se devem estabelecer em cada província onde não estiver colocada a capital do império.

Art. 73 – Cada um dos conselhos gerais constará de vinte e um membros nas províncias mais populosas, como sejam Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, S. Paulo e Rio Grande do Sul; e nas outras de treze membros.

Art. 74 – A sua eleição se fará na mesma ocasião e da mesma maneira que se fizer a dos representantes da nação, e pelo tempo de cada legislatura.

Art. 75 – A idade de vinte cinco anos, probidade e decente subsistência, são as qualidades necessárias para ser membro destes conselhos.

Art. 76 – A sua reunião se fará na capital da província; e na primeira sessão preparatória nomearão presidente e vice-presidente, secretário, suplente, que servirão por todo o tempo da sessão; examinarão e verificarão a legitimidade da eleição de seus membros.

Art. 77 – Todos os anos haverá sessão, e durará dois meses, podendo prorrogar-se por mais um mês, se nisso convier a maioria do conselho.

Art. 78 – Para haver sessão deverá achar-se reunida mais da metade do número dos seus membros.

Art. 79 – Não podem ser eleitos para membros do conselho geral o presidente da província, o secretário e o comandante das armas.

Art. 80 – O presidente da província assistirá a instalação do conselho geral que se fará no primeiro dia de Dezembro e terá assento

ao lado do presidente do conselho e à sua direita; e aí dirigirá o presidente da província sua fala ao conselho instruindo-o do estado dos negócios públicos, e das providências que a mesma província mais precisa para seu melhoramento.

Art. 81 — Estes conselhos terão por principal objeto propor, discutir e deliberar sobre os negócios mais interessantes das suas províncias, formando projetos peculiares e acomodados às suas localidades e urgências.

Art. 82 — Os negócios que começarem nas câmaras serão remetidos oficialmente ao secretário do conselho, aonde serão discutidos a portas abertas, bem como os que tiverem origem nos mesmos conselhos. As suas resoluções serão tomadas à pluralidade absoluta de votos dos membros presentes.

Art. 83 — Não se podem propor, nem deliberar nestes conselhos projetos:

1º — sobre interesses gerais da nação.

2º — sobre quaisquer ajustes de umas com outras provincias.

3º — sobre proposições, cuja iniciativa é da competência particular da câmara dos deputados. Art. 36.

4º — sobre execução de leis, devendo, porém, dirigir a esse respeito representações motivadas à assembléia geral e ao poder executivo, conjuntamente.

Art. 84 — As resoluções dos conselhos gerais de província serão remetidas diretamente ao poder executivo, pelo intermédio do presidente da província.

Art. 85 — Se a assembléia geral se achar nesse tempo reunida, lhe serão imediatamente enviadas pela respectiva secretaria de Estado, para serem propostas como projetos de lei, e obterem a aprovação da assembléia por uma única discussão em cada câmara.

Art. 86 — Não se achando a esse tempo reunida a assembléia, o imperador as mandará provisoriamente executar, se julgar que elas são dignas de pronta providência, pela utilidade que de sua observância resultará ao bem geral da província.

Art. 87 — Se porém não ocorrerem essas circunstâncias, o imperador declarará que suspende o seu juízo a respeito daquele negócio. Ao que o conselho responderá que recebeu mui respeitosamente a resposta de S. M. I.

Art. 88 — O método de prosseguirem os conselhos gerais de província em seus trabalhos e sua polícia interna e externa, tudo se regulará por um regimento, que lhe será dado pela assembléia geral".

Só em 1826, ano da nova legislatura nacional, que se seguiu à Constituinte dissolvida, se nomeia e instala o primeiro Conselho geral da

Província. Foi constituido por Francisco de Assis Pereira Rocha, Joaquim Batista Avundano, major João Soares Neiva, major Antonio Vicente Monteiro da Franca, padre Joaquim Antonio Leitão, capitão Manuel Pereira Monteiro, João de Albuquerque Maranhão, Luiz Alvares de Carvalho, Francisco José Meira, Ignácio de Souza Gouveia e José Lucas de Souza Rangel.

A segunda composição do Conselho se verificou com os seguintes nomes:

(1830 – 1833)

José da Costa Cirne, Joaquim José Luiz de Souza, Ignácio Joaquim de Sant'Ana Cardozo, Francisco Luiz Nogueira de Moraes, Pe. Antonio da Cunha Vasconcelos, Francisco José Meira, Silverio da Costa Cirne, Luiz Alvares de Carvalho, José Lucas de Souza Rangel, Pe. Amaro de Barros de O. Lima, Bernardo Lôbo de Souza, Manoel Simplício Jacome da Veiga Pessoa, Pe. Francisco de Holanda Chacon, Manoel Maria Carneiro da Cunha, Joaquim Batista Avundano, Antonio Henrique de Almeida, Pe. José Antonio Lopes da Silveira, João de Albuquerque Maranhão, Francisco José de Avila Bitencourt, Henrique da Silva Ferreira Rabelo, Manuel Caetano Velozo, Pe. Domingos Alves Vieira e José F. de Tolêdo.

Muitos desses homens prolongaram sua carreira através da Monarquia, na Assembléia Legislativa da Província, na Câmara ou Assembléia Geral do Império, na Igreja, na magistratura, na administração.

Francisco de Assis Pereira Rocha foi depois deputado provincial, deputado nacional, chefe de polícia, juiz de direito, desembargador da Relação do Recife.

Avundano foi uma figura esclarecida e prestigiosa até a morte, em 1853. Foi o acusador de Borges da Fonseca no delito de abuso de imprensa por que respondeu aqui o famoso agitador em 1829. Foi um dos fundadores do Partido Liberal em 1836.

O padre Antonio da Cunha Vasconcelos foi deputado provincial, deputado geral, senador do Império pela Província, escolhido em 1835 com o falecimento de João Severiano Maciel da Costa, marquês de Queluz.

Bernardo Lôbo de Souza foi deputado provincial e geral em várias legislaturas.

Caetano Veloso foi um dos provectos professores do Liceu Paraibano em sua primeira fase.

Padre Francisco de Holanda Chacon e Antonio Henrique de Almeida figuraram na Assembléia da Província.

Luiz Alvares de Carvalho e Francisco José Meira estiveram no governo como vice-presidentes.

João de Albuquerque Maranhão foi deputado geral na legislatura de 1834-37.

O Padre Domingos Vieira tomou assento na Assembléia Geral como suplente, quando em 1835 o padre Antonio da Cunha Vasconcelos subiu ao Senado.

Manoel Maria Carneiro da Cunha foi depois deputado à Assembléia Legislativa, presidiu a Província na qualidade de vice-presidente, tendo promulgado a lei de criação do Liceu Paraibano. Foi um dos principais fundadores do Partido Conservador. Deputado geral eleito em 1838, não foi assumir a cadeira, ocupada pelos suplentes Trajano Chacon e Joaquim José de Oliveira.

Extraímos de antigos livros e átas, já de tintas esmaecidas e folhas perfuradas pelo carùncho, livros que encontramos na biblioteca da Assembléia e que não revimos após a dispersão ou recolhimento deles ao Depósito das Obras Públicas em 1930, extraímos desses livros alguns exemplos da atividade dos Conselheiros. Projetos: de João de Albuquerque Maranhão (1829), marcando os limites da zona agrícola. De Luiz Alvares de Carvalho, criando escola primária em Santa Rita, Itabaiana, Espírito Santo, Taipú, Guarabira, Cabaceiras, Ingá, Pocinhos, Gurinhém, Teixeira, Patos e Piancó. De Francisco José Meira, criando uma cadeira de filosofia na Capital. Uma representação de Francisco José Toledo contra usurpações de Goiana sobre terras de Pilar.

Mas, de fato, sem autonomia, dependendo de apreciação do Imperador ou da Assembléia Geral, pouco se efetivava do esforço dos Conselhos. O Conselheiro padre Francisco de Holanda Chacon, apresentou, em sessão de 1832, o seguinte expressivo, corajoso protesto:

"Requeiro que se oficie à Assembléia Geral do Império significando a profunda e dolorosa magua de que está possuido este Conselho pela pouca consideração que tem merecido à mesma Assembléia as suas resoluções nas sessões passadas, desaprovando-as todas, ou quase todas, tornando-se por isso este Conselho quase nulo para tais resoluções, ficando assim a Província privada daquelas leis peculiares e providencias necessárias que só este Conselho com mais conhecimento de causa melhormente pode indigitar. Sala das sessões do C.G. da Prov., 5 de Dez. de 1832 – **Chacon**"

A ASSEMBLÉIA NA MONARQUIA

O particularismo das províncias, velha herança das capitanias e diferenciação lógica das regiões, refletia-se na Assembléia Geral e na agitação do espírito político que esta centralizava. Os Conselhos não atendiam ao sentido de autonomia das unidades nacionais. Não apressavam as providências do interesse econômico e social. Não deliberavam, sugeriam. Não enviavam a sanção e execução, submetiam à munificência e ao arbítrio de poderes distantes. Tornou-se por isso forte e vitoriosa ao espírito liberal da Regência a idéia de concessão de um legislativo próprio às províncias do Império. Os dois maiores partidos da época, o **Exaltado** e o **Moderado**, ambos queriam dotar de melhores franquias as províncias, batendo-se o primeiro pela federação e o direito destas de eleger seus presidentes. Venceu na Assembléia Geral o ponto de vista dos **Moderados**, sob a direção de Evaristo da Veiga.

Pelo Ato Adicional de 12 de Agosto de 1834 foi reformada a Carta de 1823. A célebre lei se compunha de 32 artigos, o 10º e o 11º, assim como o 24º com variados parágrafos discriminativos. Afora os sete finais, sobre a regência durante a minoridade de Pedro II e a supressão do Conselho de Estado, toda ela é referente à criação e às atribuições das Assembléias Legislativas provinciais. O art. 24 estabelecia o que era acrescido à competência do presidente da província diante da Assembléia.

O Ato (art. 2º) determinava o número de deputados, 36, 28 e 20, alterável por lei, conforme a importância da província. A Paraíba, dada a sua população e economia, não ficou mal na classe segunda. Sua assembléia se foi assim constituindo:

1ª LEGISLATURA – Instalação a 7 de abril de 1835
1835-1836

Bento Correia Lima (Areia)
Padre Francisco de Hollanda Chacon (Areia)
Padre Domingos Alves Vieira
Pedro Marinho Falcão (Pilar)
André de Albuquerque Maranhão Júnior (Mamanguape)
José Francisco de Toledo
José Lucas de Souza Rangel (Capital)
Manuel da Costa Ramos (S. João do Cariri)
Francisco de Assis Pereira Rocha Júnior
Luiz Alvares de Carvalho (Capital)
Manuel Maria Carneiro da Cunha (Capital)
João Ribeiro de Vasconcellos Pessoa
Sérgio Clementino Droumont Pessoa
Francisco José Meira
Vigário José Antonio Marques da Silva Guimarães (Sousa)
Antonio Rodrigues de Souza (Pombal)
José Gomes de Farias
José Victorino de Barros Leira
Joaquim Baptista Avondano (Capital)
Henrique da Silva Ferreira Rabello
Leoncio Amando Ozano de Magalhães Neiva
José Jeronymo de Albuquerque Borburema (Campina)
Frederico de Almeida e Albuquerque (Mamanguape)
João Coêlho Bastos (Capital)
José de Sá Cavalcante (Pombal)
Francisco Luiz Fialho
Padre Jeronymo Emiliano Rangel

Damos aí, tanto quanto pode ser verificado, a origem domiciliar de alguns deputados por onde se vê o critério da escolha, compreendendo toda a província em suas diversas regiões e influências. Parece não ter havido espírito ou competição de partidos. Este espírito e esta competição vão começar na legislatura seguinte. Eram mesmo sete os colégios eleitorais do tempo. Vários nomes vinham da revolução de 1817 e das combinações da Independência. Entre os primeiros, Avondano, Manuel Maria Carneiro da Cunha e José de Sá Cavalcanti, Monteiro da Franca e Manuel Florentino, do mesmo grupo de antigos revolucionários, virão na seguinte.

2ª LEGISLATURA – 1838-1839

Francisco Xavier Monteiro da Franca
Feliciano José Henriques Júnior
José Lucas de Souza Rangel
Manuel Francisco de Oliveira e Mello
Dr. Antonio José Henriques
Padre José dos Santos Coêlho da Silva
Henrique da Silva Ferreira Rabello
Dr. Baldoino José Meira
Dr. Antonio Thomaz de Luna Freire
Padre Francisco Antonio da Veiga Cabral
José Luiz Lopes Bastos
Joaquim Batista Avondano
Francisco José Meira
João Francisco Barreto Júnior
João Coelho Bastos
Padre Amaro de Barros de Oliveira Lima
André de Albuquerque Maranhão Júnior
Manuel Maria Carneiro da Cunha
Joaquim Manuel Carneiro da Cunha
José Jerônymo de Albuquerque Borburema
Antonio Sebastião de Araújo
Dr. Francisco de Assis Pereira Rocha
Manuel Simplício Jacome Pessoa
Antonio Rodrigues de Souza
Leonardo Bezerra Cavalcante
João Ribeiro de Vasconcellos Pessoa
José de Sá Cavalcante
Bento da Costa Villar

Na ausência ou desconhecimento da documentação própria, resulta difícil discriminar os elementos de composição da Assembléia nesta 2ª legislatura. Tinha se dado no país o choque eleitoral dos partidos **Exaltado e Moderado** na escolha da Regência que pelo Ato Adicional deixava de ser trina para ser una e eletiva. Os **Moderados** venceram com Feijó, não na Paraíba, dominada pelos Carneiro da Cunha que sufragaram o candidato exaltado, Holanda Cavalcanti, dando-lhe 155 votos contra 32 do contrário. A Assembléia de 1838-39 já reflete as diferenças mas não pudemos separar os nomes pelas parcialidades.

Em conseqüência das últimas conquistas, unindo-se o Exaltado ao Caramuru (partido reacionário, de José Bonifácio, Cairu e outros que

sonhavam o regresso de Pedro I), fundara-se em 1836 o Partido Conservador, à frente dessa moderação sistematizada o exaltado mór que fora o deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos. Os outros elementos permaneceram em contraposição, com o nome de Partido Liberal. Os Carneiro da Cunha, aqui na Paraíba, se filiaram àquela primeira organização. Irineu Pinto (Datas e Notas, 2º vol., pág. 14) diz que a assembléia, instalada em 2ª legislatura a 24 de Junho de 1838, teve os seus trabalhos adiados em 1º de agosto, devido a "terrível luta política que surgiu entre seus membros". É evidente, entretanto, que predominam na Assembléia os Conservadores, com Manuel Maria Carneiro da Cunha, Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, que foi grande deputado da Constituinte nacional, e seus amigos, entre estes os componentes da Mesa, José Lucas de Souza Rangel, Trajano Chacon e Baldoino Meira. Chacon deverá ter entrado na sessão de 39, pois não vinha seu nome na primeira lista. Distinguimos do Partido Liberal os nomes de Francisco Xavier Monteiro da Franca, Avundano, João Coelho Bastos, João Francisco Barreto Junior, José Jeronimo de Albuquerque Borburema. Um ou outro se poderá identificar ainda pela marcação deles nas listas posteriores.

3ª LEGISLATURA – 1840-1841

Vigário José Antonio Marques da Silva Guimarães
Coronel Bento da Costa Villar
Antonio Henrique de Almeida
Dr. Antonio Thomaz de Luna Freire
José Lucas de Souza Rangel
Dr. Francisco de Assis Pereira Rocha Júnior
Francisco José Meira
Dr. Francisco Tavares Benevides
Dr. Lourenço Dantas Correia de Góes
Henrique da Silva Pereira Rabello
Tenente-Coronel Joaquim da Silva Medeiros
Major João Francisco Barreto Júnior
Major Félix Rodrigues dos Santos
Coronel João Leite Ferreira
Cirurgião-mor João José Innocêncio Pogi
Frederico de Almeida e Albuquerque
Coronel Antonio Sebastião de Araújo
Manuel Simplício Jacome Pessoa
Comandante Superior Joaquim B. Avondano
Bernardino José de Souza
Antonio de Oliveira

Manuel Francisco de Oliveira e Mello
José Vicente Rodrigues de Souza
Frederico Augusto Neiva
D. Benedito Marques da Silva Acauhã
Luiz Vicente Borges
José Gomes de Sá Junior
Manuel Lobo de Miranda Henriques

Esta assembléia representa uma grande mudança política. Subira o Partido Liberal com a maioridade de Pedro II e sua ascenção ao trono em Julho de 1840. O golpe fora iniciativa dos liberais da Assembléia Geral encabeçados por Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. Formando este o gabinete ministerial, nomeou presidente da Paraíba a Francisco Xavier Monteiro da Franca, seu antigo companheiro de revolução e de carcere em 1817. Vêem-se na relação acima vários nomes que se tornaram conhecidos como liberais de grande ação e prestígio nas lutas do partido. Volta à assembléia o padre Marques Guimarães, de Souza, e surgem Benedito Marques de Acauã, irmão do precedente, Lourenço Dantas, de Teixeira, coronel João Leite, de Piancó, Luiz Vicente Borges, de Areia, e Manuel Lôbo de Miranda Henriques, todos liberais. Nota-se a ausência dos Carneiro da Cunha, embora vários de seus amigos lograram reconhecimento, entre os mais ilustres e conhecidos, Frederico de Almeida e Albuquerque, José Lucas de Souza Rangel, Francisco de Assis Pereira Rocha e José Gomes de Sá. Outros nomes poderiam ser colocados de um lado ou de outro, atendendo-se à origem de família e à repetição deles em certas relações e épocas de predomínio liberal ou conservador. Mas nos detêm a falta de documentos, a dúvida sobre alguns, a confusão da distância.

Desta assembléia subiram mais tarde à Assembléia Geral Antonio Henrique de Almeida, Manuel Simplício Jacome e Benedito Marques de Acauã. Manuel Lôbo (pai de Aristides Lôbo) estava reconhecido em 1841 quando foi dissolvida a câmara temporária. Frederico de Almeida e Albuquerque chegou ao Senado em 1856 com a morte, no ano anterior, de Paes de Andrade. Frederico, que então teve a chefia dos conservadores da província, Manuel Lôbo e Francisco José Meira, governaram mais de uma vez a Paraíba, como substitutos de presidente. Manuel Lôbo governara também as províncias de Alagoas em 1831 e R. G. do Norte em 1833.

4ª LEGISLATURA – 1842-1843

Coronel Antônio Galdino Alves da Silva

José Lucas de Souza Rangel
Dr. Trajano Alípio de Hollanda Chacon
Francisco Antonio de Almeida e Albuquerque
Dr. Francisco Tavares Benevides
Dr. Antonio Thomaz de Luna Freire
José Gomes de Sá Júnior
João Rodrigues Chaves
André de Albuquerque Maranhão Junior
Dr. Baldoino José Meira
Bento da Costa Villar
Manuel Maria Carneiro da Cunha
Dr. Flávio Clementino da Silva Freire
Francisco José Meira
Manuel Florentino Carneiro da Cunha
Sérgio Clementino Droumont Pessoa
Dr. João Antonio Fernandes de Carvalho
Padre Joaquim Alves da Costa Pereira
Padre Antonio da Trindade Antunes Meira
Manuel Simplício Jacome Pessoa
Dr. Manuel Correia Lima
Dr. Manuel Jeronymo Guedes Alcoforado
Manuel Pereira de Araújo
José Victorino de Barros
Padre Amaro de Barros de Oliveira Lima
Leonardo Bezerra Cavalcante
Dr. Luiz Cavalcanti de Albuquerque Buriti
José da Costa Machado

Pela exageração contra os conservadores e escandalos da eleição geral de 1841, o gabinete Andrada não se sustentou, caindo o Partido Liberal em todo o Império mal se assentava no Poder. O substituto de Monteiro da Franca assumia aqui o governo a 4 de Maio daquele ano. Um gabinete de conservadores ferrenhos se instalara desde março. Os liberais passaram apenas 9 meses no governo.

Esta assembléia da 4ª legislatura provincial é integralmente conservadora, ressurgindo os Carneiro da Cunha com os chefes Manuel Maria e João Florentino e vários de seus principais lugares-tenentes, Souza Rangel, Trajano Chacon, os Meira, um Almeida e Albuquerque, Flávio Clementino da Silva Freire, futuro senador do Império e barão de Mamanguape, e outros de boa prosápia.

Comendador Felizardo Toscano de Brito, chefe do Partido Liberal de 1850 a 1876.

Dr. João Leite Ferrera, chefe do Partido Liberal de 1876 a 1878.

Barão do Abiaí (Silvino Elvídio Carneiro da Cunha), último chefe do Partido Conservador.

Dr. Paulo Primo, último chefe do Partido Liberal.

5ª LEGISLATURA – 1844-1845

Dr. Baldoino José Meira
José Lucas de Souza Rangel
Tenente-Coronel Francisco Antonio de A. Albuquerque
Dr. Francisco Tavares Benevides
Comandante Superior José Gomes de Sá Júnior
Francisco José Meira
Dr. Trajano Alípio de Hollanda Chacon
Tenente-Coronel Manuel Maria Carneiro da Cunha
Dr. Manuel Córreia Lima
Tenente-Coronel Leonardo Bezerra Cavalcante
Major José Victorino de Barros
Dr. Antonio Thomaz de Luna Freire
Amaro José Coêlho
Manuel Simplício Jacome Pessôa
Sérgio Clementino Droumont Pessôa
Manuel Porfírio Aranha
Dr. Luiz Cavalcante de Albuquerque Buriti
Major Antônio Rodrigues de Souza
Dr. José Antonio de Carvalho
Dr. Flávio Clementino da Silva Freire
Dr. Antonio Joaquim de Albuquerque Mello
Coronel José da Costa Machado
Dr. Manuel Jeronymo Guedes Alcoforado
Padre Joaquim Alves da Costa Pereira
Padre Bernardino José da Rocha Formiga
Dr. José da Costa Machado Junior
Comandante Superior André de Albuquerque M. Junior
Dr. Manuel de Souza Rolim

Como na anterior, foi completa, nesta legislatura de 1844-45, a representação do Conservador. O Partido Liberal ou não procurou as urnas ou não logrou eleição. Os conservadores, porém, perderam o poder em todo o país com a organização de um gabinete liberal em fevereiro de 1844.*

(*) Essas mudanças de gabinete se davam por votos da Câmara ou por arbítrio do Imperador. No regime parlamentar adotado, os ministros saíam do Senado e da Câmara, isto é, eram ali escolhidos pelo monarca. Perdendo a maioria, em voto de confiança da Câmara, o ministério era substituído ou a Câmara dissolvida para nova eleição, consulta à nação, como diziam. A nação favorecia sempre o partido do

Nas últimas legislaturas aumenta o número de letrados, padres e bacharéis que começavam, estes últimos, a sair da faculdade de Direito de Olinda. Independente dos títulos, vários deviam ser homens de instrução e traquejo, fizeram nome e carreira. Porfírio Aranha era ou foi professor do Liceu e aparecia constantemente na tribuna da Assembléia. Manuel Simplício Jacome da Veiga Pessoa teve assento como suplente na Assembléia Geral.

6ª LEGISLATURA – 1846-1847

Dr. Antonio Manuel de Aragão e Mello
Padre José Antonio Marques da Silva Guimarães
Joaquim Baptista Avondano
Amaro Victoriano da Gama
Luiz Vicente Borges
Pedro Marinho Falcão
Antonio Henrique de Almeida
José Paulo Travassos de Arruda
Vigário Trajano Gomes de S. Thiago
Dr. Francisco Ignácio de Souza Gouveia
Joaquim José dos Santos Leal
Dr. Graciano Adolpho Cavalcante de Albuquerque
Dr. Victorino do Rêgo Toscano Barreto
Bernardino José Limeira
Dr. José Thomaz Arnaud
José Luiz Lopes Bastos
Padre José Antonio Lopes da Silveira
Dr. Maximiano Lopes Machado
Saturnino Rodrigues dos Santos
Dr. Izidro Leite Ferreira de Souza
Padre Antonio Salgado Chaves
Padre Firmino José de Figueiredo
João de Albuquerque Maranhão
Manuel Francisco de Oliveira e Mello
Manuel Ferreira de Souza
Justino Gomes da Silveira
Dr. Francisco Rodrigues de França Leite
Severino José de Araújo

---

gabinete já no poder... A mudança de 1844 atribuiu-se, entretanto, a uma simples intriga de Corte, à influência de um válido de Pedro II, Aureliano Coutinho (depois visconde de Sepetiba) que se indispusera com o chefe do gabinete, então o marquês do Paraná.

Subindo os Liberais, após reforço do gabinete em 1845, vieram duas *legislatura* unânimes desse elemento. Aparecem, nesta de 1846-47, algumas figuras novas, de notável projeção no futuro do partido. Aragão e Melo e Maximiano Machado serão as de maior brilho. Aragão e Vitorino do Rêgo foram posteriormente deputados gerais. Maximiano foi revolucionário liberal em 1848, na cidade de Areia. Depois daquele ano, fixou-se em Campina Grande onde chefiou o partido local. Voltou à Assembléia nas Legislaturas de 58 a 61. Retirando-se em seguida para Recife, ali figurou na política, várias vezes eleito para a Assembléia pernambucana. Era membro do Instituto Arqueológico de Pernambuco e autor de uma História da Província da Paraíba, publicação póstuma de 1912.

7ª LEGISLATURA – 1848-1849

Dr. Agostinho Moreira Guerra,
Dr. Victorino do Rêgo Toscano Barreto
Tenente-Coronel José Paulo Travassos de Arruda
Tenente-Coronel Pedro Marinho Falcão
Dr. Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque
Dr. Antonio Manuel de Aragão e Mello
Dr. Izidro Leite Ferreira de Souza
Dr. José da Costa Machado
Antonio Henrique de Almeida
Capitão José Athanazio Pinheiro
Comandante Superior Joaquim Baptista Avondano
Vigário José Antonio Marques da Silva Guimarães
Dr. José Thomaz Arnaud
Capitão José Severiano da Silveira Calafange
Tenente-Coronel Saturnino Rodrigues dos Santos
Dr. Maximiano Lopes Machado
Dr. Antonio Benício Saraiva Leão Castello Branco
Dr. Antonio de Souza Gouveia
Manuel Deodato de Almeida Henrique
Major Felinto Leoncio Victor Pereira
Capitão Manuel Francisco de Oliveira e Mello
Prudente Gabriel da Veiga Pessôa
Padre Felippe José Pessoa de Vasconcellos
Major Bernardino José Limeira
Padre Felippe Benício da Fonseca Galvão
Dr. Graciano Adolpho Cavalcante de Albuquerque
Dr. Francisco Rodrigues Ramalho de França Leite
Padre João do Rêgo Moura.

Nesta legislatura vem o padre Galvão que depois, várias vezes, como vice-presidente, governou a província. Caem os liberais em 1848. Graciano Adolfo subiu à Assembléia Geral substituindo como suplente a Felizardo Toscano, na sessão de 1848.

8ª LEGISLATURA – 1850-1851

Dr. Fausto Benjamin da Cruz Gouveia
Dr. José Paulino de Figueiredo
Dr. Manuel Tertuliano Thomaz Henriques
Dr. Balduino José Meira
Tenente-Coronel Leonardo Bezerra Cavalcante
João Gomes de Almeida
Coronel José Gomes de Sá
Dr. Lindolpho José Correia das Neves (padre)
Dr. João Antonio Fernandes de Carvalho
Francisco Xavier de Andrade Junior
Tenente-Coronel Francisco Antonio de A. Albuquerque
Antonio Gabino de Almeida Mendonça
Luiz Antonio Vilacêca
Francisco Aprigio de Vasconcellos Brandão
Dr. Delfino Augusto Cavalcante de Albuquerque
Dr. Francisco Felix Villar de Carvalho
Joaquim José Henrique da Silva
Padre Francisco Pinto Pessoa
Dr. Chrispim Antonio de Miranda Henriques
Vigário Camillo de Mendonça Furtado
Claudino Joaquim Bezerra Cavalcante
Marcolino Xavier Tavares da Silva
Vigário Firmino de Mello Azevedo
Francisco José Meira
Francisco Carneiro da Cunha
Dr. Antonio Carlos de Almeida e Albuquerque.

Subindo os conservadores em todo o Império, com o gabinete 29 de Setembro, do Marquês de Olinda (1848), o partido passa a fazer aqui assembléias unânimes. Ressurgem os Carneiro da Cunha, os Meira, os Vilar, os Almeida e Albuquerque e outros nomes, como os do velho José Gomes de Sá e Flávio Freire, que caracterizavam, ao tempo, a feição conservadora das relações políticas, na Paraíba, quando algum deles falta, subiu à Câmara nacional, foi substituído por outro, se não desapareceu pela morte ou pelo cansaço da velhice.

Desta lista de 1850-51 tomaram renome o Padre Lindolfo, jornalista, orador, membro da Assembléia Geral, e Joaquim José Henrique da Silva, emérito professor de Areia que também chegou a ter assento como suplente na câmara nacional. José Paulino de Figueiredo e Antônio Carlos de Almeida e Albuquerque também representaram a Paraíba na Assembléia Geral, como suplentes de Frederico de Almeida e Albuquerque, na sessão de 1856. De Flávio Freire e Francisco José Meira já dissemos anteriormente.

9ª LEGISLATURA – 1852-1853

Tenente-Coronel Francisco Antônio de A. e Albuquerque
Commandante Superior Manuel Martins Casado
Dr. Francisco Antonio de Almeida e Albuquerque
Dr. Fausto Benjamin da Cruz Gouveia
Dr. Manuel Tertuliano Thomaz Henriques
Coronel Ismael da Cruz Gouveia
Dr. Antonio Carlos de Almeida e Albuquerque
Tenente-Coronel Leonardo Bezerra Cavalcante
Dr. João Antonio Fernandes de Carvalho
Dr. Francisco Félix Villar de Carvalho
Dr. Francisco Pinto Pessoa
Dr. José da Costa Machado
Dr. Balduino José Meira
Francisco de Assis Pereira Rocha
Manuel Porfírio Aranha
Dr. José Maria Ferreira da Silva
Dr. José Paulino de Figueiredo
Dr. Antonio da Cunha Cavalcante de Albuquerque
Dr. Chrispim Antonio de Miranda Henriques
Dr. Flávio Clementino da Silva Freire
Claudino Joaquim Bezerra Cavalcante
Joaquim José Henrique da Silva
Tenente-Coronel Manuel Florentino Carneiro da Cunha
Francisco José Meira
Francisco Xavier de Andrade Junior
Marcolino Xavier Tavares da Silva
Major Antonio Gabino d'Almeida Mendonça
Francisco José Rabello.

Os drs. Antonio Carlos de A. e Albuquerque e Crispim Antonio de Miranda Henriques tiveram representação na Assembléia Geral, co-

mo suplentes, substituindo Francisco de Assis Pereira Rocha, respectivamente, nas sessões de 1855 e 56.

10ª LEGISLATURA – 1854-1855

Dr. Manuel Tertuliano Thomaz Henriques
Dr. Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque
Comandante Superior Manuel Martins Casado
Dr. José Paulino de Figueiredo
Dr. Fausto Benjamin da Cruz Gouveia
Dr. Flávio Clementino da Silva Freire
Dr. Francisco Antonio de Almeida e Albuquerque
Padre Francisco Pinto Pessoa
Dr. Antonio Carlos de Almeida e Albuquerque
Dr. Francisco Félix Villar de Carvalho
Comandante Superior José Gomes de Sá
Manuel Porfírio Aranha
Dr. Francisco Jovita Cavalcante de Albuquerque
Joaquim José Henriques da Silva
Vigário Amaro Pereira de Souza
Dr. José Maria Ferreira da Silva
Dr. Chrispim Antonio de Miranda Henriques
Dr. João da Mata Correia Lima
Dr. José Carlos da Costa Ribeiro
Dr. Francisco Antonio de Almeida e Albuquerque
Coronel Ismael da Cruz Gouveia
Dr. Olintho José Meira
Francisco José Meira
Dr. Antonio Felippe de Albuquerque Maranhão
Antonio Gabino de Almeida de Mendonça
Dr. João Rodrigues Chaves
Dr. Aurelio da Costa Villar
Dr. Francisco Lucas de Souza Rangel.

11ª LEGISLATURA – 1856-1857

Padre Francisco Pinto Pessoa
Dr. Anízio Salatiel Carneiro da Cunha
Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha
Padre Renovato Pereira Tejo
Marcolino Xavier Tavares da Silva
Dr. Antonio de Souza Carvalho

Padre Antônio Batista Espínola (Conservador), presidente da Assembléia em 1875, 1884, 1885.

Dr. Fausto Meira, (Liberal) presidente da Assembléia em 1883.

Manuel Porfírio Aranha
Dr. Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque (·)
Dr. Olintho José Meira
Dr. Francisco Félix Villar de Carvalho
Padre Antonio Baptista Espinola
Dr. João Rodrigues Chaves
Dr. José Carlos da Costa Ribeiro
Joaquim José Henrique da Silva
Dr. Francisco Lucas de Souza Rangel
Vigário Camillo de Mendonça Furtado
Dr. Francisco Jovita C. de Albuquerque REV. IHGP-21 PAG. 194
Dr. Antonio Carlos de Almeida e Albuquerque
Dr. Manuel Tertuliano Thomaz Henriques
Dr. José Paulino de Figueiredo
Dr. Chrispim Antonio de Miranda Henriques
Dr. João da Mata Correia Lima
Dr. Joaquim da Costa Ribeiro (··)
Tenente Coronel João Dantas de Oliveira
Dr. Fausto Benjamin da Cruz Gouveia
Francisco Lucas de Souza Rangel. ?

Só foram reconhecidos e tomaram assento imediato os 26 deputados da lista, sendo as duas vagas restantes preenchidas por suplentes.

12ª LEGISLATURA – 1858-1859

Padre Felippe Benício da Fonseca Galvão
Padre Augusto Cyrillo de Oliveira e Mello
Dr. Felintho Henrique de Almeida
Dr. Luiz Ignácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão
Dr. Patrício Manuel de Souza
Vigário Manuel Jacome Bezerra Cavalcante
Padre Francisco Pinto Pessoa
Dr. Francisco Ignácio de Souza Gouveia
Alferes Manuel de Assumpção Santiago
Vigário Manuel Cordeiro da Cruz
Dr. João Leite Ferreira
Dr. José Leodegário Rocha Farias – BACHAREIS – 104
Dr. Antonio de Souza Carvalho
Dr. Elias Eliaco Elizeu da Costa Ramos
Padre Leonardo Antunes Meira Henriques
Claudino Bezerra Cavalcante

(·) S. MAIA - SAPE - PAG. 192

(··) genro do Dr. Benedito Acamã.

Dr. José Evarista da Cruz Gouveia
Dr. Hermogenes Sócrates da Silva T. e Vasconcellos
Dr. Antonio José d'Assumpção Neves
Dr. Luiz Affonso d'Albuquerque Maranhão
Dr. Manuel da Fonseca Xavier de Andrade
Dr. Lindolpho José Correia das Neves
Dr. Olintho José Meira
Vigário Bernardino da Rocha Formiga
Marcolino Xavier Tavares da Silva
Dr. Maximiano Lopes Machado
Dr. Emiliano Castor de Araújo
Major Bernardino José Limeira

Foi anulada a eleição do dr. Manuel Tertuliano Thomaz Henriques, chamado um suplente à sua cadeira.

Esta composição de 58-59 quebra a unanimidade que os conservadores vinham mantendo desde 1850, embora o seu domínio nesta fase, domínio que começara em 49, se prolongasse até 1863. O ministério Paraná (1853-57) iniciára uma política de conciliação que se dilatou pelos gabinetes seguintes até 59. Aqui na Paraíba, ou por acordo ou por haver favorecido uma lei eleitoral de círculos, que Paraná estabelecera para efetivar garantia, os liberais aparecem com um brilhante contingente nesta assembléia. Padre Galvão, Felinto Henrique de Almeida, João Leite Ferreira, bacharel, filho do Coronel João Leite de listas anteriores, Antonio de Souza Carvalho (mais tarde visconde), Manuel de Assunção Santiago, Maximiano Machado e Bernardino Limeira são os nomes mais conhecidos. Elias Ramos e padre Lindolfo também acabariam liberais através dessa liga de tantos efeitos futuros no cenário nacional e da província. Estes dois últimos e padre Pinto Pessoa, José Evaristo, Souza Carvalho, Elias Ramos, João Leite e Felinto de Almeida subirão, mais tarde, à Assembléia Nacional.

13ª LEGISLATURA – 1860-61

Padre Felippe Benício da Fonseca Galvão
Dr. Antonio de Souza Carvalho
Dr. Felintho Henrique de Almeida
Dr. Luiz Ignácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão
Dr. Luiz Affonso de Albuquerque Maranhão
Padre Augusto Cyrillo de Oliveira e Mello
Dr. Manuel Tertuliano Thomaz Henriques
Manuel Porfírio Aranha

Dr. Anísio Salatiel Carneiro da Cunha
Dr. João da Mata Correia Lima
Dr. Manuel da Fonseca Xavier de Andrade
Dr. Augusto Carlos de Almeida e Albuquerque
Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia
Dr. Antonio da Cunha Xavier Andrade
Dr. Claudino Bezerra Cavalcante
Padre José Genuino de Hollanda Chacon
Dr. Francisco Ignácio de Souza Gouveia
Dr. João Rodrigues Chaves
Dr. Emiliano Castor de Araujo
Dr. Maximiano Lopes Machado
Dr. Felizardo Toscano de Brito
Dr. Manuel Carlos de Gouveia
Dr. Elias Eliaco Eliseu da Costa Ramos
Manuel d'Assumpção Santiago
Dr. Luiz José Correia de Sá
Vigário Bernardino José da Rocha Formiga
Praxedes Rodrigues dos Santos
Padre Joaquim Ferreira da Silva
Dr. Leonardo Antunes Meira Henriques
Dr. Lindolpho José Correia das Neves

Os conservadores da Paraíba estavam orientados por Frederico de Almeida e Albuquerque, senador desde 1856, alto prestígio no Rio, e já dirigidos aqui por Diogo Velho (depois visconde de Albuquerque), Silvino Elvidio e Anísio Salatiel Carneiro da Cunha. O elemento dos Liberais, após o fracasso de 49, vinha crescendo sob a chefia, desde 1850, de Felizardo Toscano de Brito, agora aliado a antigos conservadores que, através da política de conciliação e das ligas efetuadas na Corte se viam no campo novo dos chamados progressistas. O Partido Liberal, apesar da representação ainda numerosa dos adversários (Manuel Tertuliano Thomaz Henriques, Anísio Carneiro da Cunha, Porfírio Aranha, João da Mata, José Evaristo, Augusto Carlos de Almeida e Albuquerque, padre Leonardo Meira e outros), elege a mesa da Assembléia Legislativa em 1861. Mas ocorria um retrocesso de ordem geral. Senhores do governo, a começar de agosto de 59, os conservadores radicais (ministérios Angelo Ferraz e Duque de Caxias), iam eles dominar aqui na legislatura de 1862-63.

14ª LEGISLATURA – 1862-1863

Padre Francisco Pinto Pessoa
Dr. Lindolpho José Correia das Neves
Dr. Manuel Tertuliano Thomaz Henriques
Padre Frederico de Almeida e Albuquerque Mello
Major Thomaz de Aquino Mindelo
Padre José Genuíno de Hollanda Chacon
Dr. José Rodrigues Chaves
Dr. Antonio de Souza Carvalho
Padre Antonio Baptista Espinola
Dr. Manuel da Fonseca Xavier de Andrade
Dr. Claudino Bezerra Cavalcante
Dr. Francisco Antonio Vital de Oliveira
Dr. Patrício Manuel de Souza
Capitão Targino Candido das Neves
Dr. Antonio Bernardino dos Santos
Pedro Cavalcante de Albuquerque Maranhão
Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha
Dr. Leonardo Antunes Meira Henriques
Dr. José Paulino de Figueiredo
Antonio Alves da Nóbrega
Dr. Antonio da Trindade Antunes Meira Henriques
Dr. Augusto Carlos de Almeida e Albuquerque
Dr. Antonio da Cunha Xavier de Andrade
Dr. João Leite Ferreira
Dr. Aurélio da Costa Villar
Padre Renovato Pereira Tejo
Dr. José Carlos da Costa Ribeiro
Manuel Porfírio Aranha
Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia
Dr. Alípio da Costa Villar

O último destes não tomou assento. Uma lei geral havia dividido a província em dois distritos, o 1º elegendo 18, o 2º 12 deputados. Liberais mais distintos, vemos aí padre Lindolfo, Souza Carvalho, João Leite (o moço) e os novos Targino Neves e Antonio Bernardino dos Santos. Um ou outro se contará ainda que não sabemos destacar aqui Mudança quase total se verificaria na legislatura seguinte.

15ª LEGISLATURA – 1864-1865

Padre Felippe Benício da Fonseca Galvão

Dr. Antonio da Cruz Cordeiro
Dr. Abdon Felintho Milanez
Dr. Luiz Ignácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão
Dr. Francisco José Rabello
Manuel de Assumpção Santiago
Dr. João Cavalcante de Albuquerque
Dr. José Joaquim de Sá Benevides
Dr. José Marques Camacho
De. Antonio José de Assumpção
Antonio da Costa Rêgo Moura
Dr. Francisco Alves de Souza Carvalho
Dr. Emiliano Castor de Araújo
Dr. Chrispim Antonio de Miranda Henriques
Padre Bento de Barros Mendonça
Dr. Antonio Bernardino dos Santos
Dr. João Florentino Meira de Vasconcellos
Dr. José Carlos da Costa Ribeiro
Dr. Elias Eliaco Eliseu da Costa Ramos
Dr. Benjamin Franklin de Oliveira e Mello
Dr. Francisco de Paula Silva Primo
Dr. Epaminondas de Souza Gouveia
Jovino Limeira Dinoá
Padre Vicente Xavier de Farias
Dr. Antonio Joaquim do Couto Cartacho
Praxedes Rodrigues dos Santos
Padre Francisco Alves Pequeno
Ildefonso Ayres Cavalcante de Albuquerque
Dr. Antonio Henriques de Almeida
Dr. Manuel Carlos de Gouveia

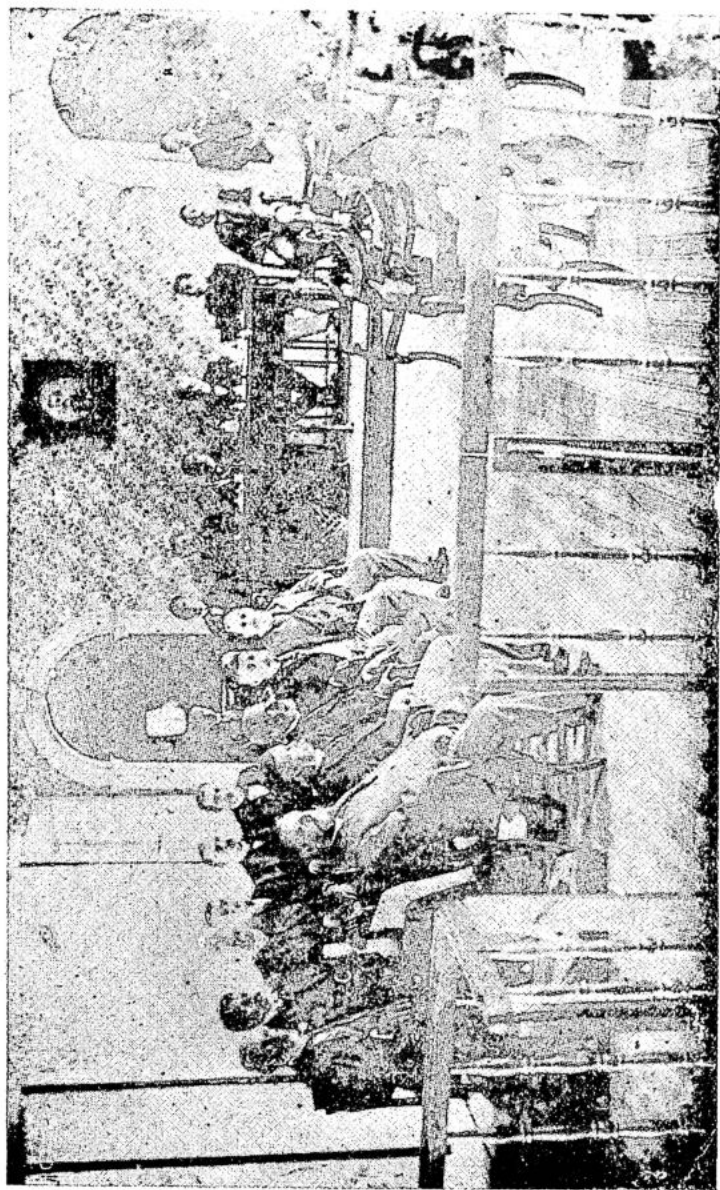
Foi completa, nessa legislatura, a transformação partidária da assembléia. Além dos velhos nomes liberais, aparecem Abdon Milanez, Antonio da Cruz Cordeiro, José Joaquim de Sá e Benevides, Jovino Limeira Dinoá, Antonio Henriques de Almeida e Paula Primo. Nenhum Carneiro da Cunha, nem Almeida e Albuquerque, nem Chacon, nem Vilar, nem Cruz Gouvea, nem Meira Henriques. De Henrique, só os Henrique de Almeida (Felinto e Antonio) e dos Meira, só os Meira de Vasconcelos (João Florentino e Fausto), vêem nas listas liberais. Dos Gouvêa, os Souza Gouvêa (Francisco, Ignácio, Antonio e Epaminondas) e Manuel Carlos de Gouvêa.

Desta assembléia, subiram mais tarde à Câmara nacional João Florentino, Manuel Carlos e Elias Ramos. João Florentino foi senador

e ministro no Império, Abdon Milanez, senador na República. Ivo Borges, Antonio e Epaminondas Gouvêa fizeram carreira na magistratura. Jovino Limeira Dinoá, famoso rabula de Cabaceiras, veiu ser prefeito da Capital, na República, no governo Gama e Melo (1899).

16ª LEGISLATURA – 1866-1867

Padre Bento José de Barros Mendonça
Dr. Antonio da Crûz Cordeiro
Dr. Jeronymo Cabral Rodrigues Chaves
Dr. Abdon Felintho Milanez
Padre Antero Estanislao Ouriques de Vasconcellos
Capitão Antonio da Costa Rêgo Moura
Padre Felippe Benício da Fonseca Galvão
Dr. Luiz Ignácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão
Tenente-Coronel Ildefonso Ayres de Albuquerque Cavalcante
Dr. José Carlos da Costa Ribeiro
Dr. Antonio de Mello Rogers
Dr. Ivo Magno Borges da Fonseca
Dr. João Florentino Meira de Vasconcellos
Alferes Manuel de Assumpção Santiago
Dr. Francisco Ignácio de Souza Gouveia
Dr. Francisco José Rabello
Dr. Antonio de Souza Gouveia
Padre Amancio Leite Ferreira
Dr. Manuel Carlos de Gouveia
Dr. Elias Eliaco Eliseu da Costa Ramos
Padre Francisco Alves Pequeno
Dr. Epaminondas de Souza Gouveia
Dr. Victorino do Rêgo Toscano Barreto
Joaquim Mendes Ribeiro
Padre Francisco Ananias de Farias Castro
Dr. José Tavares da Cunha Mello
Jovino Limeira Dinoá
Dr. Francisco de Paulo Silva Primo
Dr. Manuel Rolim de Alencar.

Por falecimento dos deputados tenente-coronel Ildefonso Ayres de Albuquerque Cavalcante e dr. Antonio de Mello Rogers, os quais não chegaram a tomar assento na Assembléia, foram eleitos os srs. dr. Antonio Bernardino dos Santos e Padre Eduardo Marcos de Araújo.

Sessão de 1900. Na mêsa: Manuel Dantas, presidente, tendo a direita Graciliano Lordão, José Moura e Manuel Ferreira, e a esquerda, Lima Botêlho e Eneas Pedro de Souza. Nas filas, a começar da Mêsa: Na da frente, Antônio Soares de Pinho, (o segundo não foi possível identificar) Marcolino Pereira Lima, Mariano Pinto, José Fernandes Teles. Atraz, começando pelo mesmo lado, Lindolfo Correia, Bonifácio Moura, João Leite Primo, João Lourenço Pôrto, Francisco Coutinho de Lima e Moura e Campêlo Galvão. (Fotografia de "Reminiscência", de F. Coutinho de Lima e Moura, publicada em 1938).

17ª LEGISLATURA – 1868-1869

Padre Felippe Benício da Fonseca Galvão
Padre Eduardo Marcos de Araújo
Padre Joaquim Victor Pereira
Padre Bento José de Barros Mendonça
Dr. Jeronymo Cabral Rodrigues Chaves
Dr. Abdon Felintho Milanez
Dr. Manuel Rodrigues de Arruda Câmara
Dr. José Marques Camacho
Joaquim José Henriques da Silva
Capitão Vicente do Rêgo Toscano de Britto
Dr. Antonio de Souza Gouveia
Capitão Antonio da Costa Rego Moura
Dr. Francisco Ignácio de Souza Gouveia
Alferes Manuel de Assunção Santiago
Dr. Antonio da Cruz Cordeiro
Dr. Francisco de Paula Silva Primo
Dr. Benjamin Franklin de Oliveira Mello
Dr. Joaquim Rodrigues Chaves
Padre Amancio Leite da Silva
Dr. José Peregrino de Araújo
Dr. Irineu Ceciliano Pereira Jofilly
Dr. Manuel Carlos de Gouveia
Dr. Manuel Barata de Oliveira Mello
Dr. Elias Eliaco Eliseu da Costa Ramos
Padre Francisco Alves Pequeno
Padre Francisco Ananias de Farias Castro
Tenente-Coronel Praxedes Rodrigues dos Santos
Tenente-Coronel Manuel Joaquim de Oliveira
Tenente-Coronel José Paulo Travassos de Arruda
Dr. José Tavares da Cunha Mello

Tendo falecido o padre Eduardo Marcos de Araújo, foi a vaga preenchida pelo dr. Elias Frederico de Almeida e Albuquerque. De figuras que depois muito se ilustraram na política, na magistratura e no foro, surgem, nesta legislatura de 68-69, José Peregrino de Araújo e Irineu Joffily. Antonio da Cruz Cordeiro foi médico ilustre e figurou nas letras como poeta de certa fulguração nas escolas de seu tempo. Irineu Joffily foi o autor de NOTAS SOBRE A PARAÍBA (1892), livro de estudos históricos, geográficos e etnográficos do Estado. Manuel Câmara, Antonio de Souza Gouvêa e Benjamin de Oliveira foram magistrados, os dois primeiros, desembargadores.

18ª LEGISLATURA – 1870-1871

Dr. Silvino Elvídio Carneio da Cunha
Dr. Pedro Cavalcanti de Albuquerque Maranhão
Dr. Antonio da Cunha Xavier de Andrade
Dr. Elias Frederico de Almeida e Albuquerque
Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia
Dr. Augusto Carlos de Almeida e Albuquerque
Dr. Francisco de Assis Pereira da Rocha Júnior
Capitão Marculino Xavier Tavares da Silva
Dr. Bento José Alves Vianna
Dr. Frederico Peregrino Carneiro da Cunha
Dr. Claudino Bezerra Cavalcanti
Dr. Samuel Henriques Hardman
Dr. Claudino Francisco de Araújo Guarita
Padre Antonio Baptista Espinola
Dr. Miguel Peixoto de Vasconcellos
Capitão Antonio de Lellis Souza Pontes
Dr. Leonardo Antunes Meira Henrique
Dr. Patrício Manuel de Souza
Dr. Antonio da Trindade Antunes Meira Henriques
Vigário Renovato Pereira Tejo
Dr. José Paulino de Figueiredo
Dr. José Thomaz Arnaud
Dr. Manuel da Fonseca Xavier de Andrade
Dr. Francisco Félix Villar de Carvalho
Dr. Benedicto Marques da Silva Acauã
Vigário Manuel Cordeiro da Cruz
Dr. Joaquim da Costa Ribeiro
Dr. Francisco Jovita Cavalcanti de Albuquerque
Joaquim José Mendes Ribeiro
Manuel Porfírio Aranha.

Os liberais haviam caído em todo o Império em julho de 68, com o gabinete 16 de Julho, do visconde de Itaboraí. Nesta assembléia provincial de 70-71 não se vê um liberal. Voltam os Carneiro da Cunha, Almeida e Albuquerque, Meira Henriques, Vilar. Voltam Porfírio Aranha, Francisco de Assis Pereira Rocha, José Evaristo, padre Espinola e padre Tejo, outros menos remotos, de que ainda ouvimos, de vários, o rumor, nas diversas profissões públicas.

Um novo desta assembléia, que muito subiu depois, foi Antonio da Trindade Antunes Meira Henriques, desembargador, presidente da

assembléia na República, chefe de grande prestígio em varios colégios eleitorais, deputado à Câmara Federal.

Outros que atingiram, na magistratura, a desembargatoria foram Manuel da Fonseca Xavier de Andrade, Bento Viana, e Francisco Jovita Cavalcanti de Albuquerque.

Pelos ANAIS de 1870 eram freqüentes na tribuna padre Meira, Porfírio Aranha, Trindade, Bento Viana, cujo nome parlamentar era Alves Viana, Claudino Bezerra Cavalcanti, padre Espinola e, embora menos, os srs. Arnaud, Mendes Ribeiro, Guarita, Lelis, etc. Na presidência, Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, o futuro comendador e barão. O padre Tejo acusava os chefes liberais de perseguições políticas em Cabaceiras, envolvendo com os Limeira locais, Elias Ramos, de S. João, Emiliano Castor, de Soledade e o próprio chefe do partido na província, Felizardo Toscano de Brito.

O dr. Benedito Marques da Silva Acauã era filho do antigo liberal de igual nome, que foi presidente da Assembléia, deputado geral e advogado notável. Ambos de Souza, irmão um e outro sobrinho do padre Marques Guimarães, este segundo Benedito de Acauã domiciliou-se em Pombal e aí fez sempre política aos liberais dissidentes, amigos do conselheiro João Florentino.

19ª LEGISLATURA – 1872-1873

Cônego dr. Leonardo Antunes Meira Henriques
Dr. Antonio da Trindade Antunes Meira Henriques
Dr. José Paulino de Figueiredo
Dr. Joaquim Moreira Lima
Padre Antonio Baptista Espinola
Dr. Francisco de Assis Pereira Rocha Junior
Dr. Manuel da Fonseca Xavier de Andrade
Dr. Patrício Manuel de Souza
Dr. Miguel Peixoto de Vasconcellos
Dr. Elias Frederico de Almeida e Albuquerque
Dr. Claudino Francisco de Araújo Guarita
Capitão Marcolino Xavier Tavares da Silva
Dr. Crispim Antonio de Miranda Henriques
Dr. Lourenço Bezerra Vieira de Mello
Dr. Claudiano Bezerra Cavalcante
Dr. João Thomaz Arnaud
Dr. Francisco Félix Villar de Carvalho
Capitão João Rodolpho Gomes
Dr. Bento José Alves Vianna

Manuel Porfírio Aranha
Dr. Augusto Carlos de Almeida e Albuquerque
Capitão Manuel Carlos de Almeida e Albuquerque
Padre José Ambrósio da Costa Ramos
Dr. Francisco José Meira Sobrinho
Padre Renovato Pereira Tejo
Dr. Manuel Leite Cezar Loureiro
Dr. Samuel Henriques Hardman
Joaquim José Mendes Ribeiro

Faleceram os deputados dr. Patrício Manuel de Souza e Manuel Porfírio Aranha, sendo as suas vagas preenchidas pelos Tenente-Coronel Francisco Antonio Aranha Chacon e dr. Ernesto Adolfo de Vasconcelos Chaves. Os nomes não deixam dúvida: Assembléia quase unanime de conservadores. Só o padre José Ambrósio da Costa Ramos (irmão de Elias Ramos) deixa parecer qualquer pequena conquista eleitoral, acordo ou transigência de ocasião. Assim como o nome do prof. Joaquim José Henriques da Silva, aparece anteriormente numa espessa relação de liberais, o dr. Chrispim de Miranda Henriques também em situações partidárias diferentes. Não era raro, na Monarquia um partido favorece um nome ou uma fração desgostosa do partido contrário, permutando votos de um distrito para outro. Várias vezes os conservadores ajudaram os dissidentes liberias no 4º e 5º distritos em troca dos sufrágios destes no 1º, 2º e 3º. Fenômeno de qualquer tempo, também não era raro parentes próximos permanecerem, por convicções ou relações próprias, em campos diversos.

20º LEGISLATURA – 1874-1875

Padre Antonio Baptista Espínola
Dr. José Luiz Peixoto de Vasconcellos
Dr. Samuel Tertuliano Henriques
Dr. Leonardo Antunes Meira Henriques
Padre Luiz Cavalcante de Albuquerque Burity
Dr. Francisco de Assis Pereira Rocha Júnior
Dr. Emiliano Gomes de Andrade e Silva
Capitão Marcolino Xavier Tavares da Silva
Dr. Claudino Francisco de Araújo Guarita
Dr. Ernesto Adolpho Vasconcellos Chaves
Dr. Bento José Alves Vianna
Francisco José do Rosário
Dr. João Thomaz Arnaud

Dr. Manuel Leite Cezar Loureiro
Capitão João Rodolpho Gomes
Dr. Antonio da Trindade Antunes Meira Henriques
Manuel Melchiades Pereira Tejo
Dr. Francisco Félix Villar de Carvalho
Dr. Samuel Henriques Hardman
Padre Izidro Gomes de Sá Barreto
Tenente-Coronel Francisco Antonio Aranha Chacon
Padre José Ambrózio da Costa Ramos
Capitão Manuel Carlos de Almeida e Albuquerque
Dr. Lourenço Bezerra Vieira de Mello
Dr. Manuel Juvenal Rodrigues da Silva
Joaquim José Mendes Ribeiro
Dr. Claudiano Bezerra Cavalcante
Dr. Miguel Peixoto de Vasconcellos
Dr. Chrispim Antonio de Miranda Henriques
Padre Theodolino Antonio da Silveira Ramos

21ª LEGISLATURA – 1876-1877

Dr. Leonardo Antunes Meira Henriques
Capitão Manuel Carlos de Almeida e Albuquerque
Dr. Custódio Domingues dos Santos Júnior
Tenente Alvino Gomes de Sá
Dr. Francisco Antonio Carneiro da Cunha
Cônego José Antunes Brandão
Dr. João Gualberto Gomes de Sá
Capitão Antonio Floro Camello Pessoa
Dr. Joaquim Monteiro Diniz
Vigário Frederico de Almeida e Albuquerque Mello
Dr. Francisco Alves da Nóbrega
Tenente-Coronel Antonio José da Cruz Marques
Major Tude Soares Neiva
Capitão Pedro Américo de Almeida —
Capitão Joaquim Ignácio de Lima e Moura
Alferes Francisco Antonio Justiniano de Carvalho
Francisco Elpídio de Hollanda Chacon
Hermínio Melchiano da Silva Ramos
Capitão Manuel Melchiades Pereira Tejo
Dr. Benedicto Onofre d'Albuquerque Henrique
José Silvino de Andrade Moura
Padre Antonio Baptista Espinola

Dr. Francisco de Assis Pereira Rocha
Vigário Luiz Cavalcante de Albuquerque Burity
Desembargador Manuel Tertuliano Thomaz Henriques
Marcolino Xavier Tavares da Silva
Padre José Ambrósio da Costa Ramos
Major Virgínio Virgulino Cavalcanti de Albuquerque
Dr. João Thomaz Arnaud
Padre Alípio Emiliano Cordeiro da Cunha

Vão variando os nomes com o tempo. Uns morrem, outros viajam. Mudam de carreira, sobem de posto, ou recolhem à velhice. Desde muito Frederico de Almeida e Albuquerque, Flávio Freire, Silvino Elvídio e Anísio Salatiel Carneiro da Cunha, Antonio José Henriques, Diogo Velho, estão no Senado, na Assembléia Geral, no governo das províncias. Até esta legislatura de 1876-77, porém, no grupo Conservador, vem sempre um Carneiro da Cunha, um Almeida e Albuquerque, um Meira Henriques, um Gomes de Sá, um Chacon.

O deputado Tude Neiva veiu ter papel na fundação da República e foi no período de Deodoro, comandante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Seguiu-se uma assembléia de liberais.

22ª LEGISLATURA – 1878-1879

Dr. Abdon Felinto Milanez
Padre Antonio Ayres de Melo
Padre Manuel Mariano de Albuquerque
Tenente-Coronel João Lourenço Porto
Tenente-Coronel Targino Candido das Neves
Taciano Gomes da Silveira
Ildefonso da Costa Ramos
Dr. Joaquim Francisco Vieira de Mello
Dr. Ivo Magno Borges da Fonseca
Dr. Antonio Alfredo da Gama e Mello
Waldevino Lobo Ferreira Maia
Dr. José Ferreira de Novais
Dr. José Peregrino de Araújo
Alferes Manuel de Assumpção Santiago
Tenente-Coronel Praxedes Rodrigues dos Santos
Dr. José Lopes Pessoa da Costa
Dr. Francisco José Rabello
Dr. José Joaquim de Sá Benevides

Dr. Manoel Dantas Correia de Góis (Liberal), presidente da Assembléia em 1883 e de 1900 a 1904.

Dr. Irineu Ceciliano Pereira Joffily
Padre José Avelino Monteiro de Lima
Dr. Fábio Deoclécio da Nóbrega
Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos
Dr. Luiz Vicente Borges
Padre Manuel Correia de Souza Lima
Padre Bernardo de Carvalho Andrade
Dr. Enéas de Arroxellas Galvão
Dr. Luiz Ferreira Maciel Pinheiro
Dr. Francisco Ignácio de Souza Gouveia
Dr. Ascendino Vicente de Magalhães
Vicente Ferrer de Carvalho

Devido às brigas da ala diretora nacional, os liberais haviam enfraquecido e caído em 1868 com o último gabinete do conselheiro Zacarias de Góes. Os Conservadores ficam dez anos no poder com os ministérios de Itaboraí, S. Vicente, Rio Branco e Caxias. Deste último (1875-77) faz parte o conservador paraibano Diogo Velho, visconde de Cavalcanti.

O Partido Liberal abstem-se todo esse longo período, pregando a reforma eleitoral, a judiciária, a da Guarda Nacional, a abolição do recrutamento, a emancipação dos cativos, programa que o gabinete conservador do visconde de Rio Branco realiza, menos a reforma eleitoral. Para a execução desta idéia, tendo sido os liberais os primeiros que a desfraldaram, o Imperador chama-os ao poder com o visconde de Sinimbú, em 1878 (gabinete 7 de janeiro). Estas mudanças na alta esfera só raramente se davam com aspereza ou por puro entender de d. Pedro II. Para esta a nação estava preparada. Foi o próprio Duque de Caxias, presidente do ministério conservador, quem telegrafou a Sinimbú chamando-o em nome do Imperador para a conferência da substituição.

Aqui na Paraíba estava na direção do Partido Liberal o dr. João Leite, filho do coronel João Leite, de Piancó, e genro do grande chefe Felizardo Toscano que falecera em 1876.

Esta assembléia de 78-79 compõe-se de vários nomes do período anterior dos liberais e de novos que figurariam noutras legislaturas e noutros lugares.

Chefes locais, representantes do coronelismo popular que veio até a República, João Lourenço Porto, Waldevino Lobo, Targino Neves. Outros que muito subiram em posição, renome e brilho: padre Ayres, padre Manuel Mariano, Gama e Mélo, Sá Benevides, Albino Meira, Maciel Pinheiro, este último o do grande idealista, voluntário da guerra do

Paraguai e republicano histórico, alvo, pelo primeiro motivo, de uma ode condoreira de Castro Alves.

Gama e Melo, como vice-presidente, esteve por seis vezes no governo da Província e foi presidente do Estado de 1896 a 1900.

23ª LEGISLATURA – 1880-1881

Capitão Antonio da Costa Rego Moura
Dr. Abdon Felintho Milanez
Dr. Ascendino Vicente de Magalhães
Dr. Antonio Bernardino dos Santos
Dr. Albino Gonçalves Meira de Vasconcellos
Padre Antonio Ayres de Mello
Padre Bernardo de Carvalho Andrade
Dr. Eugênio Toscano de Britto
Dr. Francisco de Paula Silva Primo
Dr. Francisco Ignácio de Souza Gouveia
Dr. Francisco José Rabello
Dr. Fausto Nominando Meira de Vasconcellos
Idefonso da Costa Ramos
Dr. Ignácio Tavares da Silva
Padre José do Coração de Maria Castro
Padre Manuel Correia de Souza Lima
Manuel Pacheco Borges
Alferes Manuel de Assumpção Santiago
Padre Manuel Mariano de Albuquerque
Tenente-Coronel Praxedes Rodrigues dos Santos
Tenente-Coronel Targino Cândido das Neves
Taciano Gomes da Silveira
Waldevino Lôbo Ferreira Maia
Dr. José Joaquim de Sá Benevides
Dr. José Peregrino de Araújo
Dr. Irineu Ceciliano Pereira Joffily
Virgínio Honório de Almeida
Tenente-Coronel Jovino Limeira Dinoá

Não foi reconhecido deputado o candidato Fábio Cecino Deoclécio da Nóbrega.

Vão chegando outros novos de boa fulguração liberal: Fausto Meira, Antonio Bernardino dos Santos, Eugênio Toscano de Brito. Apesar de constituirem uma força única na Assembléia, os liberais paraibanos estão cindidos desde o desaparecimento de Felizardo Toscano. O chefe

divergente era o senador João Florentino Meira de Vasconcelos. Seguiam-no Manuel Carlos de Gouveia, Aragão e Melo, Cordeiro Senior, Costa Machado, padre Galvão, da gente da vanguarda, e pelo interior, Fausto Meira e os Mariz, em Sousa, Benjamin Franklim de Oliveira Melo, em Pombal, os Cartacho, em Cajazeiras, com ramificações no Piancó, em conchavos parciais com os conservadores.

24ª LEGISLATURA – 1882-1883

Capitão José Campello de Albuquerque Galvão
Dr. José Pereira Maia
Dr. José Joaquim de Sá Benevides
Dr. Paula Cavalcante Pessoa de Lacerda
Capitão João Severiano d'Albuquerque Maranhão
Tenente-Coronel Antonio José da Costa Maia
Capitão João Antonio Ferreira
Professor Graciliano Fontino Lordão
Dr. Manuel Dantas Correia de Góes
Cel. Manuel de Assumpção Santiago
Cel. Targino Cândido das Neves
Ildefonso da Costa Ramos
Capitão Antonio da Costa Rego Moura
Padre Manuel Mariano de Albuquerque
Padre José Alves da Costa Gadelha
Tenente-Coronel Jovino Limeira Dinoá
Major Antonio Floro Camello Pessoa
Vigário Belizio Luiz d'Albuquerque Cabral
Capitão Manuel Melchiades Pereira Tejo
Capitão Jeronymo José da Nóbrega
Capitão Abdon Odilon da Nóbrega
Dr. Caetano Alves de Souza Carvalho
Bento Correia Lima Netto
Dr. Fausto Nominando Meira de Vasconcellos
Francisco Vieira da Costa e Silva
João Agripino de Vasconcellos Maia
Dr. João Tavares de Mello Cavalcanti
Padre Antonio Baptista Espinola
Dr. Francisco Barbosa Aranha da Fonseca

Foi anulada a eleição de José Pordeus Rodrigues Seixas. Faleceram os deputados Caetano Alves de Souza Carvalho e Bento Correia Lima Netto. As vagas foram preenchidas pelos drs. Joaquim Fernandes

de Carvalho, José Cavalcanti de Albuquerque Júnior e Padre Manuel Vieira da Costa e Sá. Apesar de continuar a situação liberal, distinguiam-se nesta última lista alguns conservadores, João Antonio Ferreira (Bananeiras), Jeronymo José da Nóbrega (Santa Luzia do Sabugi), João Tavares de Mello Cavalcanti (Alagoa Nova), João Agripino de Vasconcellos Maia (Brejo do Cruz), padre Antonio Baptista Espínola (Mamanguape), Francisco Barbosa Aranha (Santa Rita) e alguns outros.

Joaquim Fernandes de Carvalho foi 1º vice-presidente do Estado de 1896 a 1900 e o dr. João Tavares foi o candidato autonomista à presidência do Estado na rumorosa eleição daquele último ano.

25ª LEGISLATURA – 1884-1885.

Capitão Antonio da Costa Rêgo Moura (L)
Dr. Joaquim Fernandes de Carvalho (C)
Capitão José Félix do Rêgo Barros (C)
Capitão José Campello de Albuquerque Galvão (L)
Capitão João Manuel da Silva
Padre Antonio Baptista Espínola (C)
Dr. Irineu Ceciliano Pereira Joffily (L)
Padre Emygdio Fernandes de Oliveira (C)
Dr. José Joaquim de Sá Benevides (L)
Dr. João Tavares de Mello Cavalcante (C)
Major João Antonio Ferreira (C)
Professor Graciliano Fontino Lordão (L)
Coronel Augusto Gomes e Silva
João da Santa Cruz Oliveira (L)
Dr. Francisco Félix Villar de Carvalho (C)
Padre Amâncio Leite de Souza (L)
Manuel Melchiades Pereira Tejo (C)
Capitão Abdon Odilon da Nóbrega (L)
Custódio Lino Pires
Major João José Botelho
Padre José Eufrausino Maria de Carvalho
Padre Manuel Vieira da Costa e Sá (C)
José Gomes de Sá (C)
Padre José Alves da Costa Gadelha
Major Antonio Floro Camêlo Pessoa
Capitão Francisco Alexandrino da Veiga Torres
Antonio Bezerra Carneiro da Cunha (C)
Dr. Francisco Alves de Lima Filho (C)

Foi anulada a eleição do Capitão Ascendino Cândido das Neves. Faleceram os deputados Padre Amâncio Leite de Souza e José Alves da Costa Gadelha. As vagas foram preenchidas pelos srs. Joaquim do Couto Cartacho, Vigário Joel Esdras Lins Fialho e dr. Francisco de Paula Primo, liberais. Desde 1880 as eleições se realizam pelo sistema direto, chamado o da reforma da lei Saraiva, que reduzia a massa vontante com o alistamento baseado na renda. Com o falecimento do dr. João Leite, em 1878, o Partido Liberal passava a ser dirigido por Paula Primo, e o Conservador., também com o falecimento do senador Frederico de Almeida e Albuquerque em 79, obedeceria definitivamente a Silvino Elvidio, depois Barão de Abiaí, salvo, em ambos, as influências autonomas ou dissidencias que não afetavam em grosso os resultados eleitorais.

Até o fim da Monarquia, a gente do Conselheiro João Florentino e a de Paula Primo, no Liberal, a de Abiaí e a dos Meira Henriques, no Conservador, sobretudo aquelas, se misturavam, mas não se combinavam perfeitamente. Numa eleição geral, por exemplo, a de 1880, os dissidentes liberais votaram nos conservadores nos três primeiros distritos em troca dos conservadores votarem naqueles no 4º e 5º, dando em resultado a vitória de um dissidente sobre um liberal radical. Os conservadores nunca chegaram ao ponto de conchavos prejudicando um correligionário.

Com a inicial do nome partidário, colocada entre parentesis, tentamos distinguir nesta assembléia de 84-85 a representação dos dois partidos.

26ª LEGISLATURA – 1886-1887

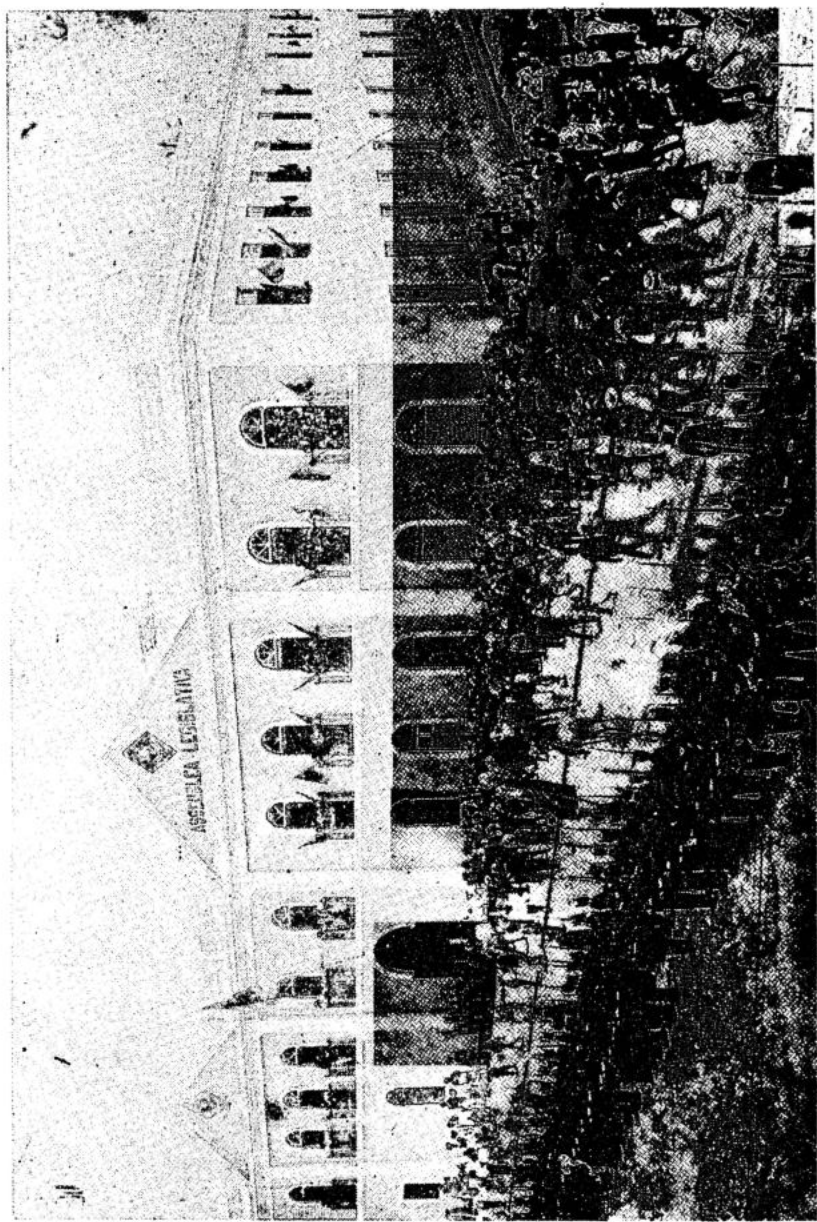
Capitão João Manuel da Silva
Capitão José Félix do Rêgo Barros
Vigário Antonio Ayres de Mello
Capitão José Campello de Albuquerque Galvão
Dr. Joaquim Alves de Souza Carvalho
Dr. Leonardo Antunes Meira Henriques
Dr. Apollonio Zenayde Peregrino de Albuquerque
Capitão Francisco Alexandrino da Veiga Torres
Dr. Amaro Gomes Carneiro Beltrão
Dr. Irineu Ceciliano Pereira Joffily
Major João Antonio Ferreira
Tenente-Coronel Manuel Pereira de Araújo Oliveira
Capitão Antonio Bezerra Carneiro da Cunha
Capitão Ascendino Cândido das Neves

Major Claudino Dias de Araújo
Professor Graciliano Fontino Lordão
Vigário Joaquim Alves Machado
Padre Alípio Emiliano Cordeiro da Cunha
Tenente-Coronel Luiz Antonio de Souza
Jovino Modesto Cavalcanti de Albuquerque
João Alvino Leite
José Gomes de Sá
Major João José Botelho
Manuel David Pereira de Souza
Tenente-Coronel Firmino Ayres Albano Costa
José Joaquim do Couto Cartaxo
Major Amélio Antônio Marinho Cezar
Pedro Marinho Falcão
Vigário Emygdio Fernandes de Oliveira
Dr. Francisco Alves de Lima Filho

Faleceu o deputado José Félix do Rêgo Barros, sendo em sua vaga eleito o Tenente-Coronel Joaquim Baptista Espínola, cujo diploma foi anulado. Na composição geral, continua a representação dos dois partidos, garantida no regime da lei Saraiva. Os conservadores subiram de novo em 1885, com o gabinete do Barão de Cotegipe (20 de agosto), mas na assembléia de 86-87 é grande ainda o elemento liberal. Os conservadores alcançaram maioria nos três primeiros distritos. Os liberais eram superiores no 4º e 5º distritos, no sertão, onde imperava o elemento do dr. Paula Primo, secundado por Dantas, Elias Ramos, Waldevino Lôbo, Marcolino Pereira Lima e outros velhos políticos.

Era a seguinte a divisão da província: 1º distrito: Capital (séde), Alhandra, Pedras de Fogo, Pilar, Mamanguape; 2º: Campina (séde), Ingá, Alagoa Grande, Guarabira; 3º: Areia (séde), Alagoa Nova, Bananeiras, Araruna, Cuité; 4º: Pombal (séde), Santa Luzia, Patos, Monteiro, S. João do Cariri e Cabaceiras; 5º: Sousa (séde), Cajazeiras, Piancó, Misericordia, Teixeira.

Dos novos da assembléia de 84-85 até 88-89 salientaram-se na política, subindo ao governo e ao parlamento nacional, na província ou no Estado, dos conservadores, Apolônio Zenaide, Lima Filho, José Antônio Maria da Cunha Lima, e dos liberais, Manuel Dantas e Felizardo Leite.

Manuel Dantas esteve no governo da província como vice-presidente, foi eleito deputado geral à assembléia dissolvida de 1885 e presidiu durante anos a assembléia estadual republicana.

Quando a Assembléia era na ala esquerda do quartel da Polícia (Praça Pedro Américo) — Compromisso de Álvaro Machado no govêrno do Estado (segunda vez) em 1904. (Da coleção de Walfredo Rodriguez).

27ª LEGISLATURA – 1888-1889

Capitão José Campelo de Albuquerque Galvão
Capitão Joaquim Ignácio de Lima e Moura
Pedro Marinho Falcão
Tenente-Coronel Joaquim Baptista Espínola
Capitão João Manuel da Silva
Agrippino Trigueiro Castello Branco
Dr. Irineu Ceciliano Pereira Joffily
Vigário Luiz Francisco de Salles Pessoa
Dr. Leonardo Antunes Meira Henriques
Dr. Apollonio Zenayde Peregrino de Albuquerque
Professor Francisco Alexandrino da Veiga Torres
Professor Graciliano Fontino Lordão
Manuel Gomes da Cunha Mello
Major João Antonio Ferreira
Manuel Januário Bezerra Cavalcante
Tenente-Coronel Manuel Pereira de Araújo Oliveira
Jovino Modesto Cavalcante de Albuquerque
Capitão Manuel Gomes dos Santos
Capitão Sulpicio Torres Vilar
Tenente-Coronel Luiz Antonio de Souza
Tertuliano Octaviano Cordeiro da Cunha
Francisco de Assis Pereira Tejo
Dr. Manuel Dantas Correia de Góes
José Joaquim do Couto Cartaxo
Tenente-Coronel Firmino Ayres Albano Costa
Capitão Manuel Soares Sarmento
José Gomes de Sá
Vigário Antonio Ayres de Mello
Capitão Ascendino Cândido das Neves
Dr. Franklin Cavalcante de Barros Rabello.

Com esta legislatura se encerra praticamente a assembléia monarquica.

O abalo produzido, sobretudo na lavoura do sul, apesar da beleza do golpe libertador, pela lei abolicionista de 13 de Maio de 1889, deu por terra com o ministério João Alfredo e o Partido Conservador, chamados os liberais ao poder com o gabinete de 7 de Junho, do visconde de Ouro Preto. As novas eleições em agosto seguinte, realizadas aqui na Paraíba sob forte pressão do mandatário do ministério, que foi o presidente Gama Rosa, deu este resultado que seria a 28ª legislatura do ve-

lho regime, prejudicada pelo advento da República em 15 de Novembro:

1º DISTRITO:
Major José Francisco de Moura
Capitão José Rodrigues de Paiva
José Campêlo de Albuquerque Galvão
Tenente-Coronel Joaquim Baptista Espínola
Capitão Archanjo Cavalcanti de Albuquerque
João Manuel da Silva

2º DISTRITO:
Tenente-Coronel Francisco Antonio da R. Araújo Pereira
Padre Sebastião Bastos
João da Cruz Monteraso
Victaliano de Albuquerque Mello
Cônego dr. Leonardo Antunes Meira Henriques
Dr. Apollonio Zenayde Peregrino de Albuquerque

3º DISTRITO:
Graciliano Fontino Lordão
Ascendino Cândido das Neves
Clementino Cavalcante de Albuquerque
Padre Manuel Correia de Souza Lima
João Antonio Ferreira
Dr. João Tavares de Mello Cavalcante

4º DISTRITO:
Jovino Modesto Cavalcanti de Albuquerque
Sulpicio Torres Villar
Manuel Gomes dos Santos
Coronel Waldevino Lôbo Ferreira Maia
Dr. Francisco de Farias Castro
Gonçalo Trigueiro da Costa

5º DISTRITO:
Dr. Felizardo Toscano Leite Ferreira
Dr. Antonio Marques da Silva Mariz
Pedro Baptista Gomes Gambarra
Padre Joaquim Enéas Cavalcanti
Rufino Antonio Marinho Cesar
José Joaquim do Couto Cartaxo

ELEIÇÕES REALIZADAS EM AGOSTO DE 1889

Predominam, como vinha acontecendo, nos três primeiros distritos, os conservadores. No 5º, onde a luta maior era entre os próprios liberais, desta vez houve combinação, apertando-se a disciplina para dominar o adversário que não fez aí nenhum representante. Os dissidentes liberais elegeram ou entraram em composição com os nomes de Antonio Mariz, padre Enéas e Cartaxo. Afetos a Paula Primo eram seu genro Felizardo Leite, Rufino Cezar, rabula do Piancó, e Pedro Gambarra, tabelião em Sousa.

João Antonio Ferreira era João Antonio Ferreira Rocha, da conhecida família de Bananeiras. Mas só o encontrámos nas listas com aqueles três primeiros nomes. (*)

(*) Não é o único de quem o nome pode trazer qualquer dúvida. Já não nos referimos à forma gráfica, que varia para alguns e de propósito não uniformisámos inteiramente. Avondano é escrito assim e algumas vezes Avundano, Francisco de Assis Pereira Rocha ora traz, ora não traz, Junior. E se tratava de um só, porque com este designativo de filho vem na última legislatura provincial em que figurou, a de 1874-75 e já o usava quando deputado geral em 1843.

Antonio da Trindade Antunes Meira Henriques aparece também sem o Antunes, mas é o mesmo. Um padre Antonio da Trindade Antunes Meira, muito antigo, orador de te-déu ainda nos tempos coloniais, deputado várias vezes, a última em 1843-44, não tinha o Henriques.

Tivemos dois José Gomes de Sá, ambos de Sousa. O 2º, deputado em 1886 com 19 anos de idade, apareceu muitos anos depois em legislaturas da República. Ainda fazia parte da Assembléia em 1930. Tivemos dois João Agripino de Vasconcelos Maia, de Brejo do Cruz, avô e pai de um terceiro que presentemente é deputado federal. Tivemos dois Irineu Joffily, o historiador, na monarquia e o 2º deputado nas legislaturas de 1924-27 e 1928-31 e atualmente magistrado no Rio de Janeiro.

A ASSEMBLÉIA SOB A REPÚBLICA

Com a República, depois da Junta presidida pelo coronel Honorato Caldas, comandante do 27º de Infantaria do Exército, que era a nossa guarnição federal, e de outro comandante militar que o sucedeu por dias, foi nomeado para governar o Estado o dr. Venancio Neiva.

Dissolvidos virtualmente os velhos partidos Liberal e Conservador, os seus elementos foram constituir, na maior confusão, os novos partidos republicanos. O dr. Venâncio fôra Conservador e foi se apoiando de preferência nos velhos correligionários e nos dissidentes liberais que seguiam o conselheiro João Florentino. Foram se dando atritos e diferenças, o fato é que, na véspera das eleições, o barão de Abiaí, chefe dos antigos conservadores, já estava inteiramente desligado de Venancio Neiva e em união com elementos do velho radicalismo liberal.

O governador demonstrou boa vontade e espírito de seleção na lista de deputados. Porque, de fato, ele foi quem tudo orientou e decidiu.

Embora quase toda constituída de elementos novos, nela podemos distinguir ao lado de uma grande maioria de antigos conservadores, como Antonio da Trindade Antunes Meira Henriques, Lima Filho, Rosario, Antonio Gomes, Cristiano Lauritzen, Manuel da Fonsêca, outros de origem liberal, como Antonio Marques da Silva Mariz, Abdias Ramos e Gonçalves Rolim.

PRIMEIRA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE E LEGISLATIVA DA REPÚBLICA

Dr. Manuel da Fonsêca Xavier de Andrade
Dr. Amaro Gomes Carneiro Beltrão.

Dr. José Cavalcanti de Arruda Camara
Dr. Antonio Gervasio Alves Saraiva
Dr. Maximiano José de Inojosa Varejão
Dr. Antonio Marques da Silva Mariz
Dr. Pedro da Cunha Pedroza
Dr. José Lopes Pessoa da Costa
Dr. Francisco Alves de Lima Filho
Dr. Francisco Alves da Nóbrega
Dr. Flavio Ferreira da Silva Marója
Dr. Abdias da Costa Ramos
Dr. João Pereira de Castro Pinto
Dr. Antonio Hortencio Cabral de Vasconcellos
Dr. Anesio Augusto de Carvalho Serrano
Dr. Ernesto Augusto da Silva Freire
Dr. Joaquim Gonçalves Rolim
Dr. João Gualberto Gomes de Sá
Dr. Manuel Ildefonso de Oliveira Azevedo Filho
Dr. Vicente Saraiva de Carvalho Neiva
Dr. Augusto Emilio da Fonsêca Galvão
Dr. Antonio Massa
Dr. José Herculano Bezerra Luna
Dr. Augusto Carlos de Amorim Garcia
Francisco Xavier Junior
Antonio Gomes de Arruda Barreto
Francisco Olavo de Medeiros
Francisco José do Rosario
Christiano Lauritzen
Dr. Antonio da Trindade Antunes Meira Henriques.

Este congresso, eleito para o quatriênio de 1891-94, foi dissolvido por decreto da Junta Governativa, de 13 de janeiro de 1892. Chegou a votar uma Constituição, eleger o governador e iniciar sua tarefa de legislativo ordinário.

A junta governativa de janeiro assumira o poder do Estado em conseqüência da queda de Deodoro e se compunha do coronel Savaget, comandante do 27, e dos drs. Eugenio Toscano de Brito e Joaquim Fernandes de Carvalho.

Novo governo, nova lei eleitoral, nova Constituinte, tudo agora sob a direção do presidente enviado pelo marechal Floriano, vice-presidente da República, que assumira o governo do país com o afastamento de Deodoro. Alvaro Machado, o segundo governador republicano da Paraíba tomou posse em 18 de fevereiro de 1892. Mais talvez do que

Venâncio, foi hábil em atrair elementos de apoio ao seu governo. A comissão que Alvaro Machado organizou para representar seu partido, indicar os candidatos ao povo, encobrindo a parcialidade do governo, compunha-se dos drs. Gama e Melo, Eugenio Toscano, Diogo Sobrinho, José Evaristo e Moreira Lima. Comissão e chapa de deputados juntavam a maioria de antigos liberais, vários antigos conservadores, dos mais prestigiosos e ilustres. É fácil identificar a uns e a outros nesta composição de 92-95.

Já agora eram os Alvaristas ou Governistas, aos quais estavam contrapostos, em ostracismo que iria durar, os Venancistas ou Autonomistas, nome que tomou o partido decaído por se opor ao governo ditatorial e intervencionista de Floriano.

O decreto que mandava proceder novas eleições adotava uma lei em elaboração no Congresso Federal e, se esta não chegasse em tempo, a lei Saraiva, de 1881.

SEGUNDA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE E LEGISLATIVA DA REPÚBLICA – 1892 – 1895

Vigário Antonio Ayres de Mello
Dr. Antonio da Trindade Antunes Meira Henriques
Dr. Antonio Bernardino dos Santos
Capitão José Joaquim do Rêgo Barros
Dr. Felizardo Toscano Leite Ferreira
Dr. Thomaz de Aquino Mindello
Alferes Augusto Alfredo de Lima Botelho
Capitão Gercino Martins de Oliveira Cruz
Capitão Francisco Emilio Paes Barreto
Dr. João Tavares de Mello Cavalcante
Dr. Apollonio Zenayde Peregrino de Albuquerque
Cel. João Lourenço Porto
Cel. Waldevino Lôbo Ferreira Maia
Dr. Bento José Alves Vianna
Dr. José Antonio Maria da Cunha Lima
Dr. José Fernandes de Carvalho
Padre Walfredo Leal
Dr. Pedro Velho do Rêgo Mello
Dr. Manuel Florentino Carneiro da Cunha
Capitão Pedro Baptista Gomes Gambarra
Dr. Bellarmino Alvares da Nobrega Pinagé
Dr. Chateaubriand Bandeira de Mello
Coronel Jovino Limeira Dinoá

Capitão Abdon Odilon da Nóbrega
OK Dr. Miguel Santa Cruz de Oliveira
OK Dr. Rodolpho Galvão
Cel. Augusto Gomes e Silva
Cel. Ascendino Candido das Neves
OK Dr. Manuel Dantas Correia de Góes
OK Padre Manuel Mariano de Albuquerque
Dr. Prudencio Milanez
Cel. João Leite Ferreira Primo

Os deputados padre Manuel Mariano e cel. João Leite foram eleitos nas vagas de Gercino Martins de Oliveira Cruz, que falecera e do dr. Prudêncio Milanez que renunciou o mandato. Em 1894, falecendo o deputado Pedro Gambarra, foi eleito o dr. José Elias de Avila Lins.

Desses dois congressos constituintes subiram posteriormente ao parlamento federal Trindade Meira Henriques, Felizardo Leite, Apolonio Zenaide, Antonio Massa, Lima Filho, Walfredo Leal, José Antonio Maria da Cunha Lima, Chauteaubriand Bandeira de Melo, Prudencio Milanez, Castro Pinto, Cunha Pedroza e Silva Mariz.

A assembléia de 92 era unânime do partido organizado por Álvaro Machado, mas ainda aí repontaram as velhas rivalidades monarquicas, Cunha Lima, João Tavares e outros quiseram na presidência o velho Trindade Henriques. Eugenio Toscano, Dantas e outros antigos liberais preferiram o padre Ayres. Cêdo, Eugenio discrepou da orientação de Alvaro Machado, formando-se um grupo de oposição a que se ligaram os deputados Tomaz Mindelo, padre Ayres, Rego Barros, Felizardo Leite, Pedro Velho e Antonio Bernardino dos Santos.

O deputado Rego Barros, coronel em 1912, foi o candidato oposicionista ao governo do Estado.

São únicos sobreviventes da primeira Constituinte os srs. Cunha Pedroza, Antonio Massa e Manuel Ildefonso de Oliveira Azevêdo. Da segunda, nenhum resta na existência.

TERCEIRA LEGISLATURA – 1896 – 1899

OK Coronel João Lourenço Porto
OK Coronel Waldevino Lôbo Ferreira Maia
Coronel Ascendino Candido das Neves
Coronel João Leite Ferreira Primo
Tenente Coronel Augusto Gomes e Silva
Tenente Coronel Francisco Antonio da Silva Araújo Pereira
Tenente Coronel José Francisco de Moura

Tenente Coronel José Francisco de Paula Cavalcanti
Tenente Coronel Graciliano Fontino Lordão
Major Antonio Thomaz de Araujo Aquino
Tenente Coronel Manuel Joaquim de Souza Lemos
Major José Bezerra Cavalcanti de Albuquerque
Capitão Abdon Odilon da Nóbrega
Capitão Ignácio Evaristo Monteiro Sobrinho
Tenente Wencesláo Lopes da Silva
Tenente Augusto Alfredo de Lima Botelho
Comendador José Campelo de Albuquerque Galvão
Dr. Apolonio Zenayde Peregrino de Albuquerque
Dr. José Fernandes de Carvalho
Dr. Claudio Cezar Freire
Dr. Francisco Claudino de Lima e Moura
Dr. Adelgicio Cabrál de Albuquerque Vasconcellos
Dr. Gustavo Mariano Soares de Pinho
Dr. Apollinario da Trindade Meira Henriques
Dr. Manuel Dantas Córreia de Góes
Padre Francisco Targino Pereira da Costa
Padre José Alves Cavalcante de Albuquerque
Dr. Francisco de Paula Pessôa da Costa
Major Manuel Soares Sarmento
Higino Gonçalves Sobreira Rolim
Dr. João Pereira de Castro Pinto
Dr. Francisco de Gouveia Nobrega
Padre Walfredo Leal

Os deputados João Pereira de Castro Pinto, Francisco de Gouveia Nobrega e Walfredo Leal foram eleitos em 1897 nas vagas de Antonio Thomaz de Araujo Aquino, assassinado em Misericordia, Francisco de Paula Pessôa da Costa, falecido, e dr. Apolonio Zenayde Peregrino de Albuquerque, eleito deputado à Camara Federal. Faleceu posteriormente o deputado Gustavo Mariano Soares de Pinho e renunciou o mandato o dr. João Pereira de Castro Pinto.

Todos os coroneis, majores e capitães da relação acima, como de outras, salvo exceções, o eram da Guarda Nacional ou de tratamento popular e não do Exército ou da Marinha. Expressavam, porém, esses postos ou títulos a significação pública, social ou financeira dos cidadãos por eles agraciados.

Estavam, como se disse, em campo os dois novos partidos, o alvarista e o venancista, dado o personalismo em voga das adesões, mas de público o Partido Republicano Federal e o Partido Autonomista da Pa-

raíba. Floriano Peixoto procurara atrair Epitácio Pessôa, representante do último na Câmara e constou que entregaria o Estado aos amigos deste, em troca do apoio valioso. O então deputado paraibano havia se salientado com invulgar atitude de orador oposicionista nas pugnas daquela casa do parlamento. Os autonomistas resistiram, Alvaro Machado firmou-se no poder. Quanto à Assembléia, mantinham-se as formações unânimes. Para a de 1900-1903 os autonomistas se animaram. Epitácio Pessôa fora chamado para o ministério do Interior e Justiça no governo Campos Sales. O velho marechal Almeida Barreto pleiteava a senatoria com o partido, jogando também com o seu prestígio militar, expresso, aqui, nas demonstrações ostensivas da oficialidade do 27. Os prestigiosos chefes eleitorais, Trindade, João Tavares e Cunha Lima estavam ligados a Venâncio contra Alvaro. Os candidatos federais oposicionistas haviam logrado reconhecimento no Senado e na Camara. Venâncio indicou para a Assembléia os seguintes nomes:

Dr. Felix Joaquim Daltro Cavalcanti (Batalhão)
Dr. Claudino do Rêgo Barros (Espirito Santo)
Padre Antonio Pereira de Castro (Espirito Santo)
José Francisco de Paula Cavalcante de Alb. (Espirito Santo)
Manuel Pinto de Carvalho (Itabaiana)
Abdon Dantas de Assis (Pombal)
Eduardo de Melo Fernandes (Capital)
Artur Aquiles dos Santos (Capital)
Manuel Joaquim de Souza Lemos (Capital)
João Baptista Pinto Ramalho (Conceição)
Dr. Faustino Cavalcanti de Queiroz (Cabaceiras)
Pedro Bezerra da Silveira Leal (Monteiro)
Firmino Aires Albano Costa (Piancó)
Antonio Gomes de Arruda Barreto (Catolé do Rocha)
Emidio do Couto Cartacho (Cajazeiras)
Antonio de Agripino Nazareth (Souza, of. do Exército)
José Fernandes de Carvalho (Santa Rita)
Francisco de Assis Vidal (Capital)
Vicente Gomes Jardim (Capital)
Eufrasio de Arruda Camara (Alagôa Nova)
José Antonio Maria da Cunha Lima (Areia)
Celestino Augusto de Sá Barreto (Souza)
Padre Antonio Ayres de Melo (Mamanguape)
Manuel Gustavo de Faria Leite (Campina)
Dr. Alfredo Adeodato de Andrade Espinola (Campina)
Dr. Domingos da Costa Ramos (S. João do Cariri)

Dr. Apolonio Zenaide, presidente da Assembléia de 1894 a 1896 e em 1905.

Deputado Felizardo Leite, presidente da Assembléia de 1908 a 1910.

Padre Matias Freire, presidente da Assembléia de 1911 a 1914.

Deputado Solon de Lucena, presidente da Assembléia em 1915 a 1916.

Ignacio Dantas Corrêa de Góes (Teixeira)
Dr. Silvio Pélico Portela (Capital)
Luiz Francelino Marques
Dr. Odilon Nestor de Barros Ribeiro (Teixeira)

As indicações entre parentesis se referem ao domicilio ou atual representação política. Porque Eduardo Fernandes era maranhense, Alfredo Espinola era de Mamanguape, Silvio Pélico era um médico de fóra, servindo aqui na guarnição do Exército.

Estes deputados em perspectiva chegaram a reunir, empossar um presidente de Estado (no caso foi o dr. Antonio Massa), fazer comunicações ruidosas. Tudo, porém, deu por terra. Campos Sales, na presidência da República, resolvera fazer a política dos governadores para apoio da política financeira, interesses e comodidades outras do governo central e acabou apoiando o presidente Gama e Melo, conseqüentemente fortalecendo a Alvaro Machado e respectivo partido, o qual elegeu e deu posse aos seus deputados, constituindo a

QUARTA LEGISLATURA – 1900 – 1903

Coronel José Francisco de Moura
Coronel Ascendino Candido das Neves
Dr. Manuel Dantas Correia de Góes
Coronel Waldevino Lôbo Ferreira Maia
Coronel Graciliano Fontino Lordão
Dr. Enéas Pedro de Souza
Dr. Bonifácio Gonçalves de Moura
Coronel João Lourenço Porto
Dr. Domingos da Costa Ramos
Coronel Mariano Rodrigues Pinto
Major Wencésláo Lopes da Silva
Dr. Lindolpho Corrêia
Coronel Francisco Antonio de Araujo Pereira
Coronel Manuel Ferreira de Andrade
Marcolino Pereira Lima
José Cavalcante de Lacerda Zuza
Coronel João Leite Ferreira Primo
Manuel Soares Sarmento
Augusto Ferreira Balthar
Coronel Antonio Soares de Pinho
José Francisco Telles
José Campello de Albuquerque Galvão

Coronel Francisco Alves de Sousa Carvalho
Antonio Domingos dos Santos
Dario Ramalho de Carvalho Luna
Leoncio Pereira Monteiro Vanderley
Rufino Olavo da Costa Machado
Dr. Francisco Seraphico da Nóbrega
Tenente Alfredo Augusto de Lima Botelho
Coronel Francisco Coutinho de Lima e Moura

O dr. Serafico da Nobrega foi mais tarde vice-presidente do Esta do (1904-1908), em cujo caráter esteve no governo, e deputado federal de 1909 a 1911.

QUINTA LEGISLATURA – 1904 – 1907

Comendador José Campello de Albuquerque Galvão
Coronel Ignacio Evaristo Monteiro
José Eugenio Neves de Mello
Capitão Augusto Alfredo Lima Botelho
Dr. Manuel Dantas Correia de Góes
Dr. Miguel Santa Cruz de Oliveira
Dr. Izidro Leite Ferreira de Araujo
Cel. Augusto Gomes e Silva
Dr. Antonio Baptista Neiva de Figueirêdo
Dr. Bonifácio Gonçalves de Moura
Dr. Lindolpho Correia das Neves
Padre Joaquim Cyrillo de Sá
Dr. Apollonio Zenayde Peregrino de Albuquerque
Padre Francisco Targino Pereira da Costa
Coronel Severino de Castro Pinto Regis
Coronel João de Lyra Tavares
Coronel João Lourenço Porto
Coronel Ascendino Candido das Neves
Coronel Claudino do Rêgo Barros
Coronel Manuel Martins Viégas
Coronel Francisco Antonio de Araujo Pereira
Coronel Antonio Soares de Pinho
Coronel Manuel Ferreira de Andrade
Coronel João Leite Ferreira Primo
Coronel Graciliano Fontino Lordão
Coronel Waldevino Lôbo Ferreira Maia
Major Wenceslão Lopes da Silva

Coronel Antonio Domingues dos Santos
Dr. Francisco Seraphico da Nóbrega
Augusto Ferreira Balthar.

No correr desta legislatura foram eleitos deputados federais os srs. Izidro Leite e Apolonio Zenayde e vice-presidente do Estado o sr. Serafico Nóbrega, faleceu o cel. Graciliano Lordão, renunciaram os mandatos os srs. José de Melo e Augusto Gomes. Preencheram as vagas os srs. Pedro da Cunha Pedroza, João Lopes Machado, José Rodrigues de Carvalho, Felizardo Toscano Leite Ferreira, Manuel Tavares Cavalcanti e Padre Inacio de Almeida.

Com o insucesso de 1900, o Partido Autonomista se dissolvera. Não tardaram tendências de assimilação de alguns elementos dele na organização de Alvaro Machado. Em 1903, o partido do governo, que absorvia as eleições pelo poder próprio e pelo retraimento das forças independentes sem uma lei forte de representação das minorias, fez, como vinha fazendo, uma assembléia unanime. Mas já incluiu elementos do venancismo, como José de Melo e Neiva de Figueirêdo.

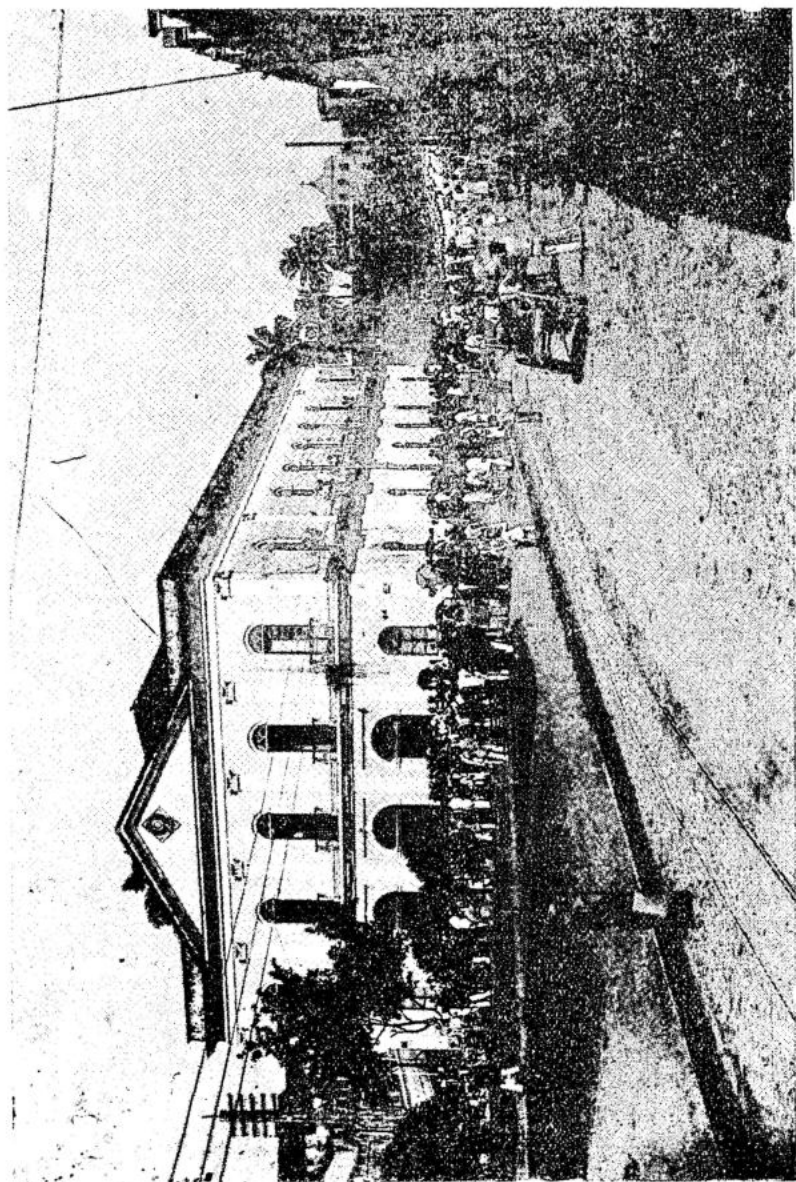
Em 1904, fim do governo do desembargardor José Peregrino de Araújo, dera-se aqui um movimento popular de imprensa, dirigido pelo jornalista Arthur Achiles. Os políticos desgostosos da grei dominante, antigos oposicionistas e alguns homens novos do momento juntaram-se então, e reclamaram a volta de Álvaro Machado, chefe mais liberal e parece que já trabalhado para certas modificações. Assumindo o governo em outubro daquele ano, Álvaro demorou no Estado o tempo necessário para reorganizar, renovar seus elementos. Nomeou seu secretário geral o dr. Pedro da Cunha Pedroza, membro da primeira Constituinte republicana, antigo e radical autonomista. A ele e a Tavares Cavalcanti, também dessa origem partidária, faz incluir naquele citado grupo de substitutos. Daí por diante anima-se e completa-se a aliança, gerando a desconfiança e o ciúme de velhos correligionários de Álvaro Machado. Em 1906, governando como vice-presidente monsenhor Walfredo Leal, rebentou a cisão, chefiada pelo senador Gama e Mélo. A este acompanharam em maioria os velhos liberais, figuras da segunda e terceira gerações do antigo partido, que ainda se distinguiam, exquisitamente, no cenário republicano. Já não existiam o dr. Maximiano Machado, o coronel Assunção Santiago, o comendador Targino Neves, Elias Ramos, Paula Primo, aqueles nomes do 2º Império, que muitos ainda tiveram alto lugar no novo regime. Mas em torno de Gama se viam o velho Manuel Dantas, Valdevino Lôbo, João Lourenço Porto. Na Assembléia, além destes, votaram com a orientação de Gama e Mello, Lindolpho Correia (o segundo), Bonifácio de Moura, padre Targino, Severino Regis, João

1- REV. IHGP - 12 - PAG. 209-221

Lira, Claudino do Rego Barros, Martins Viegas, Antonio Domingues dos Santos, Venceslau Lopes, Antonio Pinho e Manuel Ferreira. Esta dissidência montou um jornal "A República". A luta, porém, não durou muito. No ano seguinte, ao compor-se a nova legislatura, um conchavo desanimava tudo, e três lugares eram deixados livres à oposição.

SEXTA LEGISLATURA – 1908 – 1911

Dr. Felizardo Toscano Leite Ferreira
Coronel Ignacio Evaristo Monteiro
Coronel Francisco Antonio de Araujo Pereira
Padre Mathias Freire
Coronel Antonio Murillo de Souza Lemos
Dr. José Francisco de Lima Mindello
Coronel João da Cunha Lima
Dr. Octacilio de Albuquerque
Dr. Felix Joaquim Daltro Cavalcante
Dr. Afonso Rodrigues de Souza Campos
Dr. Francisco da Costa Cirne
Dr. Bonifácio Gonçalves de Moura
Dr. Antonio Baptista Neiva de Figueirêdo
Padre Joaquim Cyrillo de Sá
Dr. João Lopes Machado
Dr. Pedro da Cunha Pedroza
Coronel Manuel Martins Viégas
Coronel Antonio de Britto Lyra
Coronel José Francisco de Paula C. Albuquerque
Coronel João de Lyra Tavares
Coronel José Vicente de Oliveira
Coronel João Antonio Francisco de Sá
Coronel João Leite Ferreira Primo
Coronel Dario Ramalho de Carvalho Luna
Coronel Pedro Bezerra da Silveira Leal
Coronel António Gomes de Arruda Barreto
Coronel Miguel Sátyro e Souza
Dr. Prudencio Cotegipe Milanez

Eleitos Presidente e 1º Vice-Presidente do Estado os drs. João Lopes Machado e Pedro da Cunha Pedroza, deputado federal o dr. Prudencio Cotegipe Milanez e tendo falecido o cel. Antonio Gomes de Arruda Barreto, foram substituidos pelos drs. Izidro Gomes da Silva e Frederico

Edifício do antigo Tesouro. Dia de instalação de trabalhos legislativos em 1912. Saída pela praça Pedro Américo. (Da coleção de Walfredo Rodriguez).

A cruz que reponta no alto era a da antiga igreja do Rosário, na Rua Direita. Um sobrado tomava a frente do templo velho sobrado demolido em 1924, quando se alargou a atual Avenida Guedes Pereira.

Cavalcante C. Monteiro, coronel Graciano Soares Cavalcante e dr. Ascendino Carneiro da Cunha.

Os deputados eleitos como representantes da oposição de 1906, chefiada pelo senador Gama, foram os srs. João de Lyra Tavares, Afonso Campos e Bonifácio de Moura, não vindo este último ocupar sua cadeira.

João Lyra foi mais tarde senador da República pelo R. G. do Norte. Felizardo Leite representou a Paraíba na Câmara Federal de 1912 a 1914 e Otacilio de Albuquerque de 1915 a 1926 na Câmara e no Senado. João Machado presidiu o Estado de 1908 a 1912. Cunha Pedroza foi vice-presidente do Estado de 1912 a 16, senador federal de 1916 a 1922, quando foi nomeado ministro do Tribunal de Contas.

SÉTIMA LEGISLATURA – 1912 – 1915

Coronel José Vicente de Oliveira
Dr. Felix Joaquim Daltro Cavalcante
Padre Mathias Freire
Dr. José Francisco de Lima Mindello
Coronel Graciano Gonçalves Cavalcante
Dr. Frederico Cavalcante Carneiro Monteiro
Padre Joaquim Cyrillo de Sá
Dr. Celso Columbano da Costa Cirne
Dr. Severino Montenegro
Coronel Antonio Murillo de Souza Lemos
Dr. José Rodrigues de Carvalho
Dr. Herectiano Zenayde Peregrino de Albuquerque
Coronel Francisco Antonio de Araujo Pereira
Coronel João de Lyra Tavares
Dr. Octacilio de Albuquerque
Coronel Miguel Satyro e Souza
Coronel Pedro Bezerra da Silveira Leal
Dr. Ascendino Carneiro da Cunha
Ernani Lauritzen
Coronel Francisco Duarte dos Santos
Coronel João Leite Ferreira Primo
Dr. Solon Barboza de Lucena
Dr. Antonio Baptista Neiva de Figueirêdo
Coronel Ignacio Evaristo Monteiro
Dr. Izidro Gomes da Silva
Coronel José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque
Coronel Manuel Martins Viégas

Coronel Eduardo Alfredo de Mello Fernandes
Francisco de Paula e Silva
Coronel Manuel Ferreira de Andrade.

Assembléias compostas, as últimas, de elementos aliados dos velhos partidos republicanos. O do Senador Alvaro Machado era a princípio o Republicano Federal. Depois, fundação ou reforma do chefe nacional Pinheiro Machado, Partido Republicano Conservador. O do ex-governador Venancio Neiva, o Autonomista, estava desfeito deste 1900, mas o seu pessoal, como fogo vivo sobre cinzas, fácil de voltar a chama a qualquer sopro de luta ou de poder

Em 1912 achava-se na presidência da República o Marechal Hermes da Fonsêca quando agitou o pais uma reação militarista contra as oligarquias estaduais. Aproveitando esta corrente, o ex-deputado Lima Filho, então diretor de um jornal, o "Estado da Paraíba", e senhor de alguns elementos, forma um partido de acirrado combate contra o domínio local. Foi o Partido Democrata.

A luta engrossou na eleição de presidente do Estado com um levante armado no interior, o qual se irradiou de Alagoa do Monteiro, chegando os levantados a ocupar Teixeira, Patos, Taperoá, Santa Luzia, chefiados pelos drs. Augusto Santa Cruz e Franklin Dantas.

Nesse interim, voltava a atividade, prestigiadíssimo pelo Marechal Hermes, o dr. Epitácio Pessôa. Submetiam-se a sua direção os elementos que aqui vinham, juntos, obedecendo a de Alvaro Machado. Este falecia no Rio em 31 de Janeiro daquele ano.

Já então estava eleita mais uma Assembléia unanime do situacionismo, esta de 1912-1915. São nomes ainda de ontem, os de sua organização, muitos deles ilustres pelos serviços, o prestígio popular ou a cultura. Além de João de Lira Tavares já referido em capítulo anterior, salientam-se Solon de Lucena, mais tarde deputado federal e presidente do Estado, Heretyano Zenaide, Ascendino Cunha e Matias Freire, também depois, em diferentes legislaturas, representantes da Paraíba na Câmara Federal, e Severino Montenegro que seguiu a magistratura e era presidente do Superior Tribunal de Justiça em 1945, quando foi nomeado Interventor Federal no Estado com o golpe de 29 de Outubro que afastou do governo da República o presidente Getulio Vargas. Outros ainda se distinguem: Inácio Evaristo Monteiro, onze anos presidente da Assembléia e dirigente, todo esse tempo, e mesmo dantes, das forças eleitorais governistas no município da Capital. Rodrigues de Carvalho, notável advogado, poeta e folclorista, autor da lei do Montepio. Izidro Gomes, vigoroso líder oposicionista de 1915 a 1930, deputado federal resignatário à Constituinte de 1934, Secretário de Estado de 1935 a

1938 e professor do antigo Liceu Paraibano. Distiguiram-se ainda na tribuna e em trabalhos de certo valor na própria Assembléia, Neiva de Figueiredo e Frederico Cavalcanti.

A harmonia dos elementos partidários, fruto de uma hora de temores comuns, não se fazia na realidade. Em 1915 rompiam os senadores Walfredo Leal e Epitácio Pessoa às vésperas das eleições federais de senador e deputados. Cabendo a vitória ao partido do primeiro, continua a luta forte na imprensa, Castro Pinto, presidente do Estado, que assegurara um pleito livre e ambas as partes, passa em março de 1916 o governo ao vice-presidente Antonio Pessoa.

Para a legislatura estadual que se iniciou neste ano, apenas três deputados do partido de Monsenhor Walfredo, lograram lugares, os srs. Izidro Gomes, Seráfico da Nóbrega e Afonso Rodrigues de Souza Campos. Era o que a lei do tempo assegurava à minoria, quaisquer que fossem seus recursos eleitorais. Se estes não eram vultosos, o partido do poder absorvia toda a representação, promovendo o chamado rodísio.

OITAVA LEGISLATURA – 1916-1919

Dr. Solon Barboza de Lucena
Dr. Ascendino Carneiro da Cunha
Dr. Antonio Pessoa Filho
Dr. Antonio Baptista Neiva de Figueiredo
Dr. Pedro Ulysses de Carvalho
Dr. José Ferreira de Qeiroga
Ernani Lauritzen
Coronel José Pereira Lima
Coronel Miguel Sátyro e Souza
Dr. Félix Joaquim Daltro Cavalcante
Coronel Ignácio Evaristo Monteiro
Coronel Pedro Targino Pereira da Costa
Coronel Manuel Antonio de Carvalho Junior
Coronel Antonio Murillo de Souza Lemos
Padre Joaquim Cyrillo de Sá
Pedro Bezerra da Silveira Leal
Dr. Herectiano Zenayde Peregrino de Albuquerque
Coronel Sabino Gonçalves Rolim
Dr. João Agrippino Maia de Vasconcellos
Coronel Dario Ramalho de Carvalho Luna
Anthero Torreão Junior
Dr. Flávio Maroja
Dr. Apolinário da Trindade Meira Henriques

Padre Aristides Ferreira da Cruz
Dr. Demócrito de Almeida
Dr. Izidro Gomes da Silva
Dr. Affonso Rodrigues de Souza Campos
Dr. Francisco Seraphico da Nóbrega
Coronel Benvenuto Gonçalves da Costa

Nomeados Chefe de Polícia o dr. Demócrito de Almeida e prefeito da capital o dr. Antonio Pessoa Filho, e tendo falecido o dr. Afonso Campos, foram as vagas preenchidas com os srs. dr. Antonio Pessoa Filho, Manuel Lordão e dr. Antonio Espínola, reconhecidos em sessão de 30 de agosto de 1918.

O dr. Flávio Maroja era presidente do Instituto Histórico e foi 1º vice-presidente do Estado no quatriênio de 1920-24.

Em 1919, falecendo o dr. Rodrigues Alves, presidente da República, o qual não chegara a tomar posse, foi eleito para a alta investidura nacional o dr. Epitácio Pessoa que então representava o Brasil no Congresso de Versailles (congresso das nações após a primeira grande guerra). Tratando-se de um paraibano de quem tanto o Estado esperava, o partido da oposição, chefiado pelo monsenhor Walfredo Leal, cerrou fileiras em torno de seu nome. Epitácio foi mui sensível a este gesto dos adversários de ontem. Além de outras considerações, orientou o seu partido no Estado, o Partido Republicano, no momento dirigido pelo dr. Solon de Lucena, para que facilitasse ao partido de Monsenhor Walfredo, o Republicano Conservador, na legislatura que se ia abrir em 1920, a representação de seis deputados. Foram eleitos os srs. Seráfico da Nóbrega, Frederico Cavalcante, Acácio de Figueiredo, Paula Cavalcante, Ademar Leite Ferreira, Silva Mariz e Izidro Gomes.

NONA LEGISLATURA – 1920-1923

Coronel Ignácio Evaristo Monteiro
Dr. Antonio Baptista Neiva de Figueiredo
Dr. Flávio Maroja
Dr. Félix Joaquim Daltro Cavalcante
Dr. Demócrito de Almeida
Dr. José Ferreira de Queiroga
Dr. Francisco Seráphico da Nóbrega
Coronel Manuel Lordão
Dr. Ascendino Carneiro da Cunha
Coronel José Gomes de Sá
Félix de Albuquerque Guerra

Ignacio Evaristo Monteiro, presidente da Assembléia de 1917 a 1928.

Dr. Alpheu Rosas Martins
João Raphael de Carvalho
Padre Cyrillo de Sá
Coronel José Pereira Lima
José Palmeira de Albuquerque
Manuel Ferreira de Andrade
Coronel Dário Ramalho de Carvalho Luna
Ernani Lauritzen
Dr. João Alcides Bezerra Cavalcante
Padre Aristides Ferreira da Cruz
Dr. Carlos Pessoa
Dr. José Targino
Dr. Frederico Cavalcante Carneiro Monteiro
Dr. Accacio de Figueiredo
Coronel José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque
Dr. Adhemar Leite Ferreira
Dr. Pedro Ulysses de Carvalho
Dr. Antonio Marques da Silva Mariz
Dr. Izidro Gomes da Silva

O deputado Félix Daltro faleceu antes de tomar assento. O seu necrológio foi feito na sessão de 4 de março de 1920 pelo deputado Flávio Maroja. Na vaga assim verificada foi eleito o sr. Joaquim Pessoa, reconhecido e empossado na sessão de 5 de outubro do mesmo ano.

Deram-se ainda as vagas dos srs. Flávio Maroja, eleito 1º vice-presidente do Estado, Ascendino Cunha, eleito deputado federal, Demócrito de Almeida, nomeado Chefe de Polícia, João Alcides Bezerra Cavalcante, nomeado diretor geral da Instrução Pública, e João Raphael de Carvalho que faleceu no Rio de Janeiro. Para substituí-los foram eleitos os srs. Genésio Gambarra, Generino Maciel, Adolpho Pessoa, José Parente e João Agrippino Maia de Vasconcellos, que foram reconhecidos na sessão preparatória de 31 de agosto de 1922 e tomaram assento em sessões diversas seguintes.

Para a sucessão do dr. Epitácio Pessoa, na presidência da República, estava indicada a candidatura do dr. Artur Bernardes (1922). Contra esta se formou o grande movimento da Reação Republicana, adotando a candidatura Nilo Peçanha. O partido dominante na Paraíba apoiou a do primeiro. Os oposicionistas cindiram-se, uma parte mantendo obediência ao monsenhor Walfredo Leal que também se decidiu pelo dr. Artur Bernardes, a outra parte marchando com o desembargador Heráclito Cavalcante que levantou a bandeira do segundo. Na legislatura de 1924-27 estavam contemplados do grupo do Desembargador os srs.

Izidro Gomes e Silva Mariz e do grupo de Monsenhor Walfredo os srs. Paula e Silva, Paula Cavalcante, Luiz Galdino de Sales e Irineu Joffily.

Para a legislatura de 1928-31 permaneceu o respeito à representação de seis da minoria, figurando na Assembléia o próprio Monsenhor Walfredo, que terminara antes o seu mandato federal, os srs. Paula Cavalcante e Irineu Joffily, do mesmo grupo, e os srs. Acácio de Figueiredo, Izidro Gomes e José Mariz, da dissidência oposicionista.

DÉCIMA LEGISLATURA – 1924-1927

Cel. Ignácio Evaristo Monteiro
Dr. Demócrito de Almeida
Cel. José Pereira Lima
Dr. João Agrippino de Vasconcelos Maia
Dr. Antonio Batista Neiva de Figueiredo
Dr. Generino Maciel
Dr. Joaquim Pessoa Cavalcante de Albuquerque
Dr. José Ferreira de Queiroga
Dr. Francisco Seraphico da Nóbrega
Ernani Lauritzen
Dr. José Targino Pereira da Costa
Dr. Pedro Firmino da Costa e Soúza
Dr. Herectiano Zenayde Peregrino de Albuquerque
Padre Joaquim Cyrillo de Sá
Celso Mariz
Dr. Flávio Ribeiro Coutinho
João José Maroja
Padre Aristides Ferreira da Cruz
Dr. Matheus Augusto de Oliveira
Dr. Carlos Pessoa
Cel. José Gomes de Sá
Dr. Luiz Galdino de Salles
Cel. José F. de Paula Cavalcante de Albuquerque
Francisco de Paula e Silva
Dr. Antonio Marques da Silva Mariz
Dr. Izidro Gomes da Silva
Dr. Pedro Ulysses de Carvalho
Dr. Antonio Galdino Guedes
Genésio Gomes Gambarra
Dr. Irineu Joffily

Os trinta acima foram os primeiros eleitos. Logo em seguida per-

J. OCTAVIO - REV. ESTATIZADA - 178-17

deram o mandato o sr. Ernani Lauritzen por ter aceito a prefeitura municipal de Campina Grande, o sr. Demócrito de Almeida, nomeado Secretário Geral do Governo João Suassuna, o sr. Flávio Ribeiro, eleito 1º vice-presidente do Estado e o sr. Carlos Pessoa, deputado federal. Para seus lugares na Assembléia vieram os srs. Antonio Botto de Menezes, Aureliano Silveira, Lino Fernandes de Azevedo e Manoel Ferreira de Andrade, reconhecidos na sessão de 29 de setembro de 1925. Em 1926, assassinado em Piancó, na passagem da coluna revolucionária de Luiz Carlos Prestes, o padre Aristides Ferreira, preencheu-lhe a vaga o dr. João Minervino de Almeida, reconhecido em 30 de setembro.

DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA – 1928-1931

Cel. Ignácio Evaristo Monteiro
Dr. Aureliano Silveira
Cel. José Pereira Lima – PRINCESA
Padre Manoel Octaviano
Dr. Antonio Baptista Neiva de Figueiredo
Dr. Generino Maciel
OK Severino de Albuquerque Lucena – BANANEIRAS
Dr. José Ferreira de Queiroga
Fernando Pessoa
Dr. Antonio Botto de Menezes
OK Dr. José Targino
Dr. Pedro Firmino da Costa e Souza – PATOS
OK Dr. Herectiano Zenayde P. de Albuquerque
OK Padre Joaquim Cyrillo de Sá
Dr. José de Avila Lins
Manoel Ferreira de Andrade
João José Maroja
Dr. João Minervino de Almeida
Tte. Juvenal Espínola de França
OK Dr. José Marques da Silva Mariz
OK Cel. José Gomes de Sá
OK Monsenhor Walfredo Leal
OK Cel. José F. de Paula Cavalcante de Albuquerque
Francisco de Paula e Silva
OK Dr. Accácio de Figueiredo – C. GRANDE
Dr. Izidro Gomes da Silva
Dr. Pedro Ulysses de Carvalho
OK Dr. Antonio Galdino Guedes
Genésio Gomes Gambarra – ITAPORANGA
Dr. Irineu Joffily C. GRANDE

(o) JOSÉ OCTAVIO - A REVOLUÇÃO ESTATIZADA - PAG. 334-335

Destes, logo no primeiro ano, foram nomeados prefeitos da capital, o sr. Avila Lins, de Itabaiana o sr. Fernando Pessoa. Para suas vagas foram eleitos os drs. Getúlio Nóbrega e João Fulgêncio de Lima Mindêlo. Mais tarde o sr. Genésio Gambarra aceitou um cargo fiscal, faleceu o sr. Manuel Ferreira e ocorreram mais duas vagas, sendo eleitos em Maio de 1930 os srs. dr. Manuel Veloso Borges, Joaquim Pessoa Cavalcanti de Albuquerque e Argemiro de Figueiredo. Este último foi indicado pelo diretório do partido do governo como representante do Partido Democrático, fundado um ano antes pelo ex-senador Otacílio de Albuquerque, dr. João da Mata Correia Lima e o próprio candidato, após a passagem no Estado de uma caravana chefiada pelo velho republicano gaúcho, dr. Assis Brasil. Este elemento do Democrático estava ligado à Aliança Liberal, movimento nacional organizado em oposição à candidatura do dr. Júlio Prestes, presidente de S. Paulo, à sucessão do presidente da República, Washington Luiz.

A Paraíba, pela voz do então presidente João Pessoa, opondo-se ao que se tinha como candidatura oficial do Catete, levantou-se ao lado de Minas e Rio Grande do Sul com as candidaturas aliancistas dos srs. Getúlio Vargas e João Pessoa. A candidatura Júlio Prestes, o Perrepismo, assim chamado em derivação do P. R. P. (Partido Republicano Paulista) teve no Estado a sua corrente nucleada e dirigida pelo desembargador Heráclito Cavalcante.

A luta na Paraíba teve cedo aspectos particularíssimos de altivez, desespero e rumor. Não só por aquela discrepância sobre o oficialismo federal e por um levante interno centralisado em Princesa, como pela depuração do senador e dos deputados federais eleitos do Partido Republicano (do governo) e pelo assassinato em Recife do presidente João Pessoa. Com a parcialidade deste ficaram na Assembléia os deputados ditos oposicionistas do grupo de Monsenhor Walfredo, e da outra ala independente, o sr. José Mariz.

Vários dos representantes do antigo Partido Republicano (José Pereira Lima, padre Manuel Otaviano, Pedro Firmino, João de Almeida, Aureliano Silveira, Juvenal Espínola) romperam no início da campanha nacional, obedecendo ao deputado federal João Suassuna que se unira ao partido do Desembargador Heráclito. Outros ainda se foram afastando com o desenvolvimento da luta e da Revolução (Lima Mindêlo, Getúlio Nóbrega, Queiroga, Neiva de Figueiredo, Inácio Evaristo).

Na reunião daquele ano (Agosto e Setembro), a Assembléia, então funcionando no salão nobre do Teatro Santa Rosa, foi um centro ardentíssimo da luta política e revolucionária do Estado. Em Novembro era dissolvida pelo presidente que a Revolução proclamara no Estado e

em todo o Norte do país, dr. José Américo de Almeida, depois Ministro da Viação do Governo Provisório.

XXX

Em 1933, decretada a nova lei eleitoral e convocada uma Constituinte, fundou-se o Partido Progressista da Paraíba, dirigido por José Américo. Não acenando para os que pegaram em armas contra João Pessoa, atraiu, entretanto, elementos dos vários matizes anteriores à Revolução, mesmo dos que contra esta, ou contra a Aliança que a antecedera, haviam formado no campo eleitoral. Foi este Partido que fez a maioria da Assembléia, na legislatura de 1935-38.

Como agremiação independente ou oposicionista, disputou a eleição o Partido Libertador, fundado na mesma época por Joaquim Pessôa e Antonio Bôto, ex-deputados estaduais. Este partido contou com alguns moços advogados na Capital e teve também apreciáveis ramificações no interior. Os Libertadores, que por último tinham a direção do segundo fundador, elegeram seus representantes os srs. Severino de Lucena, Ernani Sátiro e Fernando Pessôa.

DÉCIMA TERCEIRA LEGISLATURA – 1935 – 1938

Dr. Antonio Pinto de Oliveira (Souza)
Dr. Pedro Ulysses de Carvalho (Capital)
Dr. José de Souza Maciel (Capital)
Dr. Newton Nóbre de Lacerda (Capital)
Dr. Lauro dos Guimarães Wanderley (Capital)
Dr. José Rodrigues de Aquino (Areia)
Dr. Francisco Seráfico da Nóbrega (Santa Luzia do Sabugí)
Dr. José Targino (Araruna)
Dr. José Tavares de Melo Cavalcanti (Campina Grande)
Dr. Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega (Capital)
Dr. Alcindo Medeiros Leite (Santa Luzia do Sabugí)
Dr. José Peregrino de Araújo (Patos)
Dr. Emiliano Castor da Nóbrega (Soledade)
Dr. Américo Maia de Vasconcelos (Catolé do Rocha)
Dr. Adalberto Jorge Rodrigues Ribeiro (Capital)
Dr. Francisco Duarte Lima (Serraria)
Dr. Aluízio Afonso Campos (Campina Grande)
Dr. Celso de Matos Rolim (Cajazeiras)
José Francisco de Paula Cavalcanti (Espírito Santo)

ELEIÇÃO REALIZADA A 14 DE OUTUBRO DE 1934

OTAVIO TEODORO DA AMORIM

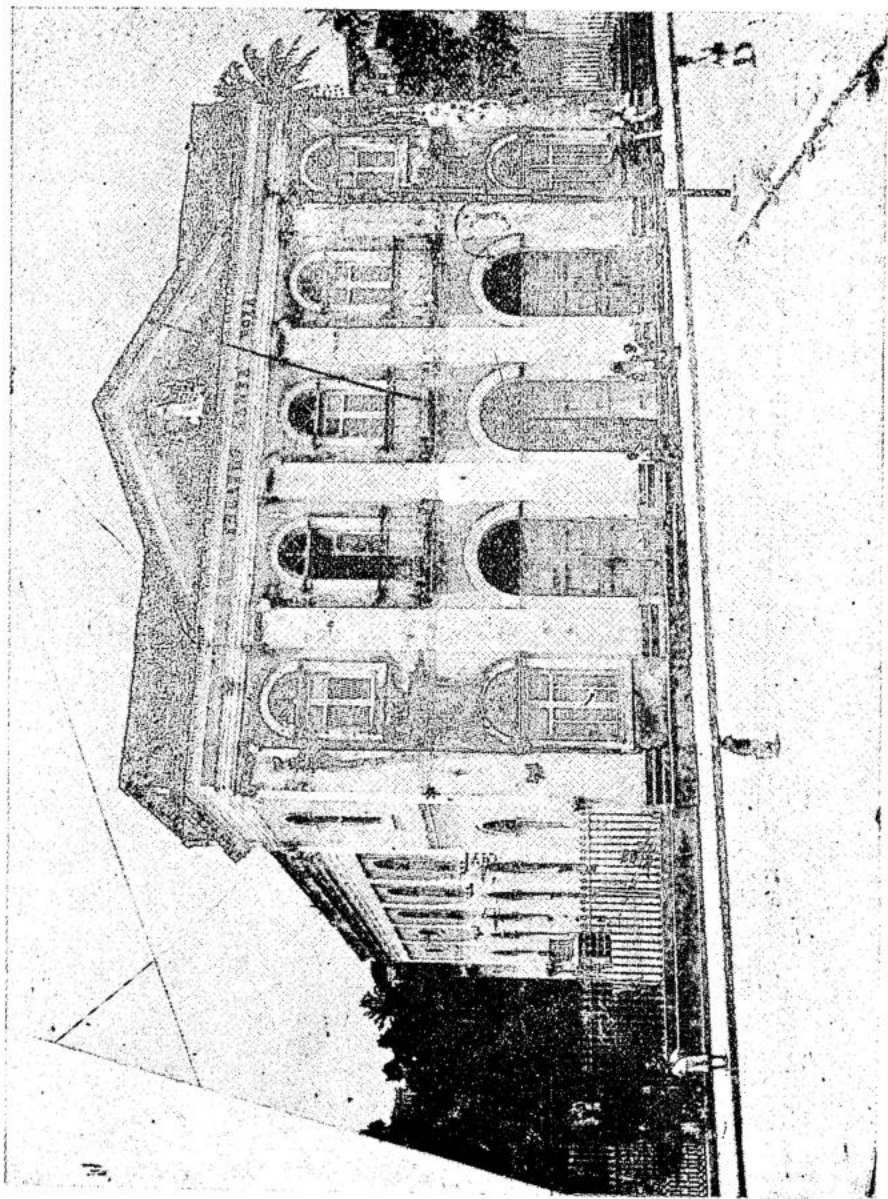
João de Souza Vasconcelos (Capital)
Miguel Severino Bastos Lisbôa (Capital)
José Antonio Ferreira da Rocha (Bananeiras)
Tertuliano Correia da Costa Brito (S. João do Carirí)
Francisco de Paula e Silva (Piancó)
Mons. Odilon da Silva Coutinho (Capital)
Raimundo Viana de Macêdo (Campina Grande)
Severino de Albuquerque Lucêna (Bananeiras)
Dr. Ernani Aires Sátiro e Souza (Patos)
Dr. Fernando Pessôa (Itabaiana)

A Assembléia de 1935 se instalou sob a presidência do desembargador Paulo Hipácio na qualidade de presidente do Tribunal Eleitoral do Estado. Deu-se esta primeira reunião a 22 de Janeiro daquele ano. No dia seguinte foi a eleição da Mesa e das Comissões Permanentes, no outro a eleição do Governador do Estado, que recaiu no dr. Argemiro de Figueirêdo, o qual compareceu e assinou o compromisso.

Nomeado Secretário do Interior o dr. Antonio Pinto, foi logo chamado o suplente Delfino Ferreira da Costa. Vítima de um acidente de automóvel, em março seguinte, o deputado José Tavares, substituiu-o o suplente Rafael Sebas, de Monteiro. Falecendo em Maio do mesmo ano o deputado Seráfico Nóbrega, veiou para seu lugar o suplente Geremias Venancio, de Cuité. Eleito senador federal em 1936 o sr. Lima Duarte, preencheu-lhe a vaga, por eleição, o sr. Ascendino Virgínio de Moura, de Campina Grande.

Esta assembléia se instalou e funcionou durante seu primeiro ano de legislatura num salão da Escola Normal, o mesmo onde hoje reúne o Superior Tribunal de Justiça. Passou-se depois para o primeiro andar do Palácio da Secretaria da Fazenda. (*) Entre seus titulados eram mé-

(*) A Assembléia foi instalada em 1835 no edifício da Tesouraria da Fazenda. Assim informando em 1916, Irinêu Pinto acrescentou: Hoje Delegacia Fiscal. Se aludia ao prédio, era no mesmo local que a repartição ocupa atualmente à Rua Direita. Depois, a Assembléia funcionou no alto do Liceu (ala do antigo convento dos Jesuítas) com entrada pelo bêco, atual rua Malagrida. Venancio Neiva, primeiro governador republicano, tomou posse quando já a casa legislativa era no pavimento superior do antigo Tesouro. Passou-se em seguida a Assembléia para a ala esquerda, também pavimento superior, do Quartel da Polícia. Era aí quando Alvaro Machado prestou o compromisso de Presidente pela 2ª vez que veio governar o Estado (1904). Voltou mais tarde para o alto do Palácio do Tesouro (hoje Secretaria da Agricultura, salão do nascente. Em 1916, no governo Camilo de Holanda, foi transferida para o salão do Poente, cedendo lugar às audiências dos juízes e ao juri, sob o fundamento de serem estes serviços permanentes e carecerem alojamento mais arejado. A Assembléia tinha aí bancadas e arquibancadas simples,

(•) S. MAIA - SAPE - PÁG. 59

Teatro Santa Rosa, onde funcionou a Assembléia na sessão revolucionária de 1930.

dicos os srs. José Maciel, Newton Lacerda (natural de Sergipe), Lauro Vanderley (natural do R. G. do Norte), José Peregrino de Araújo, Emiliano Nóbrega, Américo Maia e Celso Matos. Vários deputados que residiam e representavam mais de perto a Capital eram naturais de outros municípios. O sr. José Maciel, de Cajazeiras, o sr. João Vasconcelos, de Campina Grande o sr. Miguel Bastos, de Mamanguape, o sr. Delfino Costa, de Teixeira, o sr. Pedro Ulysses, também de Teixeira, monsenhor Odilon Coutinho, de Areia, o sr. Adalberto Ribeiro, pernambucano, embora radicado na Paraíba, como os srs. Newton Lacerda e Lauro Wanderley. O sr. Otavio Amorim é natural de Cabaceiras.

Esta Assembléia de 1935 era composta toda ela de homens conhecidos e de valor, uns pela inteligência ou pela cultura, outros pelo prestígio popular ou pela dedicação, em sua esfera, aos interesses do Estado, não raros por esses variados títulos reunidos. Cinco dentre eles subiram posteriormente ao parlamento nacional; O sr. Duarte de Lima, eleito para o Senado em 1935, com a renúncia do sr. José Américo. Os srs. Adalberto Ribeiro, Ernani Sátiro e Fernando Nóbrega, eleitos em dezembro de 1945, o primeiro senador e os dois últimos deputados à Assembléia Constituinte ora reunida no Rio de Janeiro. São já falecidos, além dos srs. Seráfico Nóbrega e José Tavares, já referidos, os srs. Alcindo Leite, José Rodrigues de Aquino, Francisco Duarte Lima, José Francisco de Paula Cavalcante e Pedro Ulysses de Carvalho.

A Constituição Federal de 1934 criou a representação de classe, e a do Estado, seguindo-lhe os princípios, também a instituiu na Assembléia. A eleição se dava pelos grupos afins, assim reunidos: Lavoura e Pecuária, Indústria, Comércio e Transportes, Profissões liberais, Funcionários Públicos. Apesar da organização incompleta das classes na Paraíba, foram eleitos em 1936 os deputados classistas:

Raul Nóbrega (Pecuária)
Anacleto Vitorino (Transportes)

---

mas a sala de reunião era tapetada em vermelho, mesa sobre estrado, um retrato de Alvaro Machado na parede, encimando a cadeira do Presidente. Quando da reforma do edifício iniciada no governo João Pessoa, a Assembléia se passou para o Teatro Santa Rosa, onde funcionou em 1929 e 1930. Suspensa durante três anos, funcionou de 1935 a 1937 conforme a indicação do texto.

Em 1859, Polemann, um dos engenheiros trazidos pelo presidente da Província, Beaurepaire Rohan, levantou o projeto de um paço para a Assembléia. Sugestões, autorizações e apelos ao Executivo, nunca faltaram. Mas a coletividade que votava os orçamentos e neste as diversas verbas; nunca logrou uma casa própria ou certa para sua pousada. Para isso sempre se argumentou com a limitação em meses de sua atividade funcional.

Dr. Joaquim José de Sá e Benevides (Profissões liberais, médicos)
Romualdo Rolim (Funcionário Público)

O dr. João Gonçalves de Medeiros, eleito primitivamente pelos funcionários públicos, sendo a eleição anulada, desprezou o segundo pleito.

Foi o primeiro líder da maioria desta Assembléia (líder da maioria ou encarregado de levar a esta o pensamento do governo sobre os assuntos), o deputado Duarte Lima que aliás havia sido em 1930 um anti-revolucionário **enragê**.

Este fato denotava a pacificação dos espíritos ou a ausência de um princípio fundamental que separasse. Substituiu o sr. Duarte Lima no lugar de líder o deputado Otavio Amorim.

Desligaram-se, mais tarde, da oposiçao os srs. Fernando Pessoa e Ernani Sátiro. Enclinaram-se para uma atitude independente os srs. Emiliano Nóbrega e Rodrigues de Aquino.

Com a Constituição Nacional de 10 de Novembro de 1937, a Assembléia foi novamente dissolvida.

OS PRESIDENTES DA ASSEMBLÉIA

1835 – José Lucas de Souza Rangel
1836 – Dr. Frederico de Almeida e Albuquerque
1837 – José Lucas de Souza Rangel
1838 – Francisco Xavier Monteiro da Franca
1839 – José Lucas de Souza Rangel
1840 – Vigário José Antonio Marques da Silva Guimarães
1841 – " " " " " " "
1842 – Dr. Antonio Thomaz de Luna Freire
1843 – " " " " " "
1844 – André de Albuquerque Maranhão Junior
1845 – Dr. Antonio Thomaz de Luna Freire
1846 – Joaquim Batista Avondano
1847 – " " "
1848 – " " "
1849 – Antonio Henrique de Almeida
1850 – Dr. Flavio Clementino da Silva Freire
1851 – Francisco Antonio de Almeida e Albuquerque
1852 – " " " " " "
1853 – " " " " " "
1854 – Dr. Flávio Clementino da Silva Freire
1855 – Padre Francisco Pinto Pessôa
1856 – " " " "
1857 – " " " "
1858 – Dr. Felinto Henrique de Almeida
1859 – " " " " "
1860 – M. Porfírio Aranha
1861 – " " "

1862 – Padre Francisco Pinto Pessôa
1863 – " " " "
1864 – Padre Felipe Benicio da Fonsêca Galvão
1865 – " " " " " "
1866 – Dr. Vitorino do Rêgo Toscano Barrêto
1867 – Padre Francisco Benicio da Fonsêca Galvão
1868 – " " " " " "
1869 – " " " " " "
1870 – Manuel Porfírio Aranha
1871 – " " "
1872 – Padre Leonardo Antunes Meira Henriques
1873 – " " " " "
1874 – " " " " "
1875 – Padre Antonio Batista Espinola
1876 – Padre Leonardo Antunes Meira Henriques
1877 – " " " " "
1878 – Dr. Abdon Felinto Milanez
1879 – " " " "
1880 – Cap. Antonio da Costa Rêgo Moura
1881 – " " " " " "
1882 – Dr. Manuel Dantas Corrêia de Gois
1883 – Dr. Fausto Nominando Meira de Vasconcelos
(na sessão de Março)
Dr. Manuel Dantas Corrêia de Góis
(na sessão de Outubro)
1884 – Padre Antonio Batista Espinola
1885 – " " " "
1886 – Padre dr. Leonardo Antunes Meira Henriques
1887 – " " " " " "
1888 – Padre Antonio Ayres de Melo
1889 – " " " " "
1890 – Não funcionou a Assembléia dissolvida, em Novembro anterior, pela República.
1891 – Dr. Manuel da Fonsêca Xavier de Andrade
1892 – Padre Antonio Ayres de Melo
1893 – Dr. Antonio da Trindade Meira Henriques
1894 – Dr. Apolônio Zenayde Peregrino de Albuquerque
1895 – " " " " " "
1896 – " " " " " "
1897 – Padre Walfrêdo Leal
1898 – " " "
1899 – " " "

1900 – Dr. Manuel Dantas Corrêa de Góis
1901 – " " " " " "
1902 – " " " " " "
1903 – " " " " " "
1904 – " " " " " "
1905 – Dr. Apolônio Zenayde Peregrino de Albuquerque
1906 – Dr. João Lopes Machado
1907 – " " " "
1908 – Dr. Felizardo Leite Ferreira
1909 – " " " "
1910 – " " " "
1911 – Padre Matias Freire
1912 – " " "
1913 – " " "
1914 – " " "
1915 – Dr. Solon Barbosa de Lucena
1916 – " " " " "
1917 – Cel. Inácio Evaristo Monteiro
1918 – " " " "
1919 – " " " "
1920 – " " " "
1921 – " " " "
1922 – " " " "
1923 – " " " "
1924 – " " " "
1925 – " " " "
1926 – " " " "
1927 – " " " "
1928 – " " " "
1929 – " " " "
1930 – Dr. Antonio Galdino Guedes
Dissolvida a Assembléia pelo governo revolucionário (dec. nº 12 de 22 de Outubro), não funcionou até 1934.
1935 – Dr. José de Souza Maciel
1936 – " " " " "
1937 – " " " " "

Na mesa de 1835, José Lucas de Souza Rangel era secretariado por Joaquim Avondano e José Francisco Tolêdo. Na mesa de 1935 José Maciel presidia secretariado por João Vasconcelos e Adalberto Ribeiro. Eram vices-presidentes, nesta última, 1º, Pedro Ulisses e 2º José Targino.

CONSELHOS ADJUNTO, CONSULTIVO E ADMINISTRATIVO

Por lei da Assembléia Nacional de 20 de Outubro de 1823, os presidentes de Província governavam com um Conselho Adjunto, relativamente numeroso, eleito pelas Câmaras municipais. Na Paraíba se instalou o primeiro com o Presidente Felipe Nery, justamente quando ia em meio a revolução de 1824.

A sua primeira deliberação, na sessão de posse, 2 de junho daquele ano, foi justamente enviar embaixador de paz aos chefes do movimento em Pernambuco.

Estes primeiros conselheiros de governo foram Francisco Xavier Monteiro da Franca, Estevam Carneiro da Cunha, Alexandre Francisco de Seixas Machado, João Gomes de Almeida, Jerônimo José Rodrigues Chaves e Francisco José Meira. Nomes que vinham, alguns, da revolução republicana de 1817, todos de pessoas de prestígio no meio. Diversos figuram depois nos Consêlhos gerais da Província e na Assembléia Legislativa. Alexandre de Seixas Machado assumiu o governo com o afastamento de Felipe Nery, afastamento que facilitou aquelas negociações de paz, e permaneceu por nomeação do imperador até 1827, quando adoeceu e faleceu.

Estes conselhos tinham mesmo função de aconselhar, apoiar e ajudar, com responsabilidade conjunta nas decisões de maior importância do governo. Faziam oficialmente, por dever de lei e mandato, o que faziam as reuniões de principais promovidas particularmente pelos presidentes desde tempos da colônia.

Vieram em seguida os Conselhos Provinciais de que tratamos no início, com precárias funções legislativas até a Assembléia autônoma, que se manteve com segurança de seu funcionamento durante 54 anos

(1835-1889). A interrupção que esta sofreu quando proclamada a República foi enquanto se preparavam nova lei e novo corpo eleitoral, o que não durou dois anos, não havendo, durante este período, qualquer grupo sucedaneo de colaboração junto aos governos estaduais ou municipais.

A revolução de 1930, apesar de instalar a Ditadura parecendo querer permanecer por muito tempo neste regime de arbítrio, criou Conselhos Consultivos para os governos dos Estados e dos Municípios no decreto nº 20.348 de 28 de Agosto de 1931, chamado o Código dos Interventores. O Conselho não fazia lei, não governava, mas, além de ser de nomeação do Governo Provisório da República, o seu parecer era indispensável para certas deliberações dos respectivos governos locais. "Art. 10 – É vedado aos Interventores Federais, como aos prefeitos municipais, sem a prévia audiência do respectivo Conselho Consultivo:" E lá vinha a série de letras discriminativas da proibição.

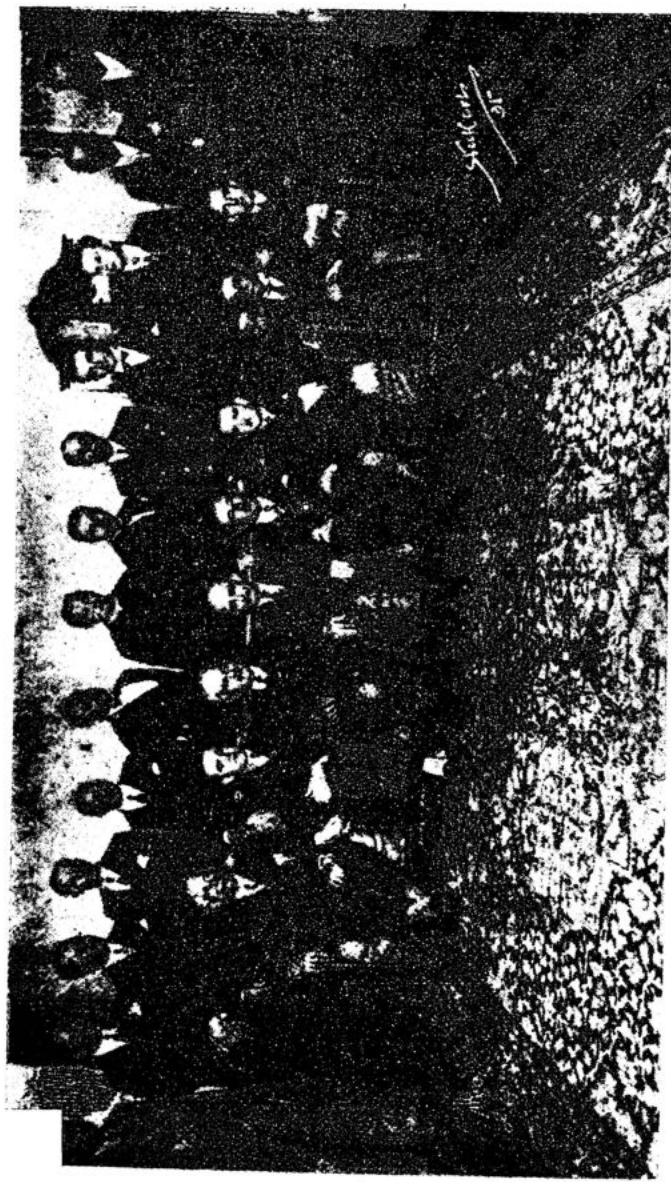
O Consêlho Consultivo da Paraíba, que funcionou de 1931 a 34, se compôs dos seguintes nomes.

Dr. Pompeu Borges
Dr. Diogenes Caldas
Dr. Augusto de Almeida
João Luiz Ribeiro de Morais
Waldemar Leite de Araújo

Retirando-se, em meio, o primeiro, que servia de presidente, substituiu-o nesse caráter o novo membro, dr. Horácio de Almeida, por sua vez substituído no último ano pelo dr. José Rodrigues de Aquino.

O Conselho Consultivo, desapareceu com a Constituição Federal de 1934.

Em 1937, a nova Carta, a de 10 de Novembro, outorgada pelo presidente Getulio Vargas, extinguiu senado, câmaras, assembléias, conselhos existentes. Criou-se, então, em cada Estado (1938) um Departamento Administrativo, com função legislativa, ou de estudo, retoque e aprovação de projetos, pois a iniciativa era dos Interventores e Prefeitos. Também dependia a promulgação de decretos-leis, pelo menos da maioria deles, de exame da Comissão de Negócios Estaduais, servindo junto ao Ministério da Justiça, e de anuência do presidente da República. O Departamento se instalou num salão do Palácio das Secretarias, hoje Secretaria da Agricultura, com os seguintes membros.

Dr. Antonio Bôto de Menezes – Presidente
Dr. Flavio Ribeiro Coutinho
Dr. Orestes Lisbôa
Dr. José de Oliveira Pinto.

Grupo de deputados Progressistas, em 1935. Estão presentes dois representantes da Assembléia de Pernambuco que assistiam a promulgação da Constituição paraibana, daquele ano. Da esquerda para a direita: Em pé: Miguel Bastos, Otávio Amorim, Alcindo Leite, Celso Matos, um deputado pernambucano: Odilon Coutinho, Emiliano Nóbrega, Américo Maia, José Targino, outro deputado pernambucano: Paula e Silva e José Antônio Rocha. Sentados Pedro Ulysses, Newton Lacerda, Paula Cavalcante, José Maciel (presidente), Duarte Lima, Aluísio Campos, José Peregrino de Araújo e Fernando Nóbrega. (Fotografia de "Ilustração", de José Leal e Ernani Batista, número 30 de maio de 1935).

Servindo enquanto no governo o interventor Argemiro de Figueirêdo, 1937-1940, foram substituídos neste último ano, ao iniciar-se o período do interventor Ruy Carneiro. Passaram a constituir o Departamento os srs.

Dr. José Rodrigues de Aquino – Presidente
Dr. José Gomes
Dr. Osias Gomes
João de Vasconcelo

Falecendo o primeiro, foi nomeado o sr. Severino de Albuquerque Lucena que também passou a exercer a presidência. Exonerando-se o sr. João de Vasconcelos em 1942, foi substituído pelo dr. Horácio de Almeida.

O Departamento teve o seu nome mudado para Conselho Administrativo em 1944. Foi extinto pelo governo José Linhares, o transitório governo que, no golpe militar de 29 de Outubro de 1945, substituiu o do presidente Getúlio Vargas. Restabelecido com as mesmas peculiaridades funcionais de colaboração e fiscalização administrativa, logo ao assumir a presidência da República o general Dutra (25-1-1946), constituiu-se com os srs.

Osvaldo Pessoa – Presidente
Dr. Severino Alves Aires
Dr. João Lelis de Luna Freire
Dr. Rômulo Romero Rangel

que se empossaram em 13 de Fevereiro seguinte.

EXEMPLO DE LEI ANTIGA

Os recursos eram pequenos e incertos, o plano orçamentário correspondia a essa precariedade. Assim, nada de autorizações legais nem grandes créditos. Qualquer providência era objeto de uma lei: a aposentadoria de um funcionário, o contrato de um auxiliar de escrita, o reparo de uma igreja no interior.

A maior parte do serviço da Assembléia, na Monarquia, era rever e aprovar leis municipais. Neste ponto, há espécimens curiosíssimos, ou que, com o tempo, tomaram aspecto de fóssil legislativo. Não precisa ir longe para rir. Basta este exemplo da segunda metade do século passado:

"LEI Nº 49

Francisco de Araujo Lima, Presidente da Província da Paraíba do Norte: Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial, sob proposta da Câmara Municipal da Vila de Campina Grande, resolveu o seguinte:

Art. 1º — É proibida nesta Vila e suas compreensões a criação de cabras, ovelhas e porcos; assim como ter cães soltos, sob multa de dois mil réis.

Art. 2º — Os animais que em correição forem apreendidos pelos Fiscais e pertencente a pessoas desconhecidas, serão entregues às autoridades respectivas para procederem na forma das Leis em vigor.

Art. 3º — Excetuam-se das disposições dos artigos antecedentes as cabras de leite, que servirem para amamentação das crianças, as quais deverão trazer cangas de quatro palmos e ser recolhidas às seis horas da tarde.

Art. 4º — As casas que se edificarem nesta Vila e suas povoações, terão pelo menos a frente de tijolo cozido, ou pedra, com dezesseis palmos de altura, cornija, tendo as portas doze palmos de altura e cinco e meio de largo; os infratores pagarão a multa de dez mil réis, e serão obrigados a por a obra à sua custa, na forma do presente artigo.

Art. 5º — As reincidências na violação dos artigos antecedentes serão punidas com o duplo das penas estabelecidas, revogadas as disposições em contrário.

Mando por tanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da presente Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contêm. O Secretário desta Província a faça imprimir, publicar e correr.

Palácio do Governo da Província da Paraíba do Norte em 21 de junho de 1862, quadragésimo primeiro da Independência e do Império.

FRANCISCO DE ARAÚJO LIMA"

Como já se disse, havia exceções. Uma lei do mesmo ano concedia "o prêmio de quatro contos de réis ao primeiro agricultor da Província que exportasse pela primeira vez em um ano, duas mil arrobas de café de sua produção".

Era um incentivo à cultura de rubiácea em Bananeiras.

NOTAS AVULSAS

Não foram poucos os paraibanos que, tendo representado a Província e o Estado na Antiga Assembléia Geral, na Câmara republicana e no Senado de ambos os regimes, voltaram depois à Assembléia Legislativa. Por conveniência, vontade própria ou oscilações da política. Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, o grande deputado na primeira Constituinte Nacional, deputado geral ainda em 1830-33, estava na Assembléia Provincial na legislatura de 38-39. Francisco de Assis Pereira Rocha, deputado geral em 1843-44, 50-52, 53-56, voltou à câmara da Província de 74 a 77. Felizardo Toscano de Brito, representante nacional de 1845 a 1847, apesar de seu crescente prestígio na Província, que depois governou duas vezes, estava na Assembléia local de 1860 a 61. Manuel Dantas Correia de Góis, eleito para a Assembléia Geral em 1885 voltou à do Estado de 1892 a 1907, tendo também no intervalo governado a província como vice-presidente. Na República Apolonio Zenaide, deputado federal em 1897-99, sem que houvesse queda de seu partido, nem diminuição sua dentro deste, figurou na Assembléia de 1904 a 1907. Monsenhor Valfredo Leal, antigo presidente de Estado, deputado federal de 1903 a 1905, senador de 1909 a 1918, voltou à Assembléia nas legislaturas de 1923-27 e 28-31. Seráfico Nóbrega, que também estivera no Governo, como vice-presidente em 1905, e fôra deputado federal nas legislaturas de 1909 a 1915, voltou à Assembléia nas legislaturas estaduais de 1916-19, 20-23 e 35-38. Nenhum se considerava diminuído, apesar da esfera local das funções, do pequeno subsídio e da distância do Rio, centro político e social de tantos atrativos e conquistas . . .

Na Monarquia, deputados à Assembléia Geral eram também às

Assembléias de suas províncias. Um homem como Bernardo Pereira de Vasconcélos, não cansado de lutar na Câmara ou Senado nacionais, falava nas férias na Assembléia de Minas. A prática era útil *porque o deputado* geral ou federal levava para sua câmara da Província os assuntos, modos e praxes da nacional. Na República, em alguns Estados, Pernambuco por exemplo, as Constituições ainda permitiam a dupla representação.

Mas era curioso que alguns homens de alto prestígio e direção política preferissem ficar na do Estado. O velho Antonio Lemos, do Pará, nunca foi às câmaras federais. É verdade que nem o governo do Estado, que em certo tempo teria atingido com um simples aceno a seu partido, pensou jamais ocupar. Talvez receiava nele o comprometimento dos chamados casos, nos quais poderia exercer, como chefe, uma influência lateral conciliadora de melhores efeitos políticos. O seu pensamento era não ter embaraçada a ação coordenadora eleitoral em cuja força via a base de seu poder. O fato é que ficava na Intendência de Belém e na presidência do Senado Estadual.

Na Paraíba esta atitude foi muito comum na Monarquia quanto à vice-presidência da Província, pelas eventualidades de assumir o governo, que eram relativamente longas e repetidas.

XXX

Não raro, a Assembléia ficava sem **quorum** semanas e semanas seguidas, ora por plano, ora por incuria, também por pobreza de objetivos. Muitos deputados demoravam a comparecer, ou vinham e regressavam os do interior, sem um revezamento estudado, que equilibrasse o número de presença. A minoria faltava, às vezes, por obstrução. A maioria também evitava ataque dos contrários, deixando medidas de interesse para as discussões apressadas da última hora. Então os orçamentos eram aprovados na reunião noturna do último dia.

A obstrução em longos discursos de tomar o tempo e deixar passar as horas regulamentares, exemplo que vinha do alto era recurso velho na Assembléia da Paraíba. Já na Monarquia os Liberais utilizavam, distribuindo as tarefas: 2 horas para Benevides (José Joaquim de Sá e), 3 horas para Lordão, 6 para Campêlo. O quinhão do último, apesar de não ser este o de maior expressão intelectual, era uma homenagem à prática e loquacidade do Comendador, velho rábula traquejado do Juri de Mamanguape.

Na República, vimos ensaiar a obstrução com certos recursos o sr. Neiva de Figueirêdo.

Dr. José Maciel, presidente da Constituinte de 1935.

Na Monarquia, em 1838, o presidente da Província adiou os trabalhos da Assembléia devido a extrema agitação. Em 1840 a providência se repetia pelo mesmo motivo. Verificar-se-iam, decerto, incidentes ásperos. As boas maneiras parlamentares se acentuaram com o tempo. Mas vez por outra irromperiam fragorosos bate-bocas, verdadeiros tumultos que não há regimento nem regrinha de civilidade que tenham evitado até hoje. Assistimos um de quase sair arma de fogo, entre os deputados Antonio Bôto e José Pereira, na sessão de 1928.

Adiamento de trabalhos por epidemias perigosas se deu em 1853 num surto forte de febre amarela, em 1862 pelo segundo cólera.

XXX

O subsídio e a ajuda de custo ou representação dos deputados evoluíram também com o tempo, a economia do Estado, as exigências da vida social. No começo, quatro mil réis diários e 1$200 por légua para os que moravam fora. As léguas contadas só pela vinda. O Estado era indiferente às despesas de regresso. Já para o fim da Monarquia dobraram as diárias da ajuda de custo e contaram-se as léguas de ida e volta.

Na República foi subindo o preço das coisas e o valor das funções. Os deputados tinham os seus 10$000 diários e 300 fixos para o trem, a fatiota nova, o transporte dos queijos que traziam para o chefe do Partido. Para recepções reforçadas, os que residiam na Capital. A queixa de insuficiência era grande, porém, mais valia, sobretudo para os sertanejos, a honra do voto, a facilidade de falar ao presidente do Estado, o prazer de boas companhias ilustres, o banho de civilização na Capital. Hoje esta honra, esta facilidade, esta ilustração se encontram em toda parte. Quando ocupamos uma cadeira na Assembléia, legislatura de 1920-24, a representação de 1:000$000 e mais 40$000 diários, independentes de dia de chegada e de ponto, davam bem para vir de Piancó ou Souza e adquirir uma escova nova para a casaca.

O Conselho consultivo de 1931 a 34 trabalhava gratuitamente. Em 1935 foi restabelecida pela Interventoria Federal a tabela anterior, da Assembléia. Esta, porém, elevou, do segundo ano em diante, para 2:000$000 a representação e para 70$000 a diária do subsídio.

No Departamento Administrativo, depois Conselho, de 1937 a 45, cada membro ou conselheiro percebia Cr$ 100,00 por sessão no máximo de vinte sessões por mês. Mas isto sem interregno de trabalho dentro do ano. A Assembléia, incluindo as prorrogações e adiamentos, funcionava no máximo quatro meses. Já com o Conselho restabelecido este ano, cada conselheiro teve Cr$ 4.000,00 mensais, marcados em decreto federal. Na próxima restauração da Assembléia, Cr$ 3.000,00

de representação e a diária de Cr$ 150,00 não excederão dos novos níveis. A adoção de uma parte fixa e outra conforme a presença, como foi estabelecida agora pela Constituinte, estimula o comparecimento.

XXX

A secretaria da Assembléia Legislativa era reduzida ao tempo das sessões e composta de funcionários requisitados ou postos à disposição pelo Executivo, salvo um ou outro de nomeação provisória. Com o aumento de verbas e concessões, este último sistema foi muito utilizado, sobretudo no tempo do coronel Ignacio Evaristo, quando muito estudante pobre e outros necessitados recorreriam à bondade do velho presidente.

A secretaria foi criada no quadro efetivo de repartições do Estado em 1915, quando fomos ocupar o lugar de diretor. Outros, exerceram o cargo interinamente inclusive aquele antigo presidente, no ocaso de sua carreira, depois de 1930.

Desde então os debates da Assembléia eram apanhados de ouvido, recompostos os discursos com o auxílio dos autores e incluídos nas atas que assim se tornavam extensíssimas. O 2º secretário Murilo Lemos lia estas atas saltando trechos e trechos, processo que as reduzia à metade para a audição do plenário. A redação dos debates esteve o maior tempo a cargo do bacharel Joaquim Bulhões Pontes de Miranda, sempre destro e pontual no serviço. Os repórteres d'"A União" não deixavam de colaborar neste.

A secretaria não conseguiu publicar os ANAIS, senão os de 1935. Da Monarquia temos os anais de 1870, organizados pelos taquigrafo Manuel Pereira da Silva Coaracy. A impressão foi feita na tipografia B. de Matos, de M. Pires, de S. Luiz do Maranhão. Apesar de trazer na capa a indicação daquele ano, o dos trabalhos legislativos que engloba, não duvidamos que se deva a publicação a zêlo do dr. Silvino Elvidio, ilustre paraibano que governou aquela Província em 1872.

XXX

Nos tempos monárquicos, aquela gente se apresentava em qualquer dia de botinas inglesas de Bostoc, do alto custo de nove mil réis, sobrecasaca preta, camisa sempre branca, bengala, caixa de rapé, semblante fechado. Foi mudando com a República, quando o fraque imperou vitorioso e apareceu o chapéu do Chile. Só mais tarde o clima foi sendo considerado, tendo entrada na Assembléia os tecidos claros e leves.

Alcançamos nos dias da instalação de trabalhos o uso de casaca

e cartola. Assim trajando, saiam todos às 15 horas para cumprimentar o Governador ou Presidente. Incorporada, a Assembléia tinha direito a guarda de honra. Quando descia em Palácio, uma companhia da Polícia apresentada as armas em continência. O transporte já era o automóvel, tomava-se a boa cerveja Brahma e a boa Viuva Cliquoq.

Como se vê pelas marcas de fábrica, os tempos são recentes. Perante o Chefe do Executivo o líder ou o Presidente adiantava o apoio da corporação para o que fosse necessário. Os oposicionistas não acompanhavam esta procissão.

Deesconhecemos praxe idêntica na Monarquia. Irineu Pinto, que oferece informes de muita coisa em suas Notas, só refere visitas da Assembléia ao Presidente da Província, feitas por intermédio de comissões.

Damos um exemplo ilustrativo: uma comissão de cinco deputados levou seus louvores e protestos de apoio ao Presidente da Província, Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque (1852). Este respondeu assim: "Senhores da Ilustre Comissão. Agradeço cordialmente a benevolência com que a Assembléia Legislativa Provincial, da qual sois ilustres membros, dignou-se de cumprimentar-me. O apreço que os escolhidos da Província por si, e em nome de seus comitentes, dão aos serviços, que hei feito em prol da prosperidade d'esta Província indeniza-me de minhas fadigas quanto ao passado.

A lisongeira segurança de que meus vivos empenhos administrativos serão apoiados pelo Corpo Legislativo Provincial conduz-me para o futuro animoso e dedicado na grandiosa missão de fazer à esta Província os bens de que ela é digna.

Aceítai, Senhores, e levai também ao seio da Assembléia Legislativa Provincial, que vos enviou aqui, os meus sinceros agradecimentos por essa distinta prova de sua adesão à minha administração, assim como as sólenes promessas que eu faço de promover constante e ativo a felicidade d'esta Província, que foi confiada aos meus cuidados"

Datada de 13 de maio e assinada pelo Presidente está anexa ao impresso do relatório apresentado naquele ano à Assembléia (Coleção do Arquivo Público).

Na Assembléia de 1935 não houve grandes diferenças de regimento e de praxes. A maior novidade era que os secretários de Estado podiam comparecer às sessões e usar da palavra, faculdade que nenhum utilizou, salvo o secretário da Agricultura, uma vez, em ligeira visita. Havia muita cara nova, gravatas alegres, raros bigodes, .Apenas cinco veteranos de outras legislaturas, entre estes o velho Trombone, do Massangana (coronel José Francisco de Paula Cavalcanti), relíquia dos velhos solares açucareiros da Paraíba.

Está em elaboração na Constituinte Nacional uma nova Constituição. Deverá ser restabelecida a Assembléia Legislativa, ou que outro nome equivalente venha a ter o congresso do Estado. Aprestam-se para concorrer à sua eleição as secções estaduais dos três grandes partidos nacionais: Partido Social Democrata, União Democrática Nacional e Partido Comunista Brasileiro. Foram estes, o Partido Nacional Sindicalista e o Partido Democrata Cristão, os que na última organização fundaram secções na Paraíba e pleitearam as eleições de Câmara, Senado e presidência da República em 2 de dezembro de 1945. (*). Atualmente não consta atividade, no Estado, da quarta daquelas agremiações.

(*) A propósito, cabe registrar:
O barão do Abiaí, no começo da República, pleiteiou a eleição dos representantes à Constituinte Federal com uma liga de ex-liberais e ex-conservadores denominada Partido Católico. Em 1922 o advogado Romulo Avelar pleteiou um lugar à Câmara Federal com elementos avulsos que denominava Partido Popular Católico. Em 1934 também se formou aqui uma Liga Católica que não foi até à luta eleitoral, limitando-se a orientar a preferência de seus adeptos.

II PARTE

DEUSDEDIT LEITÃO
(1947 – 1987)

REEDIÇÃO QUE SE IMPUNHA

As primeiras informações sobre a constituição da nossa Assembléia foram fornecidas pelo "Almanack da Parahyba" – ano de 1911, organizado pelo historiador João de Lyra Tavares. Nessa publicação estão relacionados todos os deputados provinciais e estaduais, desde a instalação da Assembléia, em 1835, até a sexta legislatura eleita em 1908. Irineu Ferreira Pinto, no segundo volume das suas indispensáveis "Datas e Notas para a História da Parahyba", publicado em 1916, também fornece a relação de deputados paraibanos, desde a primeira legislatura, instalada em 1835, até a décima quarta, eleita em 1862, que foi o último ano enfocado por aquele infatigável pesquisador em suas preciosas notas sobre a história da Paraíba. Celso Mariz, em 1946, completa essas relações com a publicação do seu livro "Memória da Assembléia Legislativa".

Ninguém mais credenciado de que Celso Mariz para realizar esse trabalho. Além dos seus méritos de historiador e de renomado e profundo conhecedor dos fatos políticos da Paraíba, esteve ligado à Assembléia Legislativa como deputado (legislatura de 1924-1927) e como Diretor da sua Secretaria no período de 1916 a 1930. Em 1934 voltou a esse cargo com a reabertura da Assembléia, permanecendo em exercício até 1937, quando o nosso legislativo foi extinto em decorrência da implantação do Estado Novo. Posto em disponibilidade teve tempo e estímulo para fazer os apontamentos que utilizou em seu livro, publicado com a restauração do regime democrático, em 1946.

Na introdução do seu livro Celso Mariz declara, com a sua conhecida modéstia – "Memória da Assembléia Legislativa" é mais uma pequena contribuição do nosso medíocre esforço neste sentido, na Pa-

raíba". Justificou-o com a sua condição de historiador – "É uma obrigação nossa, dos que, sob pequeno ou grande plano, vivemos a remexer-lhe o chão, ir trazendo para a luz do sol e repondo nos lugares de direito, os vultos que o tempo ou a ingratidão soterraram na massa dos fatos". Sabia ele que a sua contribuição imporia a outros a obrigação de dar continuidade ao seu trabalho, o que se evidenciou logo nos primeiros anos de atividade da Assembléia Legislativa, após a reabertura em 1947. Deputados e funcionários afagaram a idéia desse cometimento, que ia se revigorando com o perpassar do tempo.

O ex-depu 'do Otacílio Nóbrega de Queiroz dá o seu testemunho sobre o esforço de Manuel Cavalcanti Formiga, categorizado funcionário da Assembléia, que chegou a preparar um alentado trabalho sobre o nosso legislativo. Esse trabalho, confiado às oficinas da Imprensa Oficial, foi alí injustificadamente extraviado sem que o autor pudesse recuperar os seus originais. Alguns presidentes tiveram a preocupação de reeditar o livro de Celso Mariz ou solicitar dos nossos historiadores um trabalho de maior amplitude. Em 1984, por sugestão do ex-deputado Eilzo Nogueira Matos, fui solicitado pelo Presidente José Soares Madruga a expor o meu ponto de vista em relação ao asssunto face às próximas comemorações do sesquicentenário da instalação da Assembléia Legislativa, cuja programação começava a ser esboçada.

Na ocasião ofereci um projeto à Presidência da Assembléia sobre a reedição do livro de Celso Mariz ou elaboração de um trabalho mais abrangente sobre a história do legislativo paraibano. Com esta última opção programei um estudo que focalizasse toda a atividade exercida na Paraíba, desde os primeiros anos da nossa história colonial aos dias atuais. Tencionava comentar a estrutura e o funcionamento das câmaras municipais, como poder político, da câmara dos escabinos da ocupação holandêsa, do conselho geral da província, da Assembléia Legislativa nos períodos do Império e da República e dos Conselhos Consultivo e Departamento Administrativo instalados durante a ditadura de Getúlio Vargas. O Presidente Soares Madruga, por motivos alheios à sua vontade, não teve condições de dar solução a esse problema por ele mesmo levantado como uma das metas da sua administração.

Em 1985 o Presidente Evaldo Gonçalves de Queiroz, com maiores responsabilidades nas comemorações do evento histórico, solicitou do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano a indicação de um dos nossos estudiosos para a preparação de um trabalho sobre o nosso legislativo. Por sugestão do meu ilustre consócio Deputado José Fernandes de Lima tive o meu nome lembrado para essa honrosa tarefa. Em face dessa indicação solicitei, inicialmente, ao Presidente Evaldo Gonçalves que revisse o projeto anteriormente apresentado ao seu ilustre antecessor.

Depois de algumas considerações e tendo em vista a premência do tempo S. Excelência preferiu a reedição do livro de Celso Mariz, devidamente atualizado e acrescido de notas complementares que se ajustassem à matéria.

A responsabilidade do empreendimento cresceu com a limitação de tempo que não permitia estudos e pesquisas mais demorados sobre o assunto. No prazo exíguo de seis meses tive como único recurso disponível a leitura de atas da Assembléia, de 1947 a 1985, de coleções incompletas de leis e resoluções do Poder Legislativo e de escassos documentos existentes no arquivo da Casa de Epitácio Pessoa referentes à apresentação de projetos de lei e resoluções da Mesa. Não me foi possível ver as atas do período descrito por Celso Mariz, com o que esperava colher informações que evidenciassem a atividade exercida pelos nossos deputados, tanto no Império como nas Primeira e Segunda Repúblicas, consoante a metodologia adotada para esse trabalho, no esforço de complementar o precioso livro do nosso inesquecível Celso Mariz.

Como parte final quero expressar ao Deputado Evaldo Gonçalves os meus agradecimentos pela oportunidade que me deu para participar, dessa homenagem a Celso Mariz ao insuperável cronista dos nossos fatos políticos. Convivendo com ele, ao longo de velha e sincera amizade, pude sentir de perto quem foi aquela extraordinária figura humana que encantou a sociedade pessoense por mais de setenta anos. Tive a satisfação de ser um dos seus confrades no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, na Academia Paraibana de Letras e no Conselho Estadual de Cultura. Sinto-me, pois, reconfortado pela honra que me foi oferecida de participar, como co-autor, deste livro do admirável intérprete dos grandes acontecimentos da nossa história, na oportunidade em que o seu nome fulgura nessas comemorações sesquicentenária com a reedição da sua "Memória da Assembléia Legislativa", que reaparece em nossos meios culturais graças aos esforços do Presidente Evaldo Gonçalves de Queiroz, apoiado pelo atual Presidente José Fernandes de Lima, que se revelou permanentemente interessado na preparação de um estudo sobre a história da Assembléia Legislativa, cuja presidência vem exercendo atualmente, como coroamento da sua longa e profícua atividade parlamentar.

D. L.

CONSTITUINTE ESTADUAL DE 1947

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1946, em seu Art. 11, estabelecia que – "No primeiro domingo após cento e vinte dias contados da promulgação deste Ato, proceder-se-á, em cada Estado, às eleições de Governador e de deputados às Assembléias Legislativas, as quais terão, inicialmente, funções constituintes." Essas eleições, na Paraíba, foram realizadas a 19 de janeiro de 1947, em clima de extraordinária exaltação política decorrente do pleito para escolha de Governador do Estado. As forças políticas de maior expressão eleitoral estavam agrupadas sob a legenda da União Democrática Nacional e do Partido Social Democrático, além do Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Comunista Brasileiro e Partido de Representação Popular que concorreram, apenas com candidatos à Assembléia Legislativa, exceto o Partido Comunista Brasileiro que apresentou candidato ao Governo do Estado.

A 28 de janeiro de 1947 o Tribunal Regional Eleitoral diplomou, como eleitos a 19 de janeiro, o Dr. Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, candidato a Governador do Estado pela União Democrática Nacional, e o Ministro José Américo de Almeida, candidato ao Senado Federal que, apesar de apresentado pela União Democrática Nacional, não teve competidor. Para a Assembléia Legislativa foram diplomados os seguintes candidatos:

a) Partido Trabalhista Brasileiro
   Antônio Pereira de Almeida

b) Partido Social Democrático
   1. Ruy Carneiro

2. Djalma Leite Ferreira
3. Balduíno Minervino de Carvalho
4. Otacílio Nóbrega de Queiroz
5. Odon Bezerra Cavalcanti
6. João Fernandes de Lima
7. Severino Ismael de Oliveira
8. Inácio José Feitosa
9. Osvaldo Pessoa Cavalcanti de Albuquerque
10. Tertuliano Correia da Costa Brito
11. Aggeu de Castro
12. Lindolfo Pires Ferreira Júnior
13. Pedro Moreno Gondim
14. Bernardino Soares Barbosa

c) União Democrática Nacional

1. Renato Ribeiro Coutinho
2. Luiz Gonzaga de Oliveira Lima
3. Praxedes da Silva Pitanga
4. Isaías Silva
5. João Feitosa Ventura
6. Jacob Guilherme Frantz
7. Antônio Nominando Diniz
8. João Guimarães Jurema
9. Clóvis Bezerra Cavalcanti
10. Hildebrando Assis
11. Antônio de Paiva Gadelha
12. Francisco Seráfico da Nóbrega Filho
13. José Fernandes Filho
14. Pedro Augusto de Almeida
15. Antônio Bezerra Cabral
16. Flávio Ribeiro Coutinho
17. Álvaro Gaudêncio de Queiroz
18. Hiaty Leal
19. José de Sousa Arruda
20. Antônio Batista Santiago
21. José de Sousa Maciel

d) Partido Comunista Brasileiro

João Santa Cruz de Oliveira

Essa representação dos partidos políticos na constituinte foi alterada no dia da sua instalação com a renúncia do Deputado Ruy Carnei-

ro, do PSD, e conseqüente convocação do primeiro suplente João Lélis de Luna Freire. Outras alterações ocorreriam com as eleições suplementares realizadas a 23 de março de 1947, em virtude da anulação de secções eleitorais em João Pessoa, Santa Rita, Mamaguape, Esperança, Campina Grande, São João do Cariri, Catolé do Rocha e Misericórdia (Itaporanga). Com o resultado dessas eleições suplementares o terceiro suplente Ivan Bichara Sobreira passou a integrar a bancada udenista, deslocando o Deputado José de Sousa Maciel que ficou na primeira suplência do seu partido. Na bancada pessedista o Deputado João Lélis de Luna Freire foi deslocado para a primeira suplência, dando lugar ao terceiro suplente Otávio Teodoro de Amorim que passou a integrar a sua bancada, como titular. O primeiro suplente João Lélis de Luna Freire, apesar disso, continuou na Assembléia, liderando a bancada do PSD, em virtude da licença de noventa dias requerida pelo Deputado Odon Bezerra Cavalcanti, o que possibilitou a sua permanência no legislativo paraibano, dando excelente contribuição aos trabalhos ali desenvolvidos na elaboração, discussão e votação do projeto de constituição. Ocorreram, ainda, outras convocações em face de licenças concedidas aos Deputados Inácio José Feitosa, Luiz de Oliveira Lima e Renato Ribeiro Coutinho, que foram substituídos temporariamente pelos suplentes Telésforo Onofre Marinho (1) e Otaviano Carneiro da Cunha, o primeiro do PSD e o outro da UDN.

A Assembléia Estadual Constituinte foi instalada a 5 de março de 1947, no primeiro andar do Palácio das Secretarias, com os seus trabalhos dirigidos pelo Desembargador Agripino Barros, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, que convidou para servirem como secretários os deputados mais votados dos partidos políticos com representação na Assembléia: Renato Ribeiro Coutinho, da UDN, primeira secretaria; Djalma Leite Ferreira, do PSD, segunda secretaria; Antônio Pereira de Almeida, do PTB, terceira secretaria; e João Santa Cruz de Oliveira, do PCB, quarta secretaria. Ao instalar oficialmente a Assembléia o Desembargador Agripino Barros pronunciou vibrante discurso em que exaltou a democracia e o poder de representação popular.

Procedida a escolha dos membros da mesa da Assembléia Estadual Constituinte foram eleitos e empossados os seguintes deputados: Flávio Ribeiro Coutinho, Presidente; João Guimarães Jurema, Primeiro Vice Presidente; Antônio Pereira de Almeida, Segundo Vice Presidente; Pedro Augusto de Almeida, Primeiro Secretário; Francisco Seráfico da Nóbrega Filho, Segundo Secretário (substituído depois por Hiaty Leal), Antônio Bezerra Cabral, Terceiro Secretário e Antônio Batista Santiago, Quarto Secretário. Durante os trabalhos da Constituinte funcionaram

(1) EX-PREFEITO DE ALAGOA GRANDE

como líderes os Deputados Francisco Seráfico da Nóbrega Filho, da UDN, e João Lélis de Luna Freire, do PSD.

Ao iniciar os seus trabalhos a Assembléia, em sessão solene, a 6 de março de 1947, esteve reunida para as solenidades de juramento e compromisso do Governador Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, eleito a 19 de janeiro daquele ano. A 11 de março de 1947 o Presidente designou os deputados que iam integrar a comissão encarregada da elaboração do projeto da Carta Constitucional, empossada no mesmo dia e composta de Praxedes da Silva Pitanga, Presidente; Odon Bezerra Cavalcanti, Vice Presidente (substituído depois por Otávio Teodoro de Amorim); João Guimarães Jurema, Relator; Francisco Seráfico da Nóbrega Filho, Antônio Nominando Diniz (substituído depois por Ivan Bichara Sobreira), José Fernandes Filho, Hiaty Leal, Antônio Batista Santiago, João Lélis de Luna Freire, Pedro Moreno Gondim, Otacílio Nóbrega de Queiroz, Antônio Pereira de Almeida e João Santa Cruz de Oliveira. Essa comissão concluiu a 30 de abril a elaboração do projeto, prosseguindo em seus trabalhos complementares de redação final.

No período de 10 de março a 10 de junho os deputados debateram assuntos que envolviam matéria de interesse constitucional, com pronunciamentos sobre autonomia municipal, eleição para escolha do prefeito da capital e de municípios com estâncias hidro-minerais, delimitação de áreas para pecuária, agricultura, saúde, cultura, transportes, economia. Todos eles com substanciais contribuições à matéria em discussão, sem excluir a preocupação ideológica de alguns, manifestadas ao calor dos debates. O Deputado João Lélis, na sessão do dia 18 de março, propôs a adoção do regime parlamentarista como uma das disposições constitucionais a serem aprovadas, o que motivou animada discussão sobre a matéria, combatida por uns e apoiada por outros.

Em solenidade realizada a 11 de junho de 1947, que contou com entusiástica manifestação popular foi promulgada a Constituição. No decorrer da sessão solene, discursaram, além do Presidente, os Deputados Seráfico Nóbrega, pela maioria; João Lélis, pela minoria; João Santa Cruz, pelo PCB; e Antônio Pereira de Almeida, pelo PTB. Em seu discurso o Presidente Flávio Ribeiro Coutinho declarou, entre outras considerações ajustadas à grandeza do momento histórico: "O retorno às tradições democráticas, depois de longo período de governo unipessoal, deixa-nos uma lição que jamais devemos esquecer. O povo paraibano, que representamos com orgulho, é por temperamento democrático, cioso da sua liberdade individual, respeitador dos direitos alheios e consciente das responsabilidades do cidadão. Esses três característicos na índole democrática dos paraibanos, adaptados aos princípios gerais traçados na Constituição da República, estabeleceram na realidade a Cons-

nato Ribeiro Coutinho e Antônio Nominando Diniz, e, por fim, já nos últimos dias da legislatura, como titular, preenchendo a vaga decorrente do falecimento do Deputado Pedro Augusto de Almeida, a 22 de dezembro de 1950.

Outra alteração verificada, logo nos primeiros meses da legislatura, foi a cassação do Deputado João Santa Cruz de Oliveira. A Mesa, dando cumprimento à decisão da justiça eleitoral, baixou a Resolução nº 1, a 15 de janeiro de 1948, declarando extinto o mandato desse parlamentar e dos seus suplentes, tendo em vista o fechamento do Partido Comunista Brasileiro que, na Paraíba, contavam apenas, com um deputado, o conhecido advogado João Santa Cruz de Oliveira que desenvolveu corajosa e eficiente atuação na legítima defesa dos interesses populares, de que se fez autêntico porta-voz.

Durante a primeira legislatura exerceram a liderança dos seus partidos os Deputados Seráfico Nóbrega, Ivan Bichara, Hildebrando Assis e Isaías Silva, da União Democrática Nacional, e João Lélis, do Partido Social Democrático. Todos eles conduziram as suas bancadas nos entreveros parlamentares, com inflamados debates sobre as ocorrências políticas, ou policiais, em Brejo do Cruz, Teixeira, São João do Cariri, Mamanguape e Campina Grande, notadamente no período que antecedeu à campanha de 1950, com a cisão da União Democrática Nacional e conseqüente formação da bancada americista, sob a liderança do Deputado Ivan Bichara, que, logo depois, passou a integrar o Partido Libertador, em virtude do novo Código Eleitoral não permitir a formação de dissidência no seio das legendas partidárias.

Alguns desses deputados já haviam conquistado projeção na política paraibana, no exercício de cargos públicos de relevo, tanto no legislativo, como no executivo. Flávio Ribeiro Coutinho já integrara a Assembléia em 1924, renunciando ao seu mandato, em 1926, por ter sido eleito Vice Presidente do Estado. Foi Deputado Federal pela Paraíba, em 1930, e encerrou a sua vida pública como Governador do Estado, eleito em 1955. José de Sousa Maciel foi Presidente da Constituinte Estadual de 1935 e, como Presidente da Assembléia, assumiu, interinamente, o Governo do Estado. Odon Bezerra Cavalcanti já havia representado a Paraíba na Constituinte Nacional de 1934 e, em seguida, como Deputado Federal. Foi, depois, Interventor Federal, nomeado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra. Otávio Amorim e Tertuliano de Brito foram constituintes estaduais em 1935.

Outros galgariam posição a nível nacional, como Jacob Frantz, Octacílio Queiroz, Antônio Santiago, Praxedes Pitanga e Renato Ribeiro, que integraram a nossa representação na Câmara dos Deputados; os dois primeiros como titulares e os outros como suplentes. Pedro

Gondim e Ivan Bichara, além de Deputados Federais foram Governadores do Estado. João Fernandes de Lima foi também Deputado Federal e governou a Paraíba como substituto do Ministro José Américo de Almeida, durante a permanência daquele eminente paraibano no Ministério de Viação e Obras Públicas. Cloves Bezerra exerceu o Governo do Estado, concluindo o mandato do Governador Tarcício de Miranda Burity.

A política paraibana viveu um dos seus grandes dias com a movimentação parlamentar motivada pela discussão de assuntos relacionados com a sucessão estadual de 1950. Dos entrechoques alimentados pelo interesse partidário resultou a cisão das poderosas forças eleitorais que integravam a União Democrática Nacional, dividida entre os liderados do Ministro José Américo de Almeida e do Deputado Argemiro Figueiredo. O Partido Social Democrático, por sua vez, sofreu também os efeitos dessa conjuntura política com a dissidência formada por elementos ligados ao Ministro José Pereira Lira, em face da divergência com as forças partidárias comandadas pelo ex-interventor Ruy Carneiro. Da dissidência udenista resultou a formação da bancada do Partido Libertador, a que se filiaram os Deputados Ivan Bichara, Pedro de Almeida, João Jurema, José Fernandes Filho, Nominando Diniz e Antônio Bezerra Cabral. O PSD perdeu apenas um elemento com representação na Assembléia Legislativa, o Deputado Severino Ismael, que, na legislatura seguinte, formaria com a bancada do Partido Republicano.

Foi discutida e votada matéria do maior interesse para o ordenamento administrativo do Estado, como a instituição do regime de salário família para os servidores do Estado (Lei nº 324, de 23 de novembro de 1948); a fixação da Divisão Administrativa e Judiciária (Lei nº 318 de 7 de janeiro de 1949); a Organização do Ensino Primário (Lei 320, de 08 de janeiro de 1949); a Organização Municipal (Lei nº 321, de 08 de janeiro de 1949), e outras que resultaram de ante-projeto do Executivo e de projetos apresentados pelos deputados.

Já no início da primeira reunião legislativa começaram a repercutir em plenário as aspirações autonomistas de alguns dos nossos distritos. O Deputado Odon Bezerra defendeu a criação do município de Uiraúna, sob os calorosos protestos do Deputado Jacob Frantz. O deputado Luiz de Oliveira Lima apresentou-se como intérprete dos anseios municipalistas da população de Cabedelo e o Deputado Ivan Bichara deu entusiástico apoio à reivindicação do povo de Sumé, cuja autonomia fora prometida pelo Governador Oswaldo Trigueiro, ainda como candidato. Ao calor dos debates surgiram emendas e recursos protelatórios que dificultaram a aprovação dos projetos. Desses três distitos apenas Sumé conseguiu a sua autonomia, através de projeto do Deputado Ivan Bicha-

ra, aprovado nas últimas sessões da legislatura, com um substitutivo de autoria do Deputado João Lélis. Esse projeto foi convertido na Lei nº 513, de 08 de fevereiro de 1951, sancionada pelo Governador José Américo de Almeida.

A Mesa que dirigiu os trabalhos dessa legislatura, em suas quatro reuniões, foi constituída dos seguintes deputados:

PRIMEIRA REUNIÃO (1947):

- Flávio Ribeiro Coutinho – Presidente
- João Guimarães Jurema – Primeiro Vice-Presidente
- Antônio Pereira de Almeida – Segundo Vice-Presidente
- Pedro Augusto de Almeida – Primeiro-Secretário
- Francisco Seráfico da Nóbrega Filho – substituído, depois, por Hiaty Leal – Segundo-Secretário
- Antônio Bezerra Cabral – Terceiro-Secretário
- Antônio Batista Santiago – Quarto-Secretário

Essa Mesa, que dirigira os trabalhos da Constituinte, foi prorrogada para a primeira reunião legislativa, em face do disposto no Art. 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias do Estado. Dela participaram representantes da União Democrática Nacional e do Partido Trabalhista Brasileiro.

SEGUNDA REUNIÃO (1948):

- Flávio Ribeiro Coutinho – Presidente
- Praxedes da Silva Pitanga – Primeiro Vice-Presidente
- Antônio Pereira de Almeida – Segundo Vice-Presidente
- Jacob Guilherme Frantz – Primeiro Secretário
- Clóvis Bezerra Cavalcanti – Segundo Secretário
- Antônio Batista Santiago – Terceiro Secretário
- Antônio de Paiva Gadelha – Quarto Secretário

Os Deputados Cloves Bezerra Cavalcanti e Antônio de Paiva Gadelha foram eleitos para preenchimento das vagas decorrentes da renúncia dos Deputados Inácio José Feitosa e Djalma Leite Ferreira, que não aceitaram a sua eleição para a Mesa, acolhendo decisão de sua bancada que se opusera à chapa udenista. Os deputados ligados ao Ministro José Américo de Almeida votaram em branco, numa evidente manifestação dos desentendimentos que lavravam no seio da bancada do seu partido.

TERCEIRA REUNIÃO (1949):

- João Fernandes de Lima – Presidente
- Pedro Augusto de Almeida – Primeiro Vice-Presidente
- Tertuliano Correia da Costa Brito – Segundo Vice-Presidente
- João Guimarães Jurema – Primeiro Secretário
- Octacílio Nóbrega de Queiroz – Segundo Secretário
- Bernardino Soares Barbosa – Terceiro Secretário
- Antônio Bezerra Cabral – Quarto Secretário

A eleição dessa Mesa foi a primeira conseqüência política do acordo entre o Ministro José Américo de Almeida e o ex-interventor Ruy Carneiro, que deu origem à Coligação Democrática Paraibana. Todos os eleitos pertenciam ao Partido Social Democrático ou à ala americista com assento na Assembléia Legislativa.

QUARTA REUNIÃO (1950):

- João Fernandes de Lima – Presidente
- Pedro Augusto de Almeida – Primeiro Vice-Presidente
- Tertuliano Correia da Costa Brito – Segundo Vice-Presidente
- João Guimarães Jurema – Primeiro Secretário
- Octacílio Nóbrega de Queiroz – Segundo Secretário
- Bernardino Soares Barbosa – Terceiro Secretário
- Antônio Bezerra Cabral – Quarto Secretário

A reeleição dessa Mesa significou a consolidação política da Coligação Democrática Paraibana, já em clima de campanha, tendo como candidato ao Governo do Estado o Ministro José Américo de Almeida e como candidato ao Senado o Dr. Ruy Carneiro. Já nos últimos dias dessa Reunião ocorreu o falecimento do titular da Primeira Vice Presidência, Deputado Pedro Augusto de Almeida, que foi substituído pelo Deputado Tertuliano Correia da Costa Brito, a quem coube transmitir o Governo do Estado ao Ministro José Américo de Almeida, em virtude do Governador José Targino não ter comparecido ao ato da posse e tendo em vista a condição do Presidente João Fernandes de Lima que, eleito Vice Governador, também estava sendo empossado naquela solenidade.

SEGUNDA LEGISLATURA
(1951–1955)

As eleições para escolha dos novos deputados estaduais foram realizadas a 3 de outubro de 1950, em clima de grande agitação política

decorrente da campanha para o governo do Estado. Nesse pleito, além do Ministro José Américo de Almeida e Dr. Ruy Carneiro, respectivamente, para o governo do Estado e Senado Federal, e dos Deputados à Câmara Federal, foram votados e posteriormente diplomados os seguintes deputados estaduais:

a) COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA PARAIBANA

01. Severino Bezerra Cabral
02. José Fernandes de Lima
03. Pedro Moreno Gondim
04. Fernando Paulo Carrilho Milanez
05. José Afonso Gaioso de Souza
06. Ivan Bichara Sobreira
07. Octacílio Nóbrega de Queiroz
08. Ramiro Fernandes de Carvalho UER. S. MAIA - SAPE - 63
09. Agnaldo Veloso Borges
10. Balduíno Minervino de Carvalho
11. Jacinto Dantas Correia de Gois
12. Tertuliano Correia da Costa Brito
13. Napoleão Abdon da Nóbrega
14. Roberto Pessoa - VER. AROEIRAS - 45
15. José Ribeiro de Farias
16. Francisco de Paula Barreto Sobrinho
17. João Carneiro de Freitas
18. Antônio Nominando Diniz
19. Humberto Coutinho de Lucena

b) UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

01. Isaías Silva
02. Ernesto Heráclio do Rego
03. José Cavalcanti
04. José Marques de Almeida Sobrinho
05. Américo Maia de Vasconcelos
06. João Feitosa Ventura
07. Clóvis Bezerra Cavalcanti
08. Antônio de Paiva Gadelha
09. José Marques da Silva Mariz
10. Álvaro Gaudêncio de Queiroz (*)
11. Luis da Costa de Araújo Bronzeado
12. Francisco Seráfico da Nóbrega Filho
13. Jacob Guilherme Frantz
14. Ascendino Virgínio de Moura

(*) SUA ESPOSA QUITERIA LUCAS GAUDENCIO FALECEU A 14-05-2001, AOS 98 ANOS

15. Lourival de Lacerda Lima

c) PARTIDO REPUBLICANO
01. Hercílio Alves Ferreira Lundgren
02. Severino Ismael de Oliveira
03. Antônio Leite Montenegro

d) PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
01. Arnaldo Bonifácio de Paiva

e) PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
01. Aluísio Afonso Campos

f) PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA
01. Firmino Silva

Essa legislatura foi instalada solenemente a 2 de fevereiro de 1951, funcionando, em seguida, por convocação dos novos deputados, durante o mês de sua instalação. Todos os deputados recém diplomados pela Justiça Eleitoral participaram da sessão solene de instalação, com exceção de Pedro Augusto de Almeida, falecido poucos dias depois da sua diplomação e substituído pelo Primeiro Suplente da Coligação Democrática Paraibana, Humberto Coutinho de Lucena. Outras alterações ocorreram na bancada coligacionista durante a legislatura. Logo nos primeiros dias o Deputado Pedro Moreno Gondim foi licenciado, por um ano, para exercer o cargo de Secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas. Ao retornar ao legislativo foi substituído, naquela Secretaria de Estado, pelo Deputado José Fernandes de Lima, o que possibilitou a presença do Suplente Djacir Cavalcanti de Arruda no decorrer de quase toda a legislatura. Os Suplentes Adênio Lima substituiu o Deputado Francisco de Paula Barreto Sobrinho, licenciado para exercer o cargo de Diretor Regional dos Correios e Telégrafos. Além destes foram convocados para preencher vagas decorrentes de licenças concedidas a deputados da Coligação Democrática Paraibana, os Suplentes Raimundo de Paiva Onofre, Gerôncio Estanislau da Nóbrega e Ageu de Castro.

Na bancada da UDN ocorreu uma vaga com o falecimento do Deputado José Marques da Silva Mariz, a 3 de julho de 1953, preenchida com a convocação do Primeiro Suplente Luiz Ignácio Ribeiro Coutinho. Os Suplentes Flávio Ribeiro Coutinho e Patrício Leal de Melo também participaram dos trabalhos da Assembléia como substitutos de deputados udenistas em gozo de licença. Na bancada do Partido Republicano foram convocados os Suplentes Antônio de Ávila Lins e Francisco Chaves Brasileiro e no Partido Socialista Brasileiro o Suplente José Rafael

de Menezes que, por quase toda a legislatura, esteve convocado em substituição ao Deputado Aluísio Afonso Campos, licenciado para exercer cargo de direção no Banco do Nordeste.

A representação desses partidos foi alterada, ainda, por desligamento e filiação de deputados a outras legendas. Já ao final da legislatura o Suplente Djacir Cavalcanti de Arruda oficializou o seu afastamento do Partido Libertador, que integrava a Coligação Democrática Paraibana, filiando-se à bancada do Partido Social Progressista. Por outro lado o Deputado Arnaldo Bonifácio de Paiva passou a integrar o Partido Social Democrático, desligando-se do Partido Trabalhista Brasileiro, cuja legenda fora fortalecida anteriormente pela adesão dos Deputados Antônio Leite Montenegro, Severino Ismael de Oliveira e Hercílio Alves Ferreira Lundgren, que pertenciam à bancada do Partido Republicano, pela qual foram eleitos.

No decorrer dessa legislatura a bancada da Coligação Democrática Paraibana foi exercida, sucessivamente, pelos Deputados Octacílio Nóbrega de Queiroz e Fernando Paulo Carrilho de Milanez. Os udenistas foram liderados pelo Deputado Jacob Guilherme Frantz e, posteriormente, pelo Deputado Ascendino Virgínio de Moura. A bancada do Partido Trabalhista Brasileiro teve como líder o Deputado Severino Ismael de Oliveira.

Um desses novos deputados, Aluísio Afonso Campos, foi constituinte estadual em 1935. Posteriormente alcançaria projeção a nível nacional como deputado federal. Humberto Coutinho de Lucena e Luís da Costa de Araújo Bronzeado também participariam da Câmara dos Deputados, como representantes da Paraíba, tendo o primeiro deles se elegido para o Senado Federal, onde exerce, atualmente, a liderança do seu partido na Alta Câmara do Congresso Nacional.

Ao longo desses quatro anos a maior movimentação parlamentar decorreu dos debates em torno das primeiras providências adotadas pelo Governador José Américo de Almeida; do atentado ao Vereador Félix Araújo; da licença concedida ao Governador José Américo de Almeida para exercer o cargo de Ministro de Viação e Obras Públicas; além da repercussão, em plenário, das demarches para a pacificação da política paraibana com a escolha de candidato único ao governo do Estado nas eleições de 1955 e da fraude verificada na 17a. Zona Eleitoral, de Campina Grande, que tentou alterar a posição dos candidatos eleitos pela legenda da União Democrática Nacional e Partido Social Progressista. Os acontecimentos da política nacional relacionados com o suicídio do Presidente Getúlio Vargas também tiveram profunda repercussão no legislativo paraibano, com acalorados debates entre udenistas e pessedistas.

Dos projetos discutidos e votados durante a legislatura alguns resultaram em leis de marcante significação para a vida administrativa e cultural do Estado, como a que dispôs sobre os Estatutos dos Funcionários Públicos Civis (Lei nº 952, de 5 de novembro de 1953), a que deu nova Organização Judiciária ao Estado (Lei nº 991, de 10 de julho de 1954), e a que criou as Secretarias de Viação e Obras Públicas e de Saúde e Assistência Social (Lei nº 1.353, de 29 de novembro de 1955). No plano cultural podemos anotar a Lei nº 646, de 5 de dezembro de 1951, que criou a Faculdade de Odontologia da Paraíba; a Lei nº 792, de 6 de outubro de 1952, que criou a Escola Politécnica de Campina Grande; e a Lei nº 1.064, de 10 de julho de 1954, que criou a Escola de Enfermagem da Paraíba.

A partir da reunião legislativa de 1952 os deputados voltaram a debater assuntos relacionados com as aspirações municipalistas de alguns dos nossos distritos, que vinham alimentando o seu anseio autonomista. Os nossos legisladores não puderam resistir a essas reivindicações e deram acolhida aos apelos formulados pelas suas bases eleitorais, iniciando a avalanche de projetos que determinaria o retalhamento do território paraibano. O primeiro desses distritos a conquistar a sua autonomia municipal, no decorrer da legislatura, foi Pedras de Fogo, cujo município e comarca foram criados pela Lei nº 895, de 11 de março de 1953, que resultou de um projeto apresentado à Assembléia pelo Deputado Ramiro Fernandes de Carvalho.

Em 1953 foram aprovados outros projetos que resultaram na criação dos seguintes municípios: Pilões, pela Lei nº 916, de 20 de agosto de 1953 – projeto do Deputado Américo Maia de Vasconcelos; Solânea, pela Lei nº 967, de 26 de novembro de 1953 – projeto do Deputado Humberto Coutinho de Lucena; Uiraúna, pela Lei nº 972, de 2 de dezembro de 1953 – projeto do Deputado Jacob Guilherme Frantz; São Mamede, pela Lei nº 973 de 2 de dezembro de 1953 – projeto do Deputado Napoleão Abdon da Nóbrega; Pirpirituba, pela Lei nº 978, de 2 de dezembro de 1953 – projeto do Deputado Pedro Moreno Gondim; Alagoinha, pela Lei nº 979, de 2 de dezembro de 1953 – projeto do Deputado Clovis Bezerra Cavalcanti; Aroeira, pela Lei nº 980, de 2 de dezembro de 1953 – projeto do Deputado Roberto Pessoa; Malta, pela Lei nº 985, de 9 de dezembro de 1953 – projeto do Deputado Octacílio Nóbrega de Queiroz; Pocinhos, pela Lei nº 986, de 10 de dezembro de 1953 – projeto do Deputado Pedro Moreno Gondim, com substitutivo do Deputado Severino Bezerra Cabral; Serra Redonda, pela Lei nº 992, de 17 de dezembro de 1953 – projeto do Deputado José Marques de Almeida Sobrinho; e Coremas, pela Lei nº 1.005, de 30 de dezembro de 1953 – projeto do Deputado Djacir Cavalcanti de Arruda. O

município de Prata, que teve seu projeto aprovado nessa legislatura, só foi criado a 2 de fevereiro de 1955, pela Lei nº 1.147 – projeto do Deputado Antônio Leite Montenegro.

Os projetos de criação dos municípios de Rio Tinto e Remígio, de autoria, respectivamente, dos Deputados Clóvis Bezerra Cavalcanti e Luís da Costa de Araújo Bronzeado, apesar de aprovados por expressiva votação, foram vetados pelo Vice-Governador, em exercício, João Fernandes de Lima. Os motivos alegados nos vetos não escondiam as razões de ordem política que determinaram a medida governamental, o que gerou acalorados protestos dos autores dos projetos e de seus companheiros da bancada udenista. Esses projetos foram subscritos por dezenove deputados, o que representava, juntamente com o autor da proposição, a metade do número de parlamentares que integravam a Assembléia.

A constituição da Mesa que presidiu os trabalhos do legislativo paraibano no período de 1951 a 1955 continuava a refletir a luta política entre pessedistas e udenistas, sempre preocupados em promover gestões que os levassem a novas composições com os pequenos partidos, como forma de conquistar o domínio da Assembléia através dos cargos mais importantes do seu órgão diretor. No decorrer desses quatro anos a Mesa esteve composta dos seguintes deputados:

PRIMEIRA REUNIÃO (1951)

- Ivan Bichara Sobreira – Presidente
- Aluísio Afonso Campos – Primeiro Vice-Presidente
- Firmino Silva – Segundo Vice-Presidente
- Tertuliano Correia da Costa Brito – Primeiro-Secretário
- Fernando Paulo Carrilho Milanez – Segundo-Secretário
- Humberto Coutinho de Lucena – Terceiro-Secretário
- José Afonso Gayoso de Souza – Quarto-Secretário.

A consagradora vitória do Ministro José Américo de Almeida como candidato a Governador do Estado deu condições à legenda que o apresentou para se fortalecer em sua representação na Assembléia Legislativa. Os pequenos partidos que o apoiaram – o PSB e o PSP, continuaram integrando o esquema de sua sustentação parlamentar, o que assegurou a tranqüilidade do pleito para a escolha dos novos dirigentes da Assembléia, elegendo uma Mesa em que se fizeram representar as três legendas que participaram da sua campanha em 1950, a Coligação Democrática Paraibana, o Partido Socialista Brasileiro e o Partido Social Progressista.

SEGUNDA REUNIÃO (1952)
- Ivan Bichara Sobreira – Presidente
- Aluísio Afonso Campos – Primeiro Vice-Presidente
- Firmino Silva – Segundo Vice-Presidente
- Tertuliano Correia da Costa Brito – Primeiro-Secretário
- Fernando Paulo Carrilho Milanez – Segundo-Secretário
- Humberto Coutinho de Lucena – Terceiro-Secretário
- José Afonso Gayoso de Souza – Quarto-Secretário.

Esta reeleição produziu intensa agitação no plenário em face do seu inesperado resultado. A Coligação já começava a sofrer desgaste em virtude da sua condição de elemento de sustentação do governo estadual. Ganhou a eleição por um voto, apenas, dado por um deputado da bancada udenista, que recebeu acerbas críticas dos seus companheiros de partido, sendo ameaçado de expulsão dos quadros da sua agremiação política. Esse protesto se avolumou quando se verificou que o empate favoreceria a UDN, por ter apresentado à Presidência um candidato mais idoso.

TERCEIRA REUNIÃO (1953)
- Tertuliano Correia da Costa Brito – Presidente
- Firmino Silva – Primeiro Vice-Presidente
- Agnaldo Veloso Borges – Segundo Vice-Presidente
- Napoleão Abdon da Nóbrega – Primeiro-Secretário
- Severino Ismael de Oliveira – Segundo-Secretário
- Lourival Lacerda de Lima – Terceiro-Secretário
- Severino Bezerra Cabral – Quarto Secretário.

Apesar do equilíbrio de forças observado nessa eleição a Coligação ainda conseguiu levar vantagem, fazendo o Presidente e a maioria dos membros da Mesa. Houve empate na disputa para todos os cargos, elegendo-se, conseqüentemente, os mais idosos. Foram eleitos representantes da Coligação, da UDN, do PSP e do PTB. Dos pequenos partidos apenas o PSB manteve-se aliado à Coligação; os demais – PSP, PTB, e PR, constituíram um bloco parlamentar a que deram a denominação de Oposições Reunidas, que atuou em harmonia com a bancada udenista.

QUARTA REUNIÃO (1954)
- Tertuliano Correia da Costa Brito – Presidente
- Agnaldo Veloso Borges – Primeiro Vice-Presidente
- Fernando Paulo Carrilho Milanez – Segundo Vice Presidente
- Napoleão Abdon da Nóbrega – Primeiro Secretário

PRESIDENTES DA ASSEMBLÉIA

Flávio Ribeiro Coutinho
1947 – 1948

João Fernandes de Lima
1949 – 1950

Ivan Bichara Sobreira
1951 – 1952

Tertuliano da Costa Brito
1954 –

- Humberto Coutinho de Lucena – Segundo-Secretário
- José Afonso Gayoso de Souza – Terceiro Secretário
- Severino Bezerra Cabral – Quarto Secretário.

A Coligação Democrática Paraibana voltou a eleger a Mesa com maior tranqüilidade, graças à adesão de um deputado trabalhista à bancada do PSD e ao apoio que continuou a receber do representante socialista. As chamadas oposições Reunidas não conseguiram eleger um só dos integrantes da Mesa, que passou a ser composta de quatro pessedistas e três deputados do Partido Libertador, legenda a que se filiaram os parlamentares que obedeciam à orientação do Governador José Américo de Almeida.

TERCEIRA LEGISLATURA (1955-1959)

A 1 de fevereiro de 1955 foi instalada a terceira legislatura, com a posse dos deputados eleitos a 3 de outubro do ano anterior. Os quarenta deputados que integravam essa legislatura estavam distribuídos pelas seguintes legendas partidárias, obedecida a ordem de classificação verificada na votação de cada um, em suas respectivas legendas:

a) UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

01. Luís da Costa de Araújo Bronzeado
02. Clóvis Bezerra Cavalcanti
03. João Feitosa Ventura
04. Antônio de Paiva Gadelha
05. Francisco Pereira Vieira
06. Francisco Chaves Brasileiro
07. Lucas Vilar Suassuna
08. Álvaro Gaudêncio de Queiroz
09. José Cavalcanti
10. Carlos Pessoa Filho
11. Jacob Guilherme Frantz
12. Américo Maia de Vasconcelos
13. Manuel Gonçalves de Abrantes
14. Luiz Ignácio Ribeiro Coutinho
15. Wilson Leite Braga

b) PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

01. Humberto Coutinho de Lucena
02. Bivar Olinto de Melo e Silva

03. Ramiro Fernandes de Carvalho
04. Francisco de Paula Barreto Sobrinho
05. Manuel Arruda de Assis
06. José Afonso Gayoso de Sousa
07. Balduíno Minervino de Carvalho
08. Jáder Silva de Medeiros
09. Pedro Moreno Gondim
10. José Fernandes de Lima
11. Roberto Pessoa
12. José Ribeiro de Farias
13. Tertuliano Correia da Costa Brito
14. Sílvio Pélico Porto

c) PARTIDO LIBERTADOR
01. Antônio Nominando Diniz
02. Severino Bezerra Cabral
03. Antônio Bezerra Cabral
04. Agnaldo Veloso Borges
05. José Medeiros Vieira

d) PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
01. Eduardo de Alencar Ferreira
02. Antônio Leite Maranhão
03. José Targino Maranhão

e) PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA
01. Antônio Américo César de Almeida

f) PARTIDO REPUBLICANO
01. Antônio D'Ávila Lins

g) PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
01. Heraldo da Costa Gadelha

Na bancada da UDN deixaram de comparecer ao ato de instalação dessa legislatura, além do Deputado Wilson Leite Braga, os Deputados Francisco Pereira e Carlos Pessoa Filho que exerciam, respectivamente, o cargo de Prefeito Municipal em Pombal e Umbuzeiro. O Deputado Luís da Costa de Araújo Bronzeado, ao longo da legislatura, obteve licença especial para exercer o cargo de Chefe de Polícia e, posteriormente, o de Secretário do Interior e Segurança Pública. Igual licença foi concedida ao Deputado Carlos Pessoa Filho para exercer o cargo de

Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, substituído, depois, naquela Secretaria de Estado, pelo seu colega de bancada Deputado Jacob Guilherme Frantz. Para preenchimento das vagas resultantes dessas licenças e outras requeridas para tratamento de saúde foram convocados os Suplentes Petrônio Ramos de Figueiredo, José Aurélio Arruda, José Rolim Guimarães, Lourival Lacerda Lima, Francisco Seráfico da Nóbrega Filho, Luiz Gonzaga de Miranda Freire, Joacil de Brito Pereira, Antônio Ribeiro Pessoa e Antônio Pereira de Almeida. O Suplente José Rolim Guimarães, em pleno exercício do mandato de deputado, obteve licença especial para exercer o cargo de Chefe de Polícia. O Suplente Lourival Lacerda Lima, também convocado para os trabalhos da Assembléia, faleceu a 19 de outubro de 1957, quando se encontrava no exercício do seu mandato.

A primeira vaga verificada na bancada do Partido Social Democrático decorreu do falecimento do Deputado Tertuliano Correia da Costa Brito, a 14 de outubro de 1957. O Deputado Pedro Moreno Gondim, na condição de Vice-Governador, obteve licença para assumir o Governo do Estado, a 3 de janeiro de 1958, em substituição ao Governador Flávio Ribeiro Coutinho que se afastara da administração estadual em tratamento de saúde, no Rio de Janeiro. O Deputado Antônio Bezerra Cabral também obteve licença especial em virtude de ter sido nomeado para o cargo de Secretário de Educação e Cultura. Para preenchimento dessas vagas e de outras verificadas durante a legislatura foram convocados os Suplentes Gerôncio Estanislau da Nóbrega (que passou à condição de titular com o falecimento do Deputado Tertuliano Correia da Costa Brito), Inácio José Feitosa, Lindolfo Pires Ferreira Júnior, Padre José Augusto da Silva Galvão, Zacarias Sitônio e Epitácio Ramalho Leite.

Na bancada do Partido Libertador ocorreu o licenciamento do Deputado José Medeiros Vieira, para exercer cargo público na administração federal, e de outros deputados em tratamento de saúde, o que proporcionou a convocação dos Suplentes José de Sousa Arruda e José Betâmio Ferreira. O Suplente Nelson Lopes Ribeiro Lima, apesar de convocado, não compareceu para tomar posse. No Partido Trabalhista Brasileiro houve a convocação do Suplente Severino Ismael de Oliveira, que esteve licenciado para exercer o cargo de Delegado do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Transportes e Cargas – IAPETEC. Com as eventuais licenças concedidas ao único representante do Partido Republicano esteve presente aos trabalhos da Assembléia o Suplente Irineu Teódulo da Silva. O Partido Socialista Brasileiro deu oportunidade ao Suplente Afonso Pereira da Silva que, convocado, participou ativamente das lides parlamentares, sempre pre-

sente à tribuna, abordando assuntos de interesse geral, especialmente em relação aos problemas do ensino.

Alguns dos novos deputados ou suplentes convocados durante essa legislatura, estavam começando auspiciosamente a sua carreira política. Os Deputados Bivar Olinto de Melo e Silva e José Targino Maranhão representaram a Paraíba como Deputados Federais, ocorrendo o mesmo com os Suplentes Petrônio Ramos de Figueiredo, Antônio P. de Págua Lins e Joacil de Brito Pereira que tiveram destacada atuação na Câmara Federal. O Deputado Wilson Leite Braga, além de nosso representante como Deputado Federal, exerce, atualmente, o cargo de Governador do Estado. O Deputado José Medeiros Vieira foi Suplente de Senador.

No decurso dessa legislatura ocorreram algumas alterações nos quadros da representação dos partidos com assento na Assembléia. Os Deputados Severino Bezerra Cabral e Antônio Bezerra Cabral, já ao final da legislatura, oficializaram o seu desligamento do Partido Libertador e passaram a integrar a bancada do Partido Social Democrático. O Suplente José Betâmio Ferreira, ao tomar posse como representante do Partido Libertador, comunicou à Mesa, que apesar de eleito por esse Partido, pertencia ao Partido Trabalhista Brasileiro, preferindo, por conseguinte, compor essa bancada na Assembléia Legislativa. Ao longo dos trabalhos dessas quatro reuniões legislativas exerceram a liderança de suas respectivas bancadas os seguintes deputados: União Democrática Nacional – Luíz da Costa de Araújo Bronzeado, substituído por Jacob Guilherme Frantz e José Rolim Guimarães ao mesmo tempo em que exerceu os cargos de Chefe de Polícia e Secretário do Interior e Segurança Pública; Partido Social Democrático – Humberto Coutinho de Lucena e, posteriormente, Sílvio Pélico Porto; Partido Libertador – José Medeiros Vieira, substituído por Antônio Nominando Diniz; e Partido Trabalhista Brasileiro – Antônio Leite Montenegro.

Os assuntos que provocaram maiores debates em plenário, durante essas quatro reuniões legislativas, foram os golpes militares de 10 e 21 de novembro de 1955, duramente criticados pelas bancadas da UDN e do PL, que conseguiram aprovar um protesto contra a atitude do Marechal Teixeira Lot; a prática desenfreada do jogo do bicho no Estado; a efetivação de funcionários interinos; a criação de novos municípios; a defesa dos produtores do algodão e do agave, com a fixação de novos preços para esses produtos; o combate à expoliação econômica levada a efeito pelas empresas Sanbra e Anderson Clayton; a tentativa de cassação do Deputado Carlos Lacerda; a criação da CODEBRO – Companhia Distribuidora de Eletricidade do Brejo Paraibano; e o atentado contra o

Promotor João Bernardo de Albuquerque, que provocou acalorados debates, com suspensão da sessão.

Foram exaustivamente discutidos e aprovados alguns projetos e mensagens governamentais de indiscutível importância para a administração e a economia paraibana, como a Lei nº 1.366, de 2 de dezembro de 1955, que criou a Universidade da Paraíba; a Lei nº 1.456, de 21 de março de 1956, que autorizou o Poder Executivo a adquirir terreno para a construção da Cidade Universitária; a Lei nº 1.660, de 11 de março de 1957, que autorizou o Poder Executivo a promover a organização de uma sociedade de economia mista para distribuição de energia elétrica à região do brejo (CODEBRO); e a Lei nº 2.031, de 8 de abril de 1959, que criou o Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial – FAGRIN.

Na segunda reunião legislativa os deputados voltaram a se interessar pela criação de novos municípios, com acalorados debates em plenário na tentativa de manter as disposições da Lei de Organização Municipal então em vigor. Foram aprovadas as proposições referentes à criação dos seguintes municípios: Rio Rinto, pela Lei nº 1.622, de 6 de dezembro de 1956 – projeto do Deputado Eduardo de Alencar Ferreira; Cabedelo, pela Lei nº 1.631, de 12 de dezembro de 1956 – projeto do Deputado Antônio D'Ávila Lins; Remígio, pela Lei nº 1.667 de 10 de março de 1957 – projeto do Deputado Tertuliano Correia da Costa Brito; Juazeirinho, pela Lei nº 1.747 de 25 de julho de 1957 – projeto do Deputado Luís da Costa de Araújo Bronzeado; e Belém, pela Lei nº 1.752, de 6 de setembro de 1957 – projeto do Deputado Humberto Coutinho de Lucena.

O esforço desenvolvido por alguns deputados no sentido de atenuar essa avalanche municipalista produziu o resultado esperado. Durante a terceira reunião legislativa foram aprovados, apenas, quatro projetos de criação de novos municípios: o de Mari, pela Lei nº 1.862, de 19 de setembro de 1958, de autoria do Deputado Luiz Ignácio Ribeiro Coutinho; o de Gurinhém, pela Lei nº 1917 de 19 de dezembro de 1958 – projeto do Deputado Humberto Coutinho de Lucena; o da Pedra Lavrada, pela Lei nº 1944 de 13 de janeiro de 1959 – projeto do Deputado Alvaro Gaudêncio de Queiroz e o de Serra da Raiz, pela Lei nº 1.962, de 21 de janeiro de 1959, de autoria do Deputado Padre José Augusto da Silva Galvão, com substitutivo da Comissão de Justiça e emendas dos Deputados José Afonso Gayoso de Sousa e Antônio Leite Montenegro.

Os Trabalhos das quatro reuniões dessa legislatura foram dirigidos pela Mesa, sucessivamente constituída dos seguintes deputados:

PRIMEIRA REUNIÃO (1955)

- Ramiro Fernandes de Carvalho – Presidente.
- Antônio Nominando Diniz, substituído, depois, por Antônio D'Ávila Lins – Primeiro Vice Presidente.
- Heraldo da Costa Gadelha – Segundo Vice Presidente.
- Antônio Bezerra Cabral, substituído, depois, por Clóvis Bezerra Cavalcanti – Primeiro Secretário.
- Antônio Leite Montenegro, substituído, depois, por Antônio Nominando Diniz – Segundo Secretário.
- Francisco de Paula Barreto Sobrinho, substituído, depois, por Eduardo de Alencar Ferreira – Terceiro Secretário.
- Agnaldo Veloso Borges, substituído, depois, por Antônio Américo César de Almeida – Quarto Secretário.

Os entendimentos promovidos pelo Governador José Américo de Almeida, visando a pacificação da política paraibana, repercutiram favoravelmente entre os novos deputados eleitos para a Assembléia Legislativa. A formação de uma mesa eclética, com a participação de todos os partidos, foi geralmente aplaudida pelas lideranças das agremiações partidárias do Estado. Os entendimentos se processaram normalmente até a organização da chapa para a eleição de 2 de fevereiro de 1955. O Deputado Ramiro Fernandes de Carvalho, como candidato à Presidência, obteve trinta e dois votos, mas os quatro votos em branco já prenunciavam uma reação ao que fora anteriormente acertado e, para surpresa das oposições, ao ser procedida a escolha dos outros membros da Mesa, verificou-se o rompimento do acordo com a eleição de outros deputados que não figuravam na chapa da chamada "mesa eclética". O protesto dos deputados oposicionistas repercutiram junto às lideranças políticas do Estado interessadas na pacificação e estas, sensíveis a esses reclamos, procuraram interferir no sentido de ser mantida a fórmula inicialmente aprovada. Com a renúncia dos deputados eleitos em desacordo com esse entendimento verificou-se, a 9 de fevereiro de 1955, nova eleição para a escolha dos que figuravam na chapa da chamada "mesa eclética". Essa chapa fora organizada como conseqüência das demarches processadas na política paraibana e com o objetivo de dar início à desejada pacificação através da eleição do órgão diretor da Assembléia, em clima de amplo entendimento político.

SEGUNDA REUNIÃO (1956)

- Ramiro Fernandes de Carvalho – Presidente
- Antônio D'Ávila Lins – Primeiro Vice-Presidente.
- Heraldo da Costa Gadelha – Segundo Vice-Presidente.

- Clóvis Bezerra Cavalcanti – Primeiro Secretário.
- Antônio Nominando Diniz – Segundo Secretário.
- Eduardo de Alencar Ferreira – Terceiro Secretário.
- Antônio Américo César de Almeida – Quarto Secretário.

A reeleição dessa Mesa, a 29 de maio de 1956, configurava o clima de entendimento resultante da pacificação política que levara o Dr. Flávio Ribeiro Coutinho ao Governo do Estado. A recondução de todos os membros da Mesa ocorreu pacificamente, como conseqüência natural da harmonia existente entre os partidos políticos com assento na Assembléia, apesar dos primeiros estremecimentos já observados entre alguns deputados do PSD e da UDN, que levariam, inapelavelmente, essas duas bancadas ao definitivo rompimento do acordo celebrado em 1955.

TERCEIRA REUNIÃO (1957)
- Ramiro Fernandes de Carvalho – Presidente
- Antônio D'Ávila Lins – Primeiro Vice-Presidente.
- Heraldo da Costa Gadelha – Segundo Vice-Presidente.
- Clóvis Bezerra Cavalcanti – Primeiro Secretário.
- Antônio Nominando Diniz – Segundo Secretário.
- Eduardo de Alencar Ferreira – Terceiro Secretário.
- Antônio Américo César de Almeida – Quarto Secretário.

Essa nova recondução dos Membros da Mesa ainda refletia o clima de entendimento existente entre os deputados, apesar da crescente divergência entre pessedistas e udenistas que aflorava constantemente em plenário com o debate em torno de alguns casos mais ligados à política municipal.

QUARTA REUNIÃO (1958)
- Ramiro Fernandes de Carvalho – Presidente
- Antônio D'Ávila Lins – Primeiro Vice-Presidente.
- Heraldo da Costa Gadelha – Segundo Vice-Presidente.
- Francisco de Paula Barreto Sobrinho – Primeiro Secretário.
- Humberto Coutinho de Lucena – Segundo-Secretário.
- Eduardo de Alencar Ferreira – Terceiro-Secretário.
- Antônio Leite Montenegro – Quarto-Secretário.

Já ao final da legislatura era evidente a animosidade política entre os dois tradicionais adversários pessedistas e udenistas, manifestada, conseqüentemente, na eleição para a Mesa que dirigiu os trabalhos da

Assembléia no ano de 1958. A UDN disputou essa eleição com o apoio do PL e obteve um voto discrepante da bancada petebista. Apesar disso o PSD assegurou o domínio da Mesa, em coligação com o PTB, PR e PSB. Era o definitivo rompimento do acordo de 1955 e o prenúncio dos fatos que dariam substancial transformação aos quadros políticos de maior atuação na Paraíba, com a ascensão dos pessedistas após a posse do Vice-Governador Pedro Moreno Gondim, em substituição ao Governador Flávio Ribeiro Coutinho, afastado do governo para tratamento de saúde, no Rio de Janeiro.

QUARTA LEGISLATURA
(1959-1963)

Os deputados eleitos a 3 de outubro de 1958 para a quarta legislatura foram empossados a 2 de fevereiro do ano seguinte, na sessão solene de instalação desse novo período de atividades do legislativo paraibano. De acordo com os resultados oferecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral foram eleitos e diplomados os seguintes deputados estaduais, obedecida a ordem de classificação resultante da votação obtida em suas respectivas legendas partidárias:

a) PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

01. José Pires de Sá
02. Severino Bezerra Cabral
03. Francisco Souto Neto
04. José Pereira da Costa
05. Aloysio Pereira Lima
06. Nivaldo de Farias Brito
07. Manuel Arruda de Assis
08. Balduíno Minervino de Carvalho
09. Acácio Braga Rolim
10. Dirceu Arnaud Diniz
11. José Afonso Gayoso de Sousa
12. Francisco de Paula Barreto Sobrinho
13. Gerôncio Stanislau da Nóbrega
14. José Ribeiro de Farias
15. Mário Silveira
16. Inácio José Feitosa
17. José Fernandes de Lima
18. Antônio Vital do Rêgo

b) COLIGAÇÃO NACIONAL LIBERTADORA

01. Antônio de Paiva Gadelha
02. Francisco Pereira Vieira
03. José Cavalcanti
04. João Batista de Lima Brandão
05. Américo Maia de Vasconcelos
06. Joacil de Brito Pereira
07. Álvaro Gaudêncio de Queiroz
08. Luiz Ignácio Ribeiro Coutinho
09. Clóvis Bezerra Cavalcanti
10. Francisco Seráfico da Nóbrega Filho
11. João Feitosa Ventura.

c) PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

01. Eduardo de Alencar Ferreira
02. José Braz do Rego
03. José Targino Maranhão
04. Antônio Leite Montenegro
05. Petrônio Ramos de Figueiredo
06. Manuel Figueiredo
07. Severino Ismael de Oliveira

d) PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

01. Heraldo da Costa Gadelha
02. José Teotônio da Silva
03. Raimundo Yasbeck Asfora

e) PARTIDO REPUBLICANO

Antônio D'Ávila Lins

O Deputado Francisco de Paula Barreto Sobrinho não pôde comparecer à sessão solene de instalação dessa legislatura, por motivo de doença, tomando posse, por procuração, através do Deputado José Afonso Gayoso de Sousa. Manteve-se licenciado até 11 de agosto de 1959, quando faleceu, ocorrendo, conseqüentemente, a primeira vaga na bancada do Partido Social Democrático, preenchida pelo Primeiro Suplente Orlando Cavalcanti de Melo que permaneceu na Assembléia durante todo o decorrer da legislatura; inicialmente como suplente convocado e depois como titular. O Segundo Suplente Napoleão Abdon da Nóbrega também participou dos trabalhos da Assembléia por quase todo o período da legislatura, em substituição ao Deputado Severino Bezerra Cabral que obteve licença especial para exercer o cargo de Pre-

feito Municipal de Campina Grande, para o qual fora eleito a 3 de outubro de 1959.

Os Suplentes Napoleão Abdon da Nóbrega e Ramiro Fernandes de Carvalho obtiveram licença especial para exercerem, respectivamente, os cargos de Chefe de Polícia e membro do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal. Estiveram, ainda, participando dos trabalhos da Assembléia em virtude de licenças requeridas por integrantes da bancada do Partido Social Democrático, os seguintes suplentes: Jacinto Dantas Filho, Antônio de Pádua Ferreira de Carvalho, Bivar Olinto de Melo e Silva, Sílvio Pélico Porto, Lindolfo Pires Ferreira Júnior, João Mangueira Neto, Antônio Bezerra Cabral, Odilon Maia Filho e Osmar de Araújo Aquino.

Na bancada da Coligação Nacional Libertadora, composta de representantes da União Democrática Nacional e Partido Libertador, ocorreu uma vaga a 12 de janeiro de 1962, com o falecimento do Deputado Américo Maia de Vasconcelos. Foi substituído pelo Primeiro Suplente Wilson Leite Braga que já se encontrava convocado e passou à condição de titular. Os Suplentes Antônio Nominando Diniz e Carlos Pessoa Filho obtiveram licença especial para exercerem os cargos de Secretários de Educação e Cultura e de Agricultura, Indústria e Comércio, respectivamente. Foram convocados, ainda, para preencher as vagas decorrentes de licenças requeridas pelos deputados da Coligação Nacional Libertadora, os Suplentes Flaviano Ribeiro Coutinho Filho, Egídio da Silva Madruga, Agnaldo Veloso Borges e Marinésio da Cunha Moreno.

Na legenda do Partido Social Progressista, que abrigou elementos ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro, ocorreu uma vaga com a nomeação do Deputado José Targino Maranhão para o cargo de Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio. Em virtude dessa nomeação e de licenças requeridas por outros deputados, foram convocados os Suplentes Firmino Silva, Antônio Américo César de Almeida e Romeu Gonçalves de Abrantes. Na bancada do Partido Socialista Brasileiro só houve um suplente convocado — Agassis de Amorim Almeida e, no Partido Republicano, o Suplente Jonas Leite Chaves.

A representação desses partidos políticos, no decorrer dessa legislatura, foi alterada em face de transferência de bancada de alguns deputados. A 3 de junho de 1961 os Deputados Severino Ismael de Oliveira e Eduardo de Alencar Ferreira, integrantes do Partido Trabalhista Brasileiro, apesar de eleitos pela legenda do Partido Social Progressista, comunicam à Mesa que passavam a compor a bancada da União Democrática Nacional. Os Deputados José Pereira da Costa, Francisco Souto Neto, Gerôncio Stanislau da Nóbrega e Antônio Vital do Rego, eleitos pelo Partido Social Democrático, passaram a integrar a bancada do Par-

tido Socialista Brasileiro como elementos ligados ao Governador Pedro Moreno Gondim, que fora eleito pela dissidência pessedista em coligação com a UDN e o PL.

As bancadas dos partidos com representação na Assembléia foram lideradas pelos seguintes deputados — José Afonso Gayoso de Sousa, do PSD; Jacob Guilherme Frantz e, posteriormente, Clóvis Bezerra Cavalcanti, da UDN; Manuel Figueiredo, do PTB; e Raymundo Yasbeck Asfora, do PSB. O Deputado Antônio Vital do Rego exerceu a liderança do Governo, inovação parlamentar criada por indicação do Governador Pedro Moreno Gondim. Dos novos parlamentares que integravam essa legislatura os que alcançaram projeção política a nível nacional foram os Deputados Antônio Vital do Rego e Raymundo Yasbeck Asfora, que representaram a Paraíba no Congresso Nacional como Deputados Federais. O Suplente Flaviano Ribeiro Coutinho Filho também alcançaria essa projeção como Deputado Federal e Suplente de Senador. O Suplente Osmar de Araújo Aquino já integrara a nossa representação no Congresso Nacional como constituinte de 1946, com destacada participação na Câmara dos Deputados.

Durante a legislatura os assuntos que provocaram maiores debates entre os deputados foram as eleições municipais de Campina Grande; a prática desenfreada do jogo do bicho; a criação do CODENO, que deu origem à SUDENE; a inflação e conseqüente interferência do Fundo Monetário Internacional nas finanças nacionais; os atos da administração do Vice-Governador, em exercício, Pedro Moreno Gondim e do Presidente José Fernandes de Lima, como Governador; protestos contra a orientação da SUDENE em relação ao Porto de Cabedelo; renúncia do Presidente Jânio Quadros; atividades das Ligas Camponesas; os assassinatos do líder camponês João Pedro Teixeira e do proprietário rural Rubens Régis; os acontecimentos do Engenho Miriri. Os debates travados em plenário, por mais de uma vez, levaram a Presidência a suspender a sessão e evacuar as galerias. Nesse clima de exaltação política a Assembléia viveu momentos de indiscutível importância histórica para a vida pública paraibana, como a posse do Presidente José Fernandes de Lima no governo do Estado em face da renúncia do Vice-Governador, em exercício, Pedro Moreno Gondim, a 18 de março de 1960. Na sessão do dia 1 de agosto daquele ano é apresentada a renúncia do Governador Flávio Ribeiro Coutinho, em caráter irrevogável, formulada por sua esposa D. Berenice Mindelo Ribeiro Coutinho em virtude daquele homem público não poder subscrever o citado documento, face à gravidade do seu estado de saúde. Com essa renúncia o Deputado José Fernandes de Lima, na condição de Presidente da Assembléia, já no exercício do cargo de governador em virtude da renúncia do Vice-Governa-

dor Pedro Moreno Gondim, passou à condição de sucessor do Governador Flávio Ribeiro Coutinho e não mais de substituto eventual como vinha ocorrendo. A 31 de janeiro de 1961 o Governador Pedro Moreno Gondim presta compromisso, retornando ao Governo do Estado após a movimentadíssima campanha de 1960.

Ao longo desses quatro anos foram votadas matérias de interesse administrativo, como a Lei nº 2.750, de 2 de janeiro de 1962, que criou o SETMA – Serviço Especial de Assistência Técnica aos Municípios; a Lei nº 2.885, de 14 de abril de 1962, que fixou nova Divisão Administrativa e Judiciária para o Estado; a Lei nº 2.847, de 6 de junho de 1962, que criou o Conselho Estadual de Educação. Por esse tempo os deputados começaram a se interessar pela solução de problemas de interesse das populações, na área da educação, com a aprovação de projetos que resultaram na criação de diversos estabelecimentos oficiais do ensino médio. A 27 de janeiro de 1961 foi sancionada a Lei nº 2.293, que criou o Ginásio Estadual de Santa Rita – projeto do Deputado Heraldo da Costa Gadelha; a 16 de outubro de 1961, a Lei nº 2.472, que criou o Ginásio Estadual de Guarabira – projeto do Deputado Sílvio Pélico Porto; a 24 de outubro de 1961, a Lei nº 2.512, que criou o Colégio Estadual de Cajazeiras – projeto do Deputado Acácio Braga Rolim, e, ainda, nesse mesmo dia, a Lei nº 2.521, que criou o Ginásio Estadual de Patos – projeto do Deputado José Afonso Gayoso de Sousa.

A 18 de dezembro de 1961, pela Lei nº 2.629, foi criado o Ginásio Estadual de Sousa – projeto do Deputado José Pires de Sá; a 20 de dezembro de 1961, pela Lei nº 2.635, foi criado o Ginásio Estadual de Itabaiana – projeto do Deputado Mário Silveira; a 29 de dezembro de 1961, pela Lei nº 2.708, foi criado o Colégio Estadual de Itaporanga – projeto do Deputado Antônio D'Ávila Lins; a 2 de agosto de 1962, pela Lei nº 2.893, foi criado o Colégio Estadual de Cabedelo – projeto do Deputado Antônio Vital do Rego; a 13 de agosto de 1962, pela Lei nº 2.915, foi criado o Ginásio Estadual de Bayeux – projeto do Deputado Heraldo da Costa Gadelha; a 22 de novembro de 1962, pela Lei nº 2.936, foi criada a Escola Normal Estadual de Santa Rita – projeto do Deputado Heraldo da Costa Gadelha; a 29 de novembro de 1962, pela Lei nº 2.940, foram transformados em Colégios Estaduais os Ginásios de Santa Rita e Patos – mensagem do Governador Pedro Moreno Gondim; a 30 de novembro de 1962, pela Lei nº 2.946, foi criado o Ginásio Estadual de Bananeiras – projeto do Deputado Clóvis Bezerra Cavalcanti; a 13 de dezembro de 1962, pela Lei nº 2.961, foi criada a Escola Normal Estadual de Sapé – projeto do Deputado Heraldo da Costa Gadelha; a 19 de dezembro de 1962, pela Lei nº 2.969, foi criado o Ginásio Estadual de Mamanguape – projeto do Deputado José Fernandes

de Lima; a 19 de dezembro de 1962, pela Lei nº 2.973, foi criado o Ginásio Estadual de Teixeira – projeto do Deputado Joacil de Brito Pereira. É desse tempo a Resolução nº 234, de 24 de novembro de 1961, que deu à Assembléia Legislativa a denominação de "Casa de Epitácio Pessoa" – projeto do Deputado Raymundo Yasbeck Asfora.

As aspirações municipalistas, que haviam movimentado a Assembléia nas legislaturas anteriores, voltaram a empolgar os deputados com a apresentação de numerosos projetos de lei que objetivavam a criação de novos municípios. Alguns parlamentares mais aferrados aos princípios da lei de organização municipal terminaram por aderir ao movimento, acolhendo os insistentes pedidos das populações de vários distritos que vinham reivindicando a sua autonomia municipal. Dos debates acalorados passaram aos entendimentos que facilitaram a superação de algumas deficiências legais e, conseqüentemente, a aprovação de projetos, quase todos convertidos em lei pelo Governador Pedro Moreno Gondim, que estimulava a criação de novos municípios como forma de carrear recursos federais para o Estado através do fundo de participação estabelecido pela Constituição Federal de 1946. Essa avalanche municipalista alcançou o seu climax no decorrer dessa legislatura, com a aprovação de mais de uma centena de projetos de lei criando novos municípios.

No primeiro ano dessa legislatura foram criados os seguintes municípios: Ibiara, pela Lei nº 2.041, de 17 de abril de 1959 – projeto do Deputado Antônio Leite Montenegro; Tacima, pela Lei nº 2.046, de 20 de abril de 1959 – projeto do Deputado José Targino Maranhão; Alhandra, pela Lei nº 2.060, de 23 de abril de 1959 – projeto do Deputado Humberto Coutinho de Lucena; Congo, pela Lei nº 2.064, de 27 de abril de 1959 – projeto do Deputado José Afonso Gayoso de Sousa; Serra Branca, pela Lei nº 2.065, de 27 de abril de 1959 – projeto do Deputado Nivaldo de Farias Brito; São Bento, pela Lei nº 2.073, de 29 de abril de 1959 – projeto do Deputado Tertuliano da Costa Brito; Mulungu, pela Lei nº 2.074, de 29 de abril de 1959 – projeto do Deputado Silvio Pélico Porto; Cubati, pela Lei nº 2.076, de 30 de abril de 1959 – projeto do Deputado Gerôncio Stanislau da Nóbrega; Nova Floresta, pela Lei nº 2.077 de 30 de abril de 1959 – projeto do Deputado Petrônio Ramos de Figueiredo; Boqueirão, pela Lei nº 2.078, de 30 de abril de 1959 – projeto do Deputado Padre José Augusto da Silva Galvão; Jericó, pela Lei nº 2.097, de 8 de maio de 1959 – projeto do Deputado Humberto Coutinho de Lucena; Barra de Santa Rosa, pela Lei nº 2.108, de 8 de maio de 1959 – projeto do Deputado Humberto Coutinho de Lucena; São Sebastião de Umbuzeiro, pela Lei nº 2.110, de 8 de maio de 1959 – projeto do Deputado João Feitosa Ventura;

Borborema, pela Lei nº 2.133, de 18 de maio de 1959 – projeto do Deputado Antônio Nominando Diniz; Cacimba de Dentro, pela Lei nº 2.138, de 3 de junho de 1959 – projeto do Deputado José Targino Maranhão; Dona Inês, pela Lei nº 2.141, de 19 de junho de 1959 – projeto do Deputado Humberto Coutinho de Lucena; Catingueira, pela Lei nº 2.144, de 15 de julho de 1959 – projeto do Deputado José Afonso Gayoso de Sousa; Juarez Távora, pela Lei nº 2.146, de 16 de julho de 1959 – projeto do Deputado Joacil de Brito Pereira; Araçagi, pela Lei nº 2.147, de 22 de julho de 1959 – projeto do Deputado Joacil de Brito Pereira; Bayeux, pela Lei nº 2.148, de 28 de julho de 1959 – projeto do Deputado Joacil de Brito Pereira; São José da Lagoa Tapada, pela Lei nº 2.149, de 28 de julho de 1959 – projeto do Deputado Humberto Coutinho de Lucena; Tavares, pela Lei nº 2.150, de 10 de setembro de 1959 – projeto do Deputado Aloysio Pereira Lima; Água Branca, pela Lei nº 2.163, de 24 de setembro de 1959 – projeto do Deputado Aloysio Pereira Lima; e Desterro, pela Lei nº 2.180, de 22 de outubro de 1959 – projeto do Deputado José Afonso Gayoso de Sousa.

No decorrer de 1960 houve uma parada nesse delírio municipalista que tomara conta do nosso legislativo. O Deputado José Fernandes de Lima, guindado à chefia do governo estadual na condição de Presidente da Assembléia, sempre se destacou como intransigente defensor dos postulados da lei de organização municipal, contrariando, abertamente, a pretensão de alguns distritos que não atendiam aos requisitos previstos naquela lei, ao contrário do Governador Pedro Moreno Gondim, que, como deputado, figurou entre os autores de maior número de projetos de lei de criação de novos municípios. O seu afastamento do governo estadual, como candidato ao Palácio da Redenção, coincidiu com o intervalo que se verificou na Assembléia em relação ao entusiasmo emancipacionista que vinha empolgando os nossos parlamentares. Com a sua volta ao governo do Estado reiniciou-se o movimento pela criação de novos municípios, muitos dos quais com projetos em tramitação há mais de dois anos.

Ao final do ano de 1961 é retomada essa avalanche municipalista com a Lei nº 2.601, de 29 de novembro de 1961, que criou o município de Natuba, originária de um projeto de autoria do Deputado José Afonso Gayoso de Sousa. No mês de dezembro daquele ano esse movimento atingiu sua culminância com a criação de, nada menos, de cinqüenta e sete novos municípios, número que representa cerca de um terço do total existente atualmente no Estado. Foram os seguintes os municípios criados naquele período: Arara, pela Lei nº 2.602, de 1 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado Marinésio da Cunha Moreno; Itatuba, pela Lei nº 2.603, de 1 de dezembro de 1961 – projeto do De-

putado Antônio Vital do Rego; Jacaraú, pela Lei nº 2.604, de 1 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado Joacil de Brito Pereira; Boa Ventura, pela Lei nº 2.605, de 1 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado Balduino Minervino de Carvalho; Areial, pela Lei nº 2.606, de 5 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado Francisco Souto Neto; Monte Horebe, pela Lei nº 2.608, de 5 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado José Teotônio da Silva; Salgado de São Félix, pela Lei nº 2.610, de 5 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado Flaviano Ribeiro Coutinho Filho; Puxinanã, pela Lei nº 2.611, de 11 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado Manuel Figueiredo; Carrapateira, pela Lei nº 2.612, de 11 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado João Batista de Lima Brandão; Lagoa de Dentro, pela Lei nº 2.614, de 11 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado Severino Ismael de Oliveira; Ouro Velho, pela Lei nº 2.615, de 12 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado Jacinto Dantas Filho; Santa Helena, pela Lei nº 2.616, de 12 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado Acácio Braga Rolim; Camalaú, pela Lei nº 2.617, de 12 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado João Feitosa Ventura; Mogeiro, pela Lei nº 2.618, de 12 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado Mário Silveira; Serra Grande, pela Lei nº 2.619, de 13 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado José Cavalcanti; Queimadas, pela Lei nº 2.622, de 14 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado Antônio Vital do Rego; Barra de São Miguel, pela Lei nº 2.623, de 14 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado José Braz do Rego; Livramento, pela Lei nº 2.625, de 15 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado João Batista de Lima Brandão; Condado, pela Lei nº 2.627, de 18 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado Francisco Pereira; Triunfo, pela Lei nº 2.637, de 20 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado Gerôncio Stanislau da Nóbrega; São Sebastião de Lagoa de Roça, pela Lei nº 2.651, de 20 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado Antônio Vital do Rego; Diamante, pela Lei nº 2.655, de 21 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado Balduíno Minervino de Carvalho; Juru, pela Lei nº 2.656, de 21 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado Antônio Nominando Diniz; Manaíra, pela Lei nº 2.657, de 21 de dezembro de 1961 – projeto do Deputado Antônio Nominando Diniz.

Em um só dia – 22 de dezembro de 1961, o Governador Pedro Moreno Gondim sancionou vinte e duas leis criando os seguintes municípios: Duas Estradas, Lei nº 2.658 – projeto do Deputado Dirceu Arnaud Diniz; Nazarezinho, lei nº 2.659 – projeto do Deputado José Pires de Sá; Seridó, Lei nº 2.660 – projeto do Deputado Gerôncio Stanislau da Nóbrega; Fagundes, Lei nº 2.661 – projeto do Deputado Antônio Vital do Rego; São José dos Cordeiros, Lei nº 2.662 – projeto

do Deputado Francisco Pereira; Lagoa, Lei nº 2.663 – projeto do Deputado Nivaldo de Farias Brito; Lucena, Lei nº 2.664 – projeto do Deputado Flaviano Ribeiro Coutinho; Paulista, Lei nº 2.666 – projeto do Deputado Francisco Pereira; São Miguel do Taipu, Lei nº 2.667 – projeto do Deputado Ramiro Fernandes de Carvalho; Nova Olinda, Lei nº 2.668 – projeto do Deputado Antônio Leite Montenegro; Olho D'Água, Lei nº 2.670 – projeto do Deputado Balduíno Minervino de Carvalho; Pitimbu, Lei nº 2.671 – projeto do Deputado Ramiro Fernandes de Carvalho; Santana dos Garrotes, Lei nº 2.672 – projeto do Deputado José Teotônio da Silva; Juripiranga, Lei nº 2.673 – projeto do Deputado João Batista de Lima Brandão; Belém de Brejo do Cruz, Lei nº 2.674 – projeto do Deputado Dirceu Arnaud Diniz; Riacho dos Cavalos, lei nº 2.675 – projeto do Deputado Dirceu Arnaud Diniz; Salgadinho, Lei nº 2.676 – projeto do Deputado Jose Cavalcanti; Santa Terezinha, Lei nº 2.677 – projeto do Deputado José Cavalcanti; Passagem, Lei nº 2.679 – projeto do Deputado José Cavalcanti; Junco do Seridó, Lei nº 2.680 – projeto do Deputado Francisco Seráfico da Nóbrega Filho; Boqueirão dos Cochos, Lei nº 2.681 – projeto do Deputado Antônio Leite Montenegro; São José do Sabugi, Lei nº 2.682 – projeto do Deputado Francisco Seráfico da Nóbrega Filho; e Várzea, Lei nº 2.683 – projeto do Deputado Francisco Seráfico da Nóbrega Filho.

Nos últimos dias daquele ano foram sancionadas mais as seguintes leis: Lei nº 2.685, de 26 de dezembro de 1961, que criou o município de Cuitegi – projeto do Deputado Antônio Vital do Rêgo; Lei nº 2.686, de 26 de dezembro de 1961, que criou o município de Mãe D'Água – projeto do Deputado Joacil de Brito Pereira; Lei nº 2.687, de 26 de dezembro de 1961, que criou o município de São José de Espinharas – projeto do Deputado José Fernandes de Lima; Lei nº 2.688, de 26 de dezembro de 1961, que criou o município de Cachoeira dos Índios – projeto do Deputado Joacil de Brito Pereira; Lei nº 2.689, de 26 de dezembro de 1961, que criou o município de Cacimba de Areia – projeto do Deputado José Cavalcanti; Lei nº 2.690, de 26 de dezembro de 1961, que criou o município de Frei Martinho – projeto do Deputado José Pereira da Costa; Lei nº 2.701, de 28 de dezembro de 1961, que criou o município de Itapororoca – projeto do Deputado Clóvis Bezerra Cavalcanti; Lei nº 2.706, de 28 de dezembro de 1961, que criou o município de Olivedos – projeto do Deputado Gerôncio Stanislau da Nóbrega; e Lei nº 2.707, de 29 de dezembro de 1961, que criou o município de Santa Cruz – projeto do Deputado José Pires de Sá.

As últimas leis dessa legislatura referentes à criação de novos municípios foram sancionadas em janeiro de 1962. Foram, apenas, três: a

de nº 2.747, de 2 de janeiro de 1962, que criou o município de Gurjão – projeto do Deputado Nivaldo de Farias Brito; a de nº 2.748, de 2 de janeiro de 1962, que criou o município de Baía da Traição – projeto do Deputado Clóvis Bezerra Cavalcanti; e a de nº 2.749, de 2 de janeiro de 1962, que criou o município de São João do Tigre – projeto do Deputado João Feitosa Ventura. Nos meses seguintes a janeiro daquele ano não foi sancionada mais nenhuma lei de criação de município. Por mais de um ano os deputados resolveram sustar essa avalanche de criação de novos municípios, o que seria retomado na legislatura seguinte, com menor intensidade. O movimento chegaria ao seu fim, mesmo porque eram raros os distritos a serem desmembrados que atendessem, um mínimo sequer, das exigências previstas na lei de organização municipal. Tentou-se até a criação de municípios em localidades que não tinham conquistado, ainda, a condição de distrito, o que levou o Governador Pedro Moreno Gondim a vetar alguns projetos sob esse justificado fundamento.

Os trabalhos da Assembléia, no decorrer dessas quatro sessões legislativas, foram dirigidos pela Mesa que, nesse período, teve a seguinte constituição:

PRIMEIRA REUNIÃO (1959)
- José Fernandes de Lima – Presidente
- Antônio D'Ávila Lins – Primeiro Vice-Presidente
- José Teotônio da Silva – Segundo Vice-Presidente
- José Targino Maranhão – Primeiro-Secretário
- Inácio José Feitosa – Segundo-Secretário
- Francisco Souto Neto – Terceiro-Secretário
- José Braz do Rego – Quarto-Secretário

A eleição dessa mesa foi fruto do entendimento entre as bancadas do Partido Social Democrático, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Socialista Brasileiro e Partido Republicano, sob a inspiração do Vice-Governador, em exercício, Pedro Moreno Gondim que, ao assumir o governo estadual, rompeu o acordo político que elegera o Governador Flávio Ribeiro Coutinho, então em gozo de licença para tratamento de saúde, no Rio de Janeiro.

SEGUNDA REUNIÃO (1960)
- José Fernandes de Lima – Presidente
- Antônio D'Ávila Lins – Primeiro Vice Presidente
- José Teotônio da Silva – Segundo Vice Presidente
- José Braz do Rego – Primeiro Secretário

Aspecto do Plenário da Assembléia – 1960

- Inácio José Feitosa – Segundo Secretário
- Antônio Leite Montenegro – Terceiro Secretário
- Nivaldo de Farias Brito – Quarto Secretário

A escolha dos integrantes dessa Mesa já refletia o desentendimento entre as forças políticas do Partido Social Democrático e os dissidentes que passaram a obedecer à orientação do Dr. Pedro Moreno Gondim, já em campanha como candidato ao governo no Estado, em coligação com a União Democrática Nacional. Tendo renunciado ao cargo de Vice-Governador para se desincompatibilizar foi o Dr. Pedro Moreno Gondim substituído na chefia do governo pelo Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado José Fernandes de Lima. Ao se processar a eleição para membros da Mesa ocorreu um fato talvez inédito na história do legislativo brasileiro. Durante a sessão convocada para essa eleição, a 29 de maio de 1960, o Deputado José Afonso Gayoso de Sousa encaminha à Mesa um ofício do Deputado José Fernandes de Lima renunciando à Presidência da Assembléia e, conseqüentemente, ao governo do Estado. Os dois vice-presidentes também formalizaram a sua renúncia, esgotando a linha de substituição.

Realizada a eleição verificou-se um empate entre os Deputados José Fernandes de Lima e José Teotônio da Silva, cada um com vinte votos. Esse resultado não prevaleceu em virtude da anulação da eleição sob a alegação da presença em plenário de pessoas estranhas à casa. Com a nova eleição foi, por fim, escolhido o Deputado José Fernandes de Lima que voltou a assumir a chefia do governo estadual na condição de novo Presidente da Assembléia. Os demais membros da Mesa foram eleitos em decorrência dos entendimentos da bancada pessedista com deputados socialistas e trabalhistas, excluído; entre eles, o único elemento que representava a corrente gondinista, que integrava a Mesa anterior.

TERCEIRA REUNIÃO (1961)

- Inácio José Feitosa – Presidente
- Heraldo da Costa Gadelha – Primeiro Vice-Presidente
- Petrônio Ramos de Figueiredo – Segundo Vice-Presidente
- Antônio Leite Montenegro – Primeiro-Secretário
- Manuel Arruda de Assis – Segundo-Secretário
- Orlando Cavalcanti Melo – Terceiro-Secretário
- Acácio Braga Rolim – Quarto-Secretário

Essa eleição foi facilitada pela manutenção do acordo das oposi-

ções, representadas por parlamentares do Partido Social Democrático, Partido Socialista Brasileiro e Partido Trabalhista Brasileiro.

QUARTA REUNIÃO (1962)

- Inácio José Feitosa – Presidente
- José Teotônio da Silva – Primeiro Vice-Presidente
- João Batista de Lima Brandão – Segundo Vice Presidente
- Antônio Leite Montenegro – Primeiro Secretário
- Francisco Souto Neto – Segundo Secretário
- Gerôncio Stanislau da Nóbrega – Terceiro Secretário
- Eduardo de Alencar Ferreira – Quarto Secretário.

Novos entendimentos entre as bancadas com assento na Assembléia proporcionaram a eleição de uma Mesa governista, da qual participavam representantes do Partido Socialista Brasileiro, Partido Trabalhista Brasileiro e União Democrática Nacional que reelegeram o Presidente contra o seu próprio partido – o PSD.

QUINTA LEGISLATURA (1963-1967)

Eleitos a 7 de outubro de 1962 os novos deputados estaduais foram empossados a 1 de fevereiro do ano seguinte, quando deram início aos trabalhos da Quinta Legislatura. Esses parlamentares estavam distribuídos pelas seguintes legendas:

a) PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

01. Aloysio Pereira Lima
02. Amélio de Miranda Leite
03. Avelino Elias de Queiroga
04. Inácio Pedrosa Sobrinho
05. José Afonso Gayoso de Souza
06. José Fernandes de Lima
07. Mário Silveira
08. Nivaldo de Farias Brito
09. Orlando Cavalcanti Melo
10. Sosthenis Pedro da Silva

b) PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO

01. Álvaro Gaudêncio de Queiroz

02. Egídio da Silva Madruga
03. Francisco Souto Neto
04. João Batista de Lima Brandão
05. José Pereira da Costa
06. Luiz Ignácio Ribeiro Coutinho
07. Sílvio Pélico Porto
08. Waldir Lira dos Santos Lima

c) PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
01. Francisco de Assis Lemos
02. José Lacerda Neto
03. José Alves de Lira
04. José Teotônio da Silva
05. Langstein Amorim de Almeida
06. Octacílio Guimarães Jurema
07. Wilson Leite Braga

d) UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL
01. Antônio de Paiva Gadelha
02. Clóvis Bezerra Cavalcanti
03. Francisco Pereira Vieira
04. Joacil de Brito Pereira
05. Jonas Leite Chaves
06. Otávio Mariz Maia

e) PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
01. Antônio Leite Montenegro
02. Inácio José Feitosa
03. José Braz do Rego
04. José Targino Maranhão
05. Romeu Gonçalves de Abrantes
06. Ronaldo José da Cunha Lima

f) PARTIDO LIBERTADOR
01. Agnaldo Veloso Borges
02. Antônio Nominando Diniz

g) PARTIDO REPUBLICANO
01. João Caetano dos Santos

Com as eleições de 1962 tivemos, em toda história do nosso legislativo, o maior número de partidos políticos com representação na "Ca-

sa de Epitácio Pessoa". Sete legendas partidárias conseguiram eleger representantes à Assembléia Legislativa, como resultado do pluripartidarismo e da disseminação de novas legendas que iam surgindo em face das dissenções verificadas nos quadros das nossas duas grandes organizações políticas — o Partido Social Democrático e a União Democrática Nacional. Esses partidos, com exceção do PSB, conseguiram manter as suas representações, sem alteração, até 1966, quando ocorreu a extinção das velhas e tradicionais agremiações políticas que vinham movimentando o legislativo brasileiro desde 1946. Com a instituição do bipartidarismo os representantes dessas legendas procuraram se filiar aos novos partidos criados em função da nova legislação ditada pelo governo revolucionário de 1964 — a Aliança Renovadora Nacional — ARENA e o Movimento Democrático Brasileiro — MDB.

No início dessa legislatura o Deputado Sílvio Pélico Porto obteve licença especial para exercer o cargo de Secretário do Interior e Justiça, nomeado pelo Governador Pedro Moreno Gondim. Para preenchimento da vaga resultante dessa licença foi convocado o Primeiro Suplente do Partido Democrata Cristão, Severino Ismael de Oliveira. O Deputado Antônio Nominando Diniz, que já vinha servindo ao governo do Estado como Secretário de Educação e Cultura, voltou àquele cargo, sendo substituído pelo Primeiro Suplente do Partido Libertador, Segismundo Gonçalves Souto Maior. O Deputado Octacílio Guimarães Jurema, do Partido Socialista Brasileiro, vinha exercendo o cargo de Prefeito Municipal de Cajazeiras e obteve licença especial para continuar administrando aquele município, sendo substituído pelo Primeiro Suplente José Edmur Estrela, que passaria, depois, à condição de titular em virtude da renúncia do Deputado Ronaldo José da Cunha Lima, eleito Prefeito Municipal de Campina Grande. O Deputado Avelino Elias de Queiroga, do Partido Social Democrático, obteve licença especial para assumir o cargo de Prefeito Municipal de Pombal, para o qual fora eleito a 11 de agosto de 1963; foi substituído pelo Primeiro Suplente Balduíno Minervino de Carvalho, que já vinha em exercício e passou à condição de titular. O Deputado Otávio Mariz Maia, da União Democrática Nacional, obteve licença especial por ter sido nomeado para o cargo de Secretário de Saúde; seu substituto, o Primeiro Suplente José Cavalcanti, renunciou ao seu mandato por ter sido eleito Prefeito Municipal de Patos. Em face dessa renúncia passou à condição de integrante da bancada udenista o Segundo Suplente Inácio Bento de Morais.

No decorrer da legislatura foram convocados, ainda, os seguintes suplentes — do PSD: Orlando Di Lorenzo, Zéu Palmeira e Laércio Pires de Sousa; do PDC: Marcus Odilon Ribeiro Coutinho e Antônio de Pádua Ferreira de Carvalho; do PSB: Heraldo da Costa Gadelha, Antônio de

Figueiredo Agra, Agassis Almeida, Sebastião Calixto de Araújo e Manuel Torres Filho; da UDN: João Cavalcanti e Antônio Batista Santiago; do PTB: Petrônio Ramos de Figueiredo, Manuel Figueiredo e Diógenes Morais Martins; do PL: Manuel Ângelo da Silva e Fernando Silveira; e do PR: Manuel Barbosa da Silva e Durval Lins de Albuquerque. Esses partidos tiveram como líderes os seguintes deputados: José Afonso Gayoso de Sousa e José Fernandes de Lima, do PSD; José Teotônio da Silva, Francisco de Assis Lemos e José Alves de Lira, do PSB; Otávio Mariz Maia e Jonas Leite Chaves, da UDN; Ronaldo José da Cunha Lima e Manuel Figueiredo, do PTB; Antônio Nominando Diniz, do PL; e João Caetano dos Santos, do PR. A liderança do governo foi exercida pelos Deputados Otávio Mariz Maia e, posteriormente, pelo Deputado Sílvio Pélico Porto. A ARENA e MDB, criados após a Revolução de 1964, foram liderados, respectivamente, pelos Deputados Sílvio Pélico Porto e Jonas Leite Chaves e José Fernandes de Lima.

O Partido Socialista Brasileiro foi sensivelmente prejudicado em sua representação com o sacrifício de dois deputados e dois suplentes, cassados pela Resolução nº 272, de 10 de abril de 1964. Por essa Resolução a Assembléia Legislativa, oficializando a decisão tomada pela unanimidade dos seus integrantes, resolveu cassar os mandatos dos Deputados Francisco de Assis Lemos e Langstein de Amorim Almeida e dos Suplentes Antônio de Figueiredo Agra e Agassis Almeida, com fundamento no disposto do § 2º, Art. 21, da Constituição Estadual, considerando que os mesmos revelaram "procedimento incompatível com o decoro parlamentar e a prática de incitamento ao ódio de classe, a tentativa, por meios violentos, da subversão do regime democrático, para implantação da ditadura, no País".

Os trabalhos do ano de 1963 e início de 1964 foram tomados por acalorados debates sobre as atividades das ligas camponesas, defendidas por uns e combatidas por outros. Alguns deputados mais exaltados estendiam as suas críticas às autoridades federais e estaduais responsabilizadas pelo apoio que vinham dando às ligas, consideradas por muitos como instrumento de agitação social, em permanente pregação esquerdista, com sérios perigos para as instituições democráticas. Não faltou, porém, a cuidadosa ação parlamentar dos que lutavam pela valorização dos produtos básicos da nossa economia, especialmente o algodão e o agave. As constantes reclamações contra o custo de vida levaram os deputados da oposição à tribuna para solicitar providências governamentais, quando não se deixavam conduzir pelo interesse político na condenação de atos administrativos de responsabilidade do Governador Pedro Moreno Gondim e, posteriormente, do Governador João Agripino Filho, este último duramente criticado por parlamentares que se fa-

ziam intérpretes de reivindicações do funcionalismo estadual. Após a Revolução de 1964 passaram os deputados a comentar as medidas punitivas do governo federal, especialmente nos casos de cassação de mandatos e de direitos políticos de alguns conterrâneos atingidos por essa ação compulsiva. A obediência político-partidária não impediu que os deputados se solidarizassem com o Prefeito Newton Rique, de Campina Grande, quando atingido pelo governo revolucionário com a cassação do seu mandato e dos seus direitos políticos.

A 31 de janeiro de 1966 o Governador João Agripino Filho prestava compromisso perante à Assembléia Legislativa, iniciando um novo período da nossa história administrativa com as corajosas medidas que assinalaram a sua gestão à frente dos destinos políticos da Paraíba. Apesar de eleito pela velha legenda da União Democrática Nacional coube-lhe, logo no início do seu governo, organizar a Aliança Renovadora Nacional em nosso Estado. Com as forças políticas que arregimentou conseguiu estruturar a Arena como o maior partido político da Paraíba, desde 1945. Na Assembléia a bancada arenista era tida como um rolo compressor em função da maioria esmagadora de deputados que a ela se filiaram, sob o comando polìfico do Governador João Agripino Filho. A oposição, nem porisso, deixou de exercer a sua função fiscalizadora, denunciando e combatendo as medidas governamentais que lhe pareciam contrárias ao interesse público. Apesar das restrições impostas pelo governo revolucionário jamais faltou aos deputados do MDB a coragem dos pronunciamentos contra o abuso do poder.

O governo federal, através do Ato Institucional nº 2, reformou a Constituição de 1946, estabelecendo para os Estados a obrigação de adaptar as suas constituições às disposições baixadas pelo AI-2. Com essa finalidade o Presidente Waldir Lira dos Santos Lima designou uma comissão composta dos Deputados Clóvis Bezerra Cavalcanti, Joacil de Brito Pereira, Mário Silveira e José Braz do Rego para elaborar um projeto que atendesse aos imperativos da hora presente e ajustasse, no âmbito estadual, a aplicação dos princípios constitucionais introduzidos na Carta de 1946. As novas disposições impostas pelo governo revolucionário limitaram os poderes do legislativo, impedindo os deputados de uma ação mais participativa na administração, privados de apresentarem projetos de lei que implicassem em despesa para o executivo. Tolhidos dessa forma, diminuiu, conseqüentemente, o poder de representação popular, no encaminhamento de providências de interesse das suas regiões, o que desde

Caaporã, pela Lei nº 3.130, de 27 de dezembro – projeto do Deputado João Batista de Lima Brandão.

Em 1964 foram criados, apenas, quatro municípios: Lagoa Seca, pela Lei nº 3.133, de 4 de janeiro– projeto do Deputado Manuel Barbosa da Silva; Pedra Branca, pela Lei nº 3.152, de 30 de março – projeto do Deputado Balduíno Minervino de Carvalho; São José do Bonfim, pela Lei nº 3.156, de 31 de março – Projeto do Deputado José Afonso Gayoso de Souza e Quixaba, pela Lei nº 3.170 de 6 de maio – projeto do Deputado José Gayoso de Souza. Além desses municípios foi criado o de Assunção, pela Lei nº 3.182, de 27 de julho de 1964 – projeto do Deputado Egídio da Silva Madruga. Esse município teve a sua instalação prejudicada em virtude da decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou a inconstitucionalidade da mencionada lei. Os últimos municípios criados, já no fim da administração do Governador Pedro Gondim, foram: Imaculada, pela Lei nº 3.253, de 4 de janeiro de 1965 – projeto do Deputado Joacil de Brito Pereira; Caldas Brandão, pela Lei nº 3.255, de 13 de janeiro de 1965 – projeto do Deputado Marcus Odilon Ribeiro Coutinho; Massaranduba, pela Lei nº 3.308, de 7 de maio de 1965 – projeto do Deputado Francisco Souto Neto; e Brejo dos Santos, pela Lei nº 3.320, de 3 de junho de 1965 – projeto do Deputado Sósthenis Pedro da Silva.

Os integrantes da Mesa continuaram a ser eleitos anualmente, no início de cada sessão legislativa. Durante a legislatura de 1963 a 1967 dirigiram os trabalhos da Mesa os seguintes deputados:

PRIMEIRA REUNIÃO (1963)

- Clóvis Bezerra Cavalcanti – Presidente
- Agnaldo Veloso Borges – Primeiro Vice-Presidente
- Antônio de Paiva Gadelha – Segundo Vice-Presidente
- Antônio Leite Montenegro – Primeiro Secretário
- Joacil de Brito Pereira – Segundo Secretário
- João Caetano dos Santos – Terceiro Secretário
- Egídio da Silva Madruga – Quarto Secretário

A eleição dessa Mesa foi uma das mais agitadas de toda a história do nosso legislativo. Com a posse dos novos deputados , a 2 de fevereiro de 1963, realizou-se o pleito para escolha dos membros da Mesa, em clima de nervosismo e intensa agitação política, face à disputa entre as chapas organizadas pelo PSD e UDN. Procedida a apuração verificou-se o seguinte resultado: Deputado José Targino Maranhão, vinte votos, e Deputado Clóvis Bezerra Cavalcanti, dezenove votos. A bancada udenista requereu à Presidência que mandasse realizar segundo escrutínio em virtude do Deputado José Targino Maranhão não ter alcançado a maio-

raibanos continuaram a prestar a sua colaboração à vida pública do Estado, principalmente nos dois primeiros anos dessa legislatura que antecederam às medidas coercitivas do governo revolucionário. Dentre os diversos projetos discutidos e votados nesse período dois deles se destacam pela sua importância na estrutura administrativa estadual: a Lei nº 2.984, de 9 de março de 1963, que criou a Secretaria de Segurança Pública, e a de nº 2.986, de 12 de março de 1963, que criou a Secretaria de Estado dos Negócios da Administração. Foram votadas, ainda, as seguintes leis: de nº 3.223, de 25 de novembro de 1964, que criou o Ginásio Estadual de Areia; a de nº 3.266, de 22 de fevereiro de 1965, que criou o Ginásio Estadual de Pombal; a de nº 3.322, de 4 de junho de 1965, que deu nova organização Judiciária ao Estado; a de nº 3.328, de 4 de junho de 1965, que autorizou o Poder Executivo a criar a Companhia Estadual de Habitação Popular – CEHAP; a de nº 3.440, de 25 de outubro de 1966, que criou a Escola do Serviço Público do Estado; e a de nº 3.456, de 31 de dezembro, que deu organização ao sistema penitenciário do Estado.

O movimento municipalista diminuiu de intensidade nessa legislatura. Alguns projetos apresentados na legislatura anterior tiveram tramitação e foram aprovados, juntamente com outros apresentados durante a primeira e segunda sessoẽs legislativas. A lei complementar nº 1, de 9 de novembro de 1967, estabeleceu novos requisitos para criação de municípios, dificultando a apresentação de novos projetos. No ano de 1963 foram criados os municípios de Mataraca, pela Lei nº 3.047, de 17 de junho – projeto do Deputado Clovis Bezerra Cavalcanti; Lastro, pela Lei nº 3.048, de 17 de junho – projeto do Deputado Antônio de Paiva Gadelha; Bom Sucesso, pela Lei nº 3.049, de 17 de junho – projeto do Deputado Francisco Pereira; Desterro de Malta, pela Lei nº 3.050, de 17 de junho – projeto do Deputado Francisco Pereira; Curral Velho, pela Lei nº 3.057, de 2 de julho – projeto do Deputado Balduíno Minervino de Carvalho; Montadas, pela Lei nº 3.088, de 14 de outubro – projeto do Deputado Francisco Souto Neto; Santana de Mangueira, pela Lei nº 3.095, de 5 de novembro – projeto do Deputado João Mangueira Neto; Bom Jesus, pela Lei nº 3.096, de 5 de novembro – projeto do Deputado Acácio Braga Rolim; São José de Caiana, pela Lei nº 3.098, de 7 de novembro – projeto do Deputado Balduíno Minervino de Carvalho; Nova Palmeira, pela Lei nº 3.102, de 14 de novembro – projeto do Deputado José Pereira da Costa; Conde, pela Lei nº 3.107, de 18 de novembro – projeto do Deputado Marcus Odilon Ribeiro Coutinho; Emas, pela Lei nº 3.115, de 28 de novembro – projeto do Deputado Antônio Leite Montenegro; Pilõezinho, pela Lei 3.128, de 27 de dezembro – projeto do Deputado Waldir Lira dos Santos Lima; e

por quatro horas. Apesar dos protestos das bancadas do PSD e PTB a Presidência deferiu mais esse requerimento da bancada udenista que procurava ganhar tempo para conseguir a presença do quadragésimo deputado, que seria mais um voto a somar aos dezenove dados ao Deputado Clóvis Bezerra Cavalcanti. O empate era o trunfo udenista por terem apresentado um candidato mais idoso.

Pessedistas e petebistas, inconformados com a decisão da Presidência, resolveram proclamar eleito o seu candidato – Deputado José Targino Maranhão e, ao se retirarem do recinto, promoveram uma passeata em comemoração da vitória que estavam anunciando. A ausência dos deputados da oposição provocou um sério impasse, com a sucessiva falta de **quorum**, nas sessões convocadas para o segundo escrutínio. A crise política ganhou repercussão nacional tendo o Ministério da Justiça enviado um emissário à Paraíba na tentativa de resolver o impasse. Continuou, porém, a falta de número e só a 22 de fevereiro, com a presença de um deputado socialista em plenário, foi possível a realização do segundo escrutínio, com a vitória do Deputado Clóvis Bezerra Cavalcanti por dezenove votos. Decorrido todo esse tempo não fora possível levar ao plenário o tão esperado quadragésimo deputado, que permaneceu indiferente ao pleito, sem ter sequer tomado posse da sua cadeira, o que faria depois, após requerer e prorrogação do prazo estabelecido para sua investidura no mandato de deputado.

SEGUNDA REUNIÃO (1964)

- Clóvis Bezerra Cavalcanti – Presidente
- Agnaldo Veloso Borges – Primeiro Vice-Presidente
- Antônio de Paiva Gadelha – Segundo Vice-Presidente
- Antônio Leite Montenegro – Primeiro Secretário
- Joacil de Brito Pereira – Segundo Secretário
- João Caetano dos Santos – Terceiro Secretário
- Egídio da Silva Madruga – Quarto Secretário

A recondução da Mesa, em eleição realizada a 29 de maio de 1964, era o resultado do acordo entre udenistas, democratas cristãos e libertadores, fortalecidos pela adesão do representante republicano e pela união com os dissidentes petebistas que integravam o sistema parlamentar de apoio ao Governador Pedro Moreno Gondim.

PRESIDENTES DA ASSEMBLÉIA

Ramiro Fernandes de Carvalho
1955 – 1958

José Fernandes de Lima
1959 – 1960

Inácio José Feitosa
1961 – 1962

Clóvis Bezerra Cavalcanti
1963 – 1964
1967 – 1970

TERCEIRA REUNIÃO (1965)

- Waldir Lira dos Santos Lima – Presidente
- Wilson Leite Braga – Primeiro Vice-Presidente
- Antônio de Paiva Gadelha – Segundo Vice-Presidente
- Antônio Leite Montenegro – Primeiro Secretário
- Nivaldo de Farias Brito – Segundo Secretário
- João Caetano dos Santos – Terceiro Secretário
- José Edmur Estrela – Quarto Secretário.

A escolha dos membros dessa Mesa refletia, de modo eloqüente, o predomínio das forças governistas com a eleição, para a Presidência, de um deputado pertencente às hostes políticas do Governador Pedro Moreno Gondim. O clima de entendimento que favoreceu a escolha de uma Mesa eclética não escondia esse predomínio. Todos os partidos com representação na Assembléia passaram a participar do seu órgão diretor, com exceção do Partido Libertador, cuja exclusão não significava nenhum rompimento com as forças governistas. Não houve um só voto contra a chapa organizada anteriormente; alguns votos em branco significaram, apenas, uma discreta manifestação de descontentamento contra a Mesa eclética. O Deputado Antônio Leite Montenegro, candidato à Primeira Secretaria, foi o único que obteve a unânime votação dos presentes – trinta e nove votos.

QUARTA REUNIÃO (1966)

- Waldir Lira dos Santos Lima – Presidente
- Wilson Leite Braga – Primeiro Vice-Presidente
- Antônio de Paiva Gadelha – Segundo Vice-Presidente
- Antônio Leite Montenegro – Primeiro Secretário
- Nivaldo de Farias Brito – Segundo Secretário
- João Caetano dos Santos – Terceiro Secretário
- José Edmur Estrela – Quarto Secretário.

Perdurava o clima de entendimento entre os deputados, favorecendo a recondução da Mesa eclética. A exacerbação da campanha política de 1965 em nada prejudicou esse entendimento, apesar dos acalorados debates entre udenistas e pessedistas. A Assembléia vivia nova fase com a reformulação dos seus quadros políticos, limitados pela adoção do bipartidarismo, imposto pelo Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965. A Arena e o MDN eram as novas siglas que abrigavam os representantes dos antigos partidos políticos extintos pelo governo revolucionário, alguns deles eleitos para a Mesa antes da formação dos novos partidos.

SEXTA LEGISLATURA
(1967-1971)

As primeiras eleições, na Paraíba, após o Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965, que instituiu o bipartidarismo, foram realizadas a 15 de novembro de 1966, sendo eleitos para a Assembléia Legislativa os seguintes deputados, empossados na sessão solene de instalação da sexta legislatura, a 1 de fevereiro de 1967:

a) ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL

Arena – 1

01. Clóvis Bezerra Cavalcanti
02. Otávio Mariz Maia
03. Epitácio Leite Rolim
04. Álvaro Gaudêncio de Queiroz
05. Francisco Pereira Vieira
06. José Braz do Rego
07. José Pereira da Costa
08. Luiz Ferreira de Barros
09. Edvaldo Fernandes Mota
10. Inácio Bento de Morais
11. Romeu Gonçalves de Abrantes
12. Agnaldo Veloso Borges
13. Antônio de Araújo Quinho
14. Antônio Batista Santiago
15. Francisco Souto Neto
16. Augusto Ferreira Ramos
17. Luis Ignácio Ribeiro Coutinho
18. João Batista de Lima Brandão
19. Robson Duarte Espínola

Arena – 2

01. Carlos Pessoa Filho
02. José Lacerda Neto
03. Jonas Leite Chaves
04. Francisco de Assis Camelo
05. Nivaldo de Farias Brito

b) MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

01. Ronaldo José da Cunha Lima
02. José Fernandes de Lima
03. Inácio Pedrosa Sobrinho
04. Laércio Pires de Sousa
05. Mário Silveira
06. Antônio de Paiva Gadelha
07. Azuil de Arruda Assis

08. José Targino Maranhão
09. Sebastião Calixto de Araújo
10. José Afonso Gayoso de Sousa
11. Luiz Gonzaga de Miranda Freire
12. Aloysio Pereira Lima
13. Orlando Cavalcanti de Melo
14. José Soares de Figueiredo

O Deputado Álvaro Gaudêncio de Queiroz, eleito pela sub-legenda da ARENA – 1, faleceu logo no início da legislatura, a 12 de fevereiro de 1967, sendo substituído pelo Primeiro Suplente Sílvio Pélico Porto. Com o falecimento do Deputado Luis Ignácio Ribeiro Coutinho, a 4 de setembro de 1968, passou à condição de titular o Segundo Suplente Antônio Leite Montenegro, da Aliança Renovadora Nacional. Na bancada do MDB ocorreu uma vaga com a renúncia do Deputado Ronaldo José da Cunha Lima, a 31 de janeiro de 1969, por ter sido eleito Prefeito Municipal de Campina Grande. Foi substituído pelo Primeiro Suplente José Alves de Lira. Os Deputados Antônio Leite Montenegro e Epitácio Leite Rolim, ambos da ARENA, deixaram as suas atividades na Assembléia, em fevereiro de 1969, para assumir o cargo de Prefeito Municipal de Piancó e Cajazeiras, respectivamente. Foram substituídos pelos Suplentes José Leite de Sousa e Nominando Muniz Diniz. O Deputado Otávio Mariz Maia obteve um ano de licença para fazer um curso de Administração de Empresa, em São Paulo. Foi seu substituto o Suplente Diógenes Morais Martins, da ARENA.

Participaram, ainda, dos trabalhos da Assembléia, em preenchimento de vagas resultantes de licenças concedidas a deputados, os seguintes suplentes – da ARENA: José Edmur Estrela, Antônio de Pádua Ferreira de Carvalho e Severino Cabral de Sousa; do MDB: Ceslau da Costa Gadelha Filho, Desmoulin Wanderley de Farias, Epitácio Vieira de Queiroga e Janduhy Suassuna Saldanha. A 12 de março de 1969 a Assembléia foi duramente atingida por ato do Governo Revolucionário com a cassação de mandatos e de direitos políticos dos Deputados Sílvio Pélico Porto, Robson Duarte Espínola, Francisco Souto Neto e Romeu Gonçalves de Abrantes, todos eles integrantes da bancada arenista. Posteriormente, a 29 de abril daquele ano, foram cassados os deputados do MDB José Targino Maranhão e Mário Silveira. Com essas cassações foi reduzido o número de parlamentares com assento na Assembléia Legislativa de trinta e oito para trinta e dois. Durante essa legislatura exerceram a liderança da ARENA, e do Governo Estadual, os Deputados Sílvio Pélico Porto e Jonas Leite Chaves. A bancada do MDB foi liderada pelo Deputado José Fernandes de Lima.

Os deputados, apesar das medidas coercitivas do Governo Revolucionário, não se descuidaram na defesa dos interesses da coletividade pa-

raibana. Muitos pronunciamentos foram feitos da tribuna da Assembléia, envolvendo problemas relacionados com a segurança pública e, principalmente, com a economia, na permanente e vigilante reivindicação de melhores preços para o algodão e o agave. Não faltaram as solicitações para a melhoria das populações interioranas com instalação de novas unidades escolares e postos de saúde. Os assuntos políticos, vez por outra, agitaram o plenário, com discursos de crítica e de defesa da administração do Governador João Agripino Filho, havendo maior exaltação durante a campanha que antecedeu as eleições de 1970 para escolha da representação paraibana no Congresso Nacional (Deputados Federais e dois Senadores). A sucessão do Governador João Agripino Filho foi também objeto de debates entre os parlamentares da situação e da oposição, em face da adoção da eleição indireta para Governadores Estaduais, instituída pela Constituição de 1967 e combatida pela bancada do MDB como atentatória à livre manifestação do eleitorado na escolha dos seus dirigentes.

A 16 de junho de 1970 a Mesa da Assembléia Legislativa promulgou a Emenda Constitucional nº 1, que deu nova redação à Constituição de 12 de maio de 1967. Apesar da limitação de seus poderes o legislativo paraibano discutiu e aprovou alguns projetos que resultaram em leis consideradas essenciais à administração pública, ressaltando-se, dentre elas, a de nº 3.489, de 30 de agosto de 1967, que dispôs sobre os símbolos e feriados estaduais, com que restaurou a bandeira adotada em 1930 e os feriados de 26 de julho e 5 de agosto – projeto do Deputado Nominando Muniz Diniz; a de nº 3.492, de 6 de outubro de 1967, que criou o Ginásio Estadual de Princesa Isabel – projeto do Deputado Aloysio Pereira Lima; e a de nº 3.627, de 31 de agosto de 1970, que criou o Tribunal de Contas do Estado.

A Assembléia, de acordo com o disposto no Art. 15, da Constituição Estadual de 12 de maio de 1967, passou a ter a faculdade de aprovar a indicação do nome proposto pelo Governador do Estado para exercer o cargo de Prefeito Municipal da Capital. No cumprimento dessa disposição constitucional, em sessão realizada a 27 de novembro de 1967, aprovou a indicação do Sr. Damásio Barbosa da Franca para a Prefeitura de João Pessoa. A 28 de outubro de 1970 aprovou a indicação de José Braz do Rego, Damásio Barbosa da Franca, Aécio Vilar de Aquino, Antônio Carlos Escorel, Luiz Nunes Alves, Carmelo dos Santos Coelho e Otacílio Silva da Silveira, para integrarem, como conselheiros, o Tribunal de Contas do Estado, criado pelo Governador João Agripino Filho. Transformada em colégio eleitoral, por força do disposto na Constituição Estadual de 12 de maio de 1967, a Assembléia realizou, a 28 de agosto de 1970, uma sessão especial para eleição

do Dr. Antônio Juarez Farias como Vice-Governador do Estado, preenchendo a vaga decorrente da anulação da eleição do Deputado Severino Bezerra Cabral, por decisão do Superior Tribunal Eleitoral. O Dr. Antônio Juarez Farias, candidato apresentado pela Arena, obteve dezenove votos; houve um voto nulo e nove abstenções em virtude da bancada do MDB manifestar o seu alheiamento ao processo eleitoral por via indireta. O novo Vice-Governador prestou compromisso e tomou posse a 9 de setembro de 1970. No mesmo ano, a 3 de outubro, a Assembléia elegeu os Drs. Ernani Ayres Sátyro e Sousa e Clóvis Bezerra Cavalcanti, como Governador e Vice-Governador do Estado, respectivamente. Candidatos apresentados pelo partido governista – ARENA, obtiveram vinte e dois votos, verificando-se nove abstenções em decorrência da posição assumida pela bancada do MDB. Os eleitos foram diplomados, em sessão solene, a 24 de novembro de 1970.

A mesa, como órgão diretor dos trabalhos da Assembléia, durante essa legislatura, foi integrada pelos seguintes deputados:

PRIMEIRA REUNIÃO (1967)

- Clóvis Bezerra Cavalcanti – Presidente
- José Lacerda Neto – Primeiro Vice Presidente
- Agnaldo Veloso Borges – Segundo Vice Presidente
- Francisco Souto Neto – Primeiro Secretário
- Nivaldo de Farias Brito – Segundo Secretário
- João Batista de Lima Brandão – Terceiro Secretário
- José Pereira da Costa – Quarto Secretário

Todos os integrantes da Mesa pertenciam à bancada da ARENA, remanescentes da União Democrática Nacional, do Partido Socialista Brasileiro, do Partido Libertador e do Partido Democrata Cristão.

SEGUNDA REUNIÃO (1968)

- Clóvis Bezerra Cavalcanti – Presidente
- José Lacerda Neto – Primeiro Vice-Presidente
- Agnaldo Veloso Borges – Segundo Vice-Presidente
- Francisco Souto Neto – Primeiro Secretário
- Nivaldo de Farias Brito – Segundo Secretário
- João Batista de Lima Brandão – Terceiro Secretário
- José Pereira da Costa – Quarto Secretário

Não foi difícil para a ARENA a recondução da Mesa, face a sua tranqüila maioria na Assembléia, como resultante do domínio político implantado pelas lideranças civis que integraram o movimento a 31 de

março de 1964. Na Paraíba esse poderoso contingente eleitoral consolidou-se sob a orientação política do Governador João Agripino Filho, responsável pela organização do partido da revolução entre nós que, sob a sua liderança, constituiu a maior expressão partidária da nossa história, nos últimos tempos.

TERCEIRA REUNIÃO (1969)

- Clóvis Bezerra Cavalcanti – Presidente
- José Lacerda Neto – Primeiro Vice-Presidente
- Agnaldo Veloso Borges – Segundo Vice-Presidente
- Francisco Souto Neto e, posteriormente, Egídio da Silva Madruga – Primeiro Secretário
- Nivaldo de Farias Brito – Segundo Secretário
- José Pereira da Costa – Terceiro Secretário
- João Batista de Lima Brandão – Quarto Secretário.

Nova recondução da Mesa, com remanejamento das terceira e quarta secretarias. A Primeira Secretaria perdeu o concurso do seu titular, Deputado Francisco Souto Neto, cassado a 12 de março de 1969. Como seu substituto foi eleito, a 16 de abril daquele ano, o Deputado Egídio da Silva Madruga.

QUARTA REUNIÃO (1970)

- Clóvis Bezerra Cavalcanti – Presidente
- José Lacerda Neto – Primeiro Vice-Presidente
- Agnaldo Veloso Borges – Segundo Vice-Presidente
- Egídio da Silva Madruga – Primeiro Secretário
- Nivaldo de Farias Brito – Segundo Secretário
- João Batista de Lima Brandão – Terceiro Secretário
- José Pereira da Costa – Quarto Secretário.

Nessa nova fase da história do legislativo paraibano foi essa Mesa a única a ser reconduzida durante toda a legislatura. O Presidente Clóvis Bezerra Cavalcanti, ao longo da história da Assembléia Legislativa, foi superado, apenas, pelo Dr. Manoel Dantas Correia de Góis, que a presidiu pelo período de cinco anos (de 1900 a 1904), e por Inácio Evaristo Monteiro, seu presidente de 1917 a 1929. Ao concluir o seu mandato, como presidente, o Dr. Clóvis Bezerra Cavalcanti assumiu o cargo de Vice-Governador, a que voltaria depois, como substituto eventual e sucessor do Governador Tarcísio de Miranda Burity.

SÉTIMA LEGISLATURA
(1971-1975)

Com a vigência da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967 o número dos integrantes da Assembléia Legislativa passou a ser de vinte e quatro deputados estaduais, que correspondia ao triplo da nossa representação na Câmara Federal, de acordo com o disposto no § 6º, Art. 13, da citada Constituição. Esses deputados, eleitos a 15 de novembro de 1970, foram empossados a 1 de fevereiro do ano seguinte, data da instalação da sétima legislatura, constituída dos seguintes parlamentares:

a) ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL

01. Múcio Sátyro Wanderley
02. Edme Tavares de Albuquerque
03. Jonas Leite Chaves
04. José Lacerda Neto
05. Inácio Bento de Morais
06. Eilzo Nogueira Matos
07. Edvaldo Fernandes Mota
08. Francisco de Assis Camelo
09. Américo Sérgio Maia
10. Francisco Pereira Vieira
11. Waldir Lyra dos Santos Lima
12. Egídio Silva Madruga
13. Luiz Ferreira de Barros
14. Jader Soares Pimentel
15. Euvaldo da Silva Brito

b) MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

01. Orlando Augusto César de Almeida
02. José Afonso Gayoso de Sousa
03. Inácio Pedrosa Sobrinho
04. Ananias Pordeus Gadelha
05. Laércio Pires de Sousa
06. José Alves de Lira
07. José Fernandes de Lima
08. Rui de Andrade Gouveia
09. Sebastião Calixto de Araújo.

A representação desses partidos políticos, salvo uma única modificação, manteve-se inalterada em todo o decurso da legislatura, mesmo

porque novas disposições constitucionais vedavam a convocação de suplentes para preenchimento das vagas resultantes de afastamento de deputados em gozo de licença; só ocorreria convocação em caso de vaga por morte do parlamentar, ou no caso da sua renúncia, ou, ainda, quando se verificasse a investidura de deputados em cargo de Secretário de Estado. Não havendo ocorrido nenhum desses casos permaneceram todos os deputados em exercício, até o final da legislatura, com exceção do Deputado Jonas Leite Chaves que obteve licença para participar do curso de pós-graduação em Administração na Escola de Administração de Empresa da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. Logo no início da legislatura o Deputado Ananias Pordeus Gadelha oficializou o seu desligamento do MDB, passando a integrar a bancada da Arena, dando ao partido governista a desejada maioria de dois terços, de tanta significação para as decisões legislativas. O Deputado Francisco Pereira Vieira, apesar de eleito, em 1972, para a Prefeitura Municipal de Pombal, permaneceu na Assembléia, sob os protestos da bancada do MDB e do primeiro suplente do seu próprio partido. No decorrer dessa legislatura funcionaram como líderes o Deputado José Fernandes de Lima, da bancada do MDB, e o Deputado Edme Tavares de Albuquerque, do governo e da bancada arenista. Esse deputado, dentre os integrantes da legislatura, foi o único que se projetou a nível nacional, como nosso representante na Câmara Federal, eleito deputado federal, em duas legislaturas.

Os debates travados em plenário cingiram-se, como sempre, aos problemas relacionados com as eleições municipais de 1972 e com assuntos ligados à economia paraibana, não faltando os inflamados discursos de crítica aos atos da administração estadual. Os parlamentares, apesar da nova ordem imposta ao funcionamento do legislativo, desempenharam as suas funções com integridade e espírito público, encaminhando projetos de interesse para as populações dos seus municípios na preocupação de oferecer melhores condições de vida ao povo paraibano.

A 15 de março de 1971 a Assembléia deu posse ao Dr. Ernani Ayres Sátyro e Sousa, como Governador, e ao Dr. Clóvis Bezerra Cavalcanti, como Vice-Governador. Dois dias depois aprovou a indicação do Dr. Dorgival Terceiro Neto para a Prefeitura da Capital. A 3 de outubro de 1974 voltou a Assembléia a se reunir como Colégio Eleitoral para escolha do novo Governador do Estado. Foram eleitos, como candidatos apresentados pela Arena, os Drs. Ivan Bichara Sobreira e Dorgival Terceiro Neto para os cargos de Governador e Vice-Governador, respectivamente. Obtiveram eles dezesseis votos, havendo seis abstenções de deputados emedebistas que preferiram não apresentar candidatos. Dois deputados não compareceram à sessão. Com a indicação do Dr. Dorgival

Terceiro Neto para o cargo de Vice-Governador foi escolhido pelo Governador Ernani Sátyro para a Prefeitura da Capital o Economista Luis Alberto Moreira Coutinho, que teve a sua indicação aprovada pela Assembléia, a 30 de julho de 1974.

Foi discutida e votada matéria convertida em numerosas leis referentes às atividades dos órgãos da administração estadual, além de várias emendas constitucionais que reformaram e deram nova redação a diversos artigos da nossa carta, versando especificamente sobre o funcionamento do Poder Legislativo, a composição das Câmaras Municipais, ao Ministério Público e eleição de Prefeitos Municipais. Coube, ainda, aos integrantes dessa legislatura, a responsabilidade de reformar a Constituição Estadual, tendo a Mesa designado a 8 de outubro de 1973, uma Comissão Especial composta dos Deputados Edme Tavares de Albuquerque, Eilzo Nogueira Matos, Euvaldo da Silva Brito, José Fernandes de Lima e José Afonso Gayoso de Sousa, com a finalidade de estudar e propor a reforma que se anunciava. No mesmo ano, em sessão realizada a 29 de novembro, foram eleitos os Deputados Edme Tavares de Albuquerque, Egídio Silva Madruga, Jonas Leite Chaves e Américo Sérgio Maia para, como delegados da Assembléia, participarem do Colégio Eleitoral que escolheu o General Ernesto Geisel para a Presidência da República.

Com a vigência da Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, foi fixado em dois anos o mandato dos membros da Mesa dos órgãos legislativos de todo o país, vedada a reeleição para a Mesa subseqüente. A partir de 1971 o órgão diretor da Assembléia Legislativa passou, em cumprimento a essas disposições constitucionais, a ser eleito com a incumbência de dirigir os trabalhos da Casa de Epitácio Pessoa durante duas sessões legislativas. No decorrer dessa legislatura a Mesa foi composta dos seguintes deputados.

PRIMEIRA E SEGUNDA SESSÕES LEGISLATIVAS
(1971 – 1972)

- Jonas Leite Chaves – Presidente
- Américo Sérgio Maia – Primeiro Vice-Presidente
- Jáder Soares Pimentel – Segundo Vice-Presidente
- Euvaldo da Silva Brito – Primeiro Secretário
- Inácio Bento de Morais – Segundo Secretário
- Francisco Pereira Vieira – Terceiro Secretário
- Luiz Ferreira de Barros – Quarto Secretário.

Na gestão do Presidente Jonas Leite Chaves a Assembléia passou a se interessar por promoções ligadas à economia paraibana, tornando

efetiva a sua participação no debate de problemas tantas vezes levados ao plenário através de pronunciamentos de deputados interessados na defesa dos nossos principais produtos, em relação à sua cultura ou à sua comercialização. No ano de 1971 foi realizado em Patos o I Simpósio do Algodão e, logo depois, o I Seminário de Avaliação do Desenvolvimento Agropecuário do Nordeste. Este último, realizado na capital paraibana entre os dias 3 e 7 de novembro, alcançou extraordinária repercussão nos meios de produção agrícola da região. Seus principais objetivos foram:

a) Formular uma clara interpretação do estágio da agricultura no Nordeste;
b) Avaliar a eficiência da política de desenvolvimento agrícola regional, nos últimos anos;
c) Estruturar um conjunto de proposições de política econômica, visando a acelerar o processo de desenvolvimento agrícola; e
d) Informar e oferecer subsídios ao Poder Legislativo visando à criação de uma consciência política sobre o desenvolvimento econômico do Nordeste.

Acolhendo velha aspiração da Assembléia Legislativa o Governador Ernani Sátyro iniciou a construção do prédio do Poder Legislativo, demolindo o velho e histórico edifício do jornal "A União" para dar lugar à moderna sede da Casa de Epitácio Pessoa, antiga reivindicação dos parlamentares conterrâneos.

TERCEIRA E QUARTA SESSÕES LEGISLATIVAS (1973-1974)

- Egídio Silva Madruga – Presidente
- Francisco de Assis Camelo – Primeiro Vice-Presidente
- Eilzo Nogueira Matos – Segundo Vice-Presidente
- Ananias Pordeus Gadelha – Primeiro Secretário
- José Lacerda Neto – Segundo Secretário
- Edme Tavares de Albuquerque – Terceiro Secretário
- Múcio Sátyro Wanderley – Quarto Secretário.

Ao ser proclamada o resultado da eleição da Mesa o Deputado Eilzo Nogueira Matos, escolhido pelos seus pares para a Segunda Vice-Presidência, declarou que deixava de tomar posse porque não fora consultado, renunciando, conseqüentemente, ao cargo para o qual fora eleito. No decorrer das duas sessões legislativas não se procedeu a eleição para preenchimento da vaga. Essa situação se estendeu até o final da legislatura.

A passagem do Deputado Egídio Silva Madruga pela Presidência

da Assembléia Legislativa ficou assinalada pela construção do moderno edifício do Poder Legislativo, a que não faltou a sua permanente dedicação e interesse junto ao governo do Estado. Ao inaugurá-lo, a 15 de novembro de 1973, o Governador Ernani Sátyro declarou – "Ninguém me pediu. Ninguém me exigiu. Ninguém me sugeriu aquilo que era já uma predestinação de minha atividade à frente do Governo da Paraíba – construir o prédio da Assembléia Legislativa do Estado. Cumpri, por conseguinte, aquilo para que fui destinado: homem do Legislativo, homem do Judiciário, homem do Executivo, não podia ser mais fiel às minhas origens, não podia ser mais coerente com minha formação de que fazendo isso que fiz: construir o prédio da Assembléia Legislativa da Paraíba".

O Arquiteto Tertuliano Dionísio, autor do projeto, definiu as linhas básicas da construção, declarando – "A localização do prédio, em frente à Praça João Pessoa, onde já se encontrava o Palácio do Governo e o Palácio da Justiça, foi ideal, para completar-se, assim, o caráter cívico de uma praça, levando-se para lá o terceiro poder democrático. Parece-nos que, para enquadrar-se conscientemente na paisagem urbana, o prédio deveria ter formato regular, coincidindo o seu eixo principal com o da praça fronteiriça, e mantendo um gabarito equivalente ao dos prédios já existentes na periferia da mesma".

A revista "O Legislativo" (edição de março de 1975), publicou um artigo do jornalista Wills Leal, descrevendo o significado artístico dos dois painéis colocados na parte externa e na entrada principal do edifício:

"O Mural de Flávio Tavares (6,20 X 2 metros), em madeira naval, permitindo-se, assim, durabilidade, resistência e excelente conservação, a óleo, segue bem de perto a tradição da pintura barroca tão bem presente nos nossos principais monumentos religiosos. Localizado no "hall" principal do Edifício, conta como todas as obras do consagrado pintor paraibano, com uma visão do fantástico nordestino, destacando-se figuras nuas envolvidas na vegetação tropical, com uma cromática luminosa de cores quase pura.

O painel tem, estruturalmente, quatro etapas, isto é, uma espécie de seqüência histórica, oferecendo instantes de nossa evolução. No primeiro momento, é a luta entre o gentio e os portugueses; no segundo os primeiros contatos; no terceiro, o acordo, e, finalmente, o último, é a própria construção da cidade. Tendo como pano-de-fundo o rio Sanhauá e, logo após uma cadeia de montanhas, o que se destacam, com grande força de expressão é a vegetação e personagens bem típicos. A obra não tem a menor preocupação com o rigor da moda (estilo de vestimentos, por exemplo), dos costumes, ou mesmo a diferenciação de

culturas. O seu objetivo foi oferecer uma visão o mais possível livre dos primeiros momentos da história paraibana, sem qualquer apego a tipos ou mesmo detalhes figurativamente realistas.

O centro do painel é dominado por uma Santa (N. S. das Neves?), tendo aos pés, em formas pouco simbólicas, frutas tropicais, envoltas com composições barrocas, tão ao gosto dos primeiros artistas plásticos barrocos aqui chegados no início do século XVII. Em realidade, o que se pretende visualizar é a idéia de que a cidade, como todo o país, esteve sempre sob o domínio da religião católica, da exaltação dos seus santos. Tem desenvolvimento em quatro movimentos: no primeiro, a luta (a guerra), onde há ritmo próprio, uma linguagem bem figurada, com dominância de cores fortes. O momento seguinte – mostrando tranqüilidade, ainda com visões de dúvidas aparentes, pois o invasor é uma realidade – o domínio é do romântico (influência de Rosseau?), do ingênuo. O que bem se destaca é a troca de presentes. As cores são agora bem claras, há um maior detalhamento. O terceiro movimento apresenta mais conscientização, pretende mostrar as cenas do pacto, do acordo do invasor com Piragibe. Os personagens são vistos em pé de igualdade. Em tese, segue a mesma linha estética anterior, do qual é, em realidade, uma continuação. Com o último, temos a volta do clima do primeiro, onde luta, em termos de armas, cede lugar para que a ação-trabalho, onde o português utiliza o índio para os afazeres de construção. E a fixação dos primeiros passos para a implantação da civilização católica-cristã no solo paraibano.

O trabalho de Raul Córdula é bem mais simples, mais compacto. "No meu conjunto de trabalhos – explica o artista – para a Assembléia Legislativa, o ponto de partida foi a própria arquitetura de Tertuliano Dionísio que, com uma fachada fortíssima, já me propunha (e me limitava) um motivo evidente: o semi-círculo que forma os arcos de inspiração Neo-Clássica". O Mural, com 8 por 3,60 metros, é uma espécie de "flash" sobre o povo, para o qual foi edificado o prédio. A segunda preocupação do artista foi a escolha do tema. Escolhido (o povo), faltou, apenas, o trabalho dos elementos da composição. Raul foi buscar na visão de nossos mais ilustres intelectuais (José Américo, por exemplo), o "clima" para sua obra. É ele quem informa: "penso que é na Assembléia que o povo participa do Poder. A cidade, numa breve visão, é o povo, é a vida. Sobre a cidade muito bonito, é o que diz José Américo: "Mais vegetal que urbana" e o nosso poeta Jomar Souto – "A Capital das Acácias"... e muitos outros que cantam a cidade como vegetal me deram a ÁRVORE como símbolo da CIDADE, de nossa cidade de João Pessoa. Árvore também é símbolo de PAZ. Precisei de um símbolo de liberdade e achei-o, pássaro. Evidentemente, completei-o com

um círculo, que é poder e absoluto. Tive, assim, PAZ, LIBERDADE e o ENVOLVIMENTO do círculo".

O último problema – explica – foi a aplicação deste programa. Para a fachada, o Aço INOX me pareceu ótimo pela sua resposta como material novo propício ao "dessign" proposto. O "Dessign" se desenvolve na calçada e num mural não executado por falta de tempo, na parte posterior do edifício e será em relevos de concreto".

O Governador Ernani Sátyro, como realizador do grande empreendimento, procurou eternizar aquele instante inaugural com a emoção que o dominou, inscrevendo, em caracteres de bronze, colocados no **hall** do edifício, as palavras que lembrarão à posteridade, aquela grande realização do seu governo:

> ESTA OBRA É FRUTO DA INTEGRAÇÃO DO MEU GOVERNO COM O PODER LEGISLATIVO.
> SAÚDO A CASA DE EPITÁCIO PESSOA, NO DIA EM QUE SE INSTALA, COM DIGNIDADE, NO SEU PALÁCIO DEFINITIVO, COM A MESMA EMOÇÃO QUE ME DOMINOU, AINDA MOÇO, AO ASSUMIR O MANDATO DE DEPUTADO ESTADUAL CONSTITUINTE.
> DEPOIS DE PASSAR PELOS TRÊS PODERES REPUBLICANOS, MEU ESPÍRITO PERMANECE AQUI, COMO LEGISLADOR QUE NUNCA DEIXEI DE SER.

OITAVA LEGISLATURA
(1975-1979)

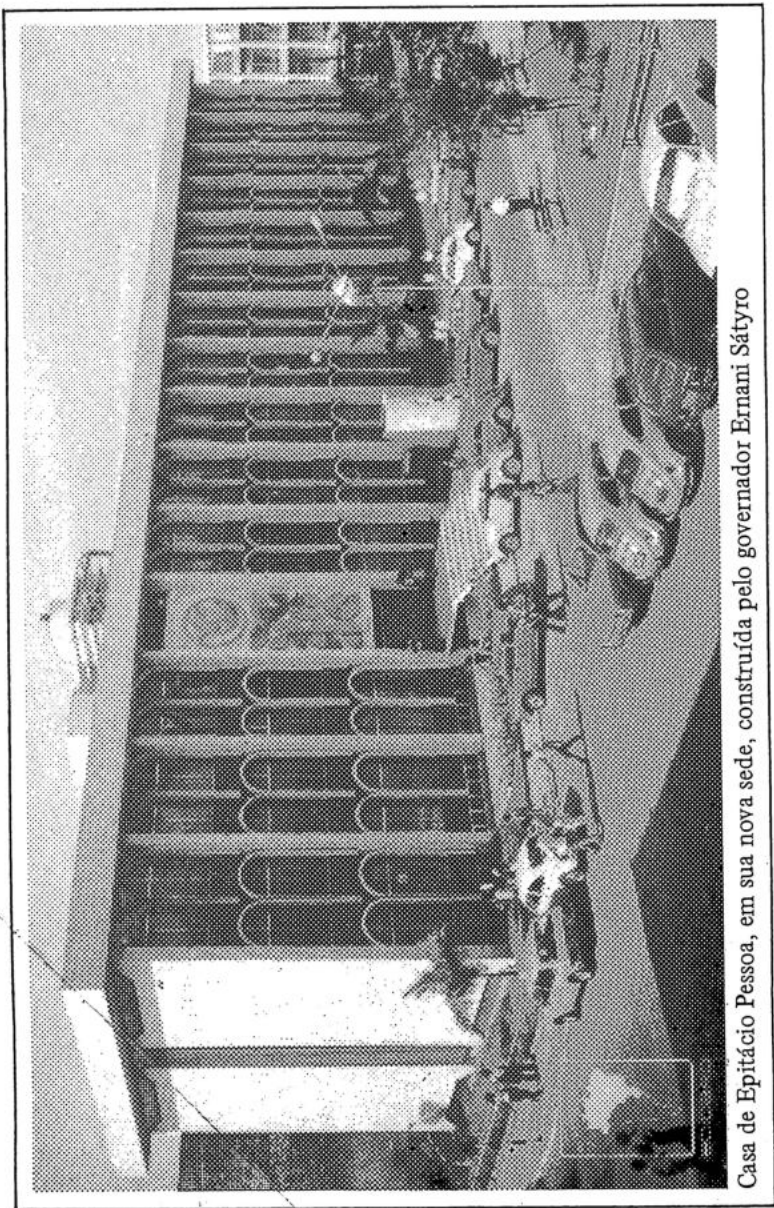
O número de deputados estaduais eleitos para essa legislatura passou de vinte e quatro para trinta e três, correspondendo ao triplo da nossa representação na Câmara Federal, também elevado de oito para onze deputados. A 15 de novembro de 1974 foram eleitos, como integrantes da oitava legislatura, os seguintes deputados:

a) ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL
   01. Enivaldó Ribeiro
   02. Evaldo Gonçalves de Queiroz
   OK 03. Edme Tavares de Albuquerque
   04. José Lacerda Neto
   05. Severino Ramalho Leite
   06. Francisco Soares de Sá
   07. Francisco Pereira Vieira
   08. Francisco de Assis Camelo

 OBS.: JOÃO BOSCO BRAGA BARRETO, FALECEU EM CAJAZEIRAS, A 18 DE JUNHO DE 2002, DE CA

OK 09. Antônio Nominando Diniz
10. João Juraci Palhano Freire
11. Egídio Silva Madruga
12. Ananias Pordeus Gadelha
13. Waldir Lyra dos Santos Lima
OK 14. Inácio Bento de Morais
15. Américo Sérgio Maia
OK 16. Manuel Alceu Gaudêncio
17. José Soares Madruga
OK 18. Antônio Leite Montenegro
OK 19. Edvaldo Fernandes Mota
20. Luiz Ferreira de Barros
21. Nilo Feitosa Mayer Ventura
22. Sócrates Pedro de Melo.

b) MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
01. Inácio Pedrosa Sobrinho
02. José Alves de Lira
03. Paulo de Tasso Benevides Gadelha
04. Orlando Augusto César de Almeida
05. Padre Levi Rodrigues de Oliveira
OK 06. José Fernandes de Lima
07. João Bosco Braga Barreto
08. Rui de Andrade Gouveia
09. Antônio Waldir Bezerra Cavalcanti
10. Laércio Pires de Sousa
11. Gustavo Amorim

O Deputado Gustavo Amorim, do Movimento Democrático Brasileiro, faleceu após a sua diplomação pelo Tribunal Regional Eleitoral. Como seu substituto foi empossado, a 1 de fevereiro de 1975, o Primeiro Suplente Francisco Muniz Medeiros (Frei Marcelino Medeiros). Na bancada da Arena a única alteração verificada durante a legislatura foi em decorrência da renúncia do Deputado Enivaldo Ribeiro, eleito Prefeito Municipal de Campina Grande no pleito realizado a 15 de novembro de 1976. O Primeiro Suplente da Arena, Severino Pereira Gomes, eleito Prefeito Municipal de Picuí, preferiu exercer aquele cargo, dando oportunidade ao Segundo Suplente Tarcísio Telino de Lacerda que, empossado a 1 de fevereiro de 1977, passou à condição de titular. A bancada da Arena teve como líder o Deputado Antônio Nominando Diniz e, posteriormente, o Deputado Evaldo Gonçalves de Queiroz. O MDB foi liderado pelo Deputado José Fernandes de Lima. Dos integran-

Casa de Epitácio Pessoa, em sua nova sede, construída pelo governador Ernani Sátyro

tes dessa legislatura dois deles tiveram oportunidade de representar a Paraíba no Congresso Nacional: o Deputado João Juracy Palhano Freire que, como suplente do Partido Social Democrático, substituiu o Deputado Ernani Aires Sátyro Sousa, falecido a 8 de maio de 1986, e o Deputado João Bosco Braga Barreto, eleito primeiro suplente do Senador Humberto Coutinho de Lucena a 15 de novembro de 1978. Apesar dessa condição não teve oportunidade de ser convocado, quebrando-se, por conseguinte, a tradição mantida pela representação paraibana no Senado da República, desde 1946.

Logo no início da legislatura, em sessão solene realizada a 15 de março de 1975, a Assembléia deu posse ao Dr. Ivan Bíchara Sobreira, como Governador do Estado, e ao Dr. Dorgival Terceiro Neto, como Vice-Governador. Cinco dias depois aprovou a indicação do Dr. Hermano Augusto de Almeida para a Prefeitura da Capital. A 14 de agosto de 1978 tomou conhecimento da renúncia do Governador Ivan Bichara Sobreira em virtude de sua desincompatibilização como candidato a Senador da República pela legenda da Arena. No mesmo dia deu posse ao seu sucessor, Dr. Dorgival Terceiro Neto.

O Governador Ivan Bichara Sobreira criou um clima de entendimento entre os auxiliares do seu governo e os deputados da oposição, recebendo, nos dois primeiros anos da sua administração, a colaboração da bancada emedebista na aprovação de projetos de interesse do governo estadual. Em 1978, com a crise política decorrente da escolha do novo governador do Estado, passou a Assembléia a ser tomada pelo ambiente de agitação que dominava as facções arenistas interessadas no problema sucessório. A dissidência de parlamentares situacionistas liderados pelo Deputado Antônio Mariz, virtual candidato ao governo estadual, concorreu sobremodo para agravamento dessa situação com os acalorados discursos pronunciados em plenário, notadamente nos dias que antecederam à convocação da Arena, quando foi escolhido o então Secretário de Educação e Cultura, Professor Tarcísio de Miranda Burity, como candidato a governador, previamente indicado pelo comando político do partido, em Brasília.

A 1 de setembro de 1978 a Assembléia voltou a se reunir, como colégio eleitoral para escolha do governador e vice governador. Esse colégio eleitoral, de acordo com o disposto na Emenda Constitucional nº 8, de 1977, compunha-se dos membros da Assembléia Legislativa e de delegados das Câmaras Municipais, representadas por dois dos seus membros. Estiveram presentes a essa eleição todos os deputados arenistas, com exceção de um dos dissidentes que preferiu manter-se alheio ao pleito, e os delegados das Câmaras Municipais dominadas pelo partido governista. Os deputados e vereadores do MDB não participaram da

PRESIDENTES DA ASSEMBLÉIA

Waldir Lira dos Santos Lima
1965 – 1966
1975 – 1976

Jonas Leite Chaves
1971 – 1972

Egídio Silva Madruga
1973 – 1974

Antônio Nominando Diniz
1977 – 1978

eleição, declarando a sua abstenção por não concordarem com o processo eleitoral adotado. O Professor Tarcísio de Miranda Burity, como candidato único a concorrer nessa eleição, obteve trezentos e seis votos.

Numerosos projetos discutidos e aprovados durante essa legislatura, foram convertidos em emendas constitucionais, resoluções da Mesa, leis complementares, leis ordinárias e decretos legislativos que refletiram as aspirações do povo paraibano na concessão de títulos de cidadania, criação de escolas de primeiro e segundo graus, criação de comarcas e distritos judiciários, denominação de estabelecimentos oficiais de ensino. Duas dessas leis revestiram-se de maior significado para a estrutura administrativa do Estado, como a de nº 3.779, de 27 de maio de 1975, que autorizou a criação da sociedade de economia mista denominada Paraíba Turismo S/A – PB-TUR, e a de nº 4.034, de 20 de dezembro de 1978, que autorizou a instituição da Empresa Estadual de Pesquisa Agronômica da Paraíba – EMEPA.

Os trabalhos legislativos e as atividades administrativas dos órgãos integrantes da Assembléia foram dirigidos pelas duas Mesas dessa legislatura, integradas pelos seguintes deputados:

PRIMEIRA E SEGUNDA SESSÕES LEGISLATIVAS
(1975 – 1976)

- Waldir Lyra dos Santos Lima – Presidente
- Américo Sérgio Maia – Primeiro Vice-Presidente
- Inácio Pedrosa Sobrinho – Segundo Vice-Presidente
- Evaldo Gonçalves de Queiroz – Primeiro Secretário
- Orlando Augusto César de Almeida – Segundo Secretário
- Sócrates Pedro de Melo – Terceiro Secretário
- João Juracy Palhano Freire – Quarto Secretário.

A eleição dos membros dessa Mesa refletiu o clima de entendimento estabelecido pelo Governador Ivan Bichara Sobreira, ao iniciar a sua administração. A oposição passou a integrar o órgão diretor da Assembléia com dois dos seus parlamentares exercendo uma vice-presidência e uma das secretarias mais importantes, responsável pela direção de parte dos trabalhos do poder legislativo.

TERCEIRA E QUARTA SESSÕES LEGISLATIVAS
(1977 – 1978)

- Antônio Nominando Diniz – Presidente
- Francisco de Assis Camelo – Primeiro Vice-Presidente
- Francisco Muniz Medeiros (Frei Marcelino) – Segundo Vice-Presidente

Sessão solene da Assembléia Legislativa – 1976

- Edme Tavares de Albuquerque – Primeiro Secretário
- Laércio Pires de Sousa – Segundo Secretário
- Edvaldo Fernandes Mota – Terceiro Secretário
- José Lacerda Neto – Quarto Secretário.

Prevaleceu, ainda, na eleição dessa Mesa, o clima de entendimento mantido pelas duas bancadas. O Movimento Democrático Brasileiro continuou com os cargos que obtivera na composição da Mesa anterior, como conseqüência natural da manutenção do acordo para escolha de uma Mesa eclética.

NONA LEGISLATURA
(1979 – 1983)

A 15 de novembro de 1978 foram realizadas as eleições para a Assembléia Legislativa e Congresso Nacional, ainda de acordo com a organização política que adotou o bi-partidarismo. As legendas da Arena e MDB já estavam com os seus dias contados, aguardando a reforma partidária que já se esboçava nos gabinetes ministeriais de Brasília. Nessas eleições foram escolhidos os seguintes deputados estaduais.

a) ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL

01. Afrânio Ataíde Bezerra Cavalcanti
02. Evaldo Gonçalves de Queiroz
03. Edme Tavares de Albuquerque
04. Francisco de Assis Camelo
05. Francisco Pereira Vieira
06. Edvaldo Fernandes Mota
07. Inácio Bento de Morais
08. Eilzo Nogueira Matos
09. José Lacerda Neto
10. José Soares Madruga
11. Manuel Alceu Gaudêncio
12. Nilo Feitosa Mayer Ventura
13. Aeŕcio Pereira de Lima
14. Gilberto de Sá Sarmento
15. Fernando Paulo Carrilho Milanez
16. Egídio Silva Madruga

nandes Mota, Eilzo Nogueira Matos, Américo Sérgio Maia e Atêncio Bezerra Wanderley, este último egresso do MDB e os outros da Arena. A bancada do PDS passou a ser formada por antigos arenistas, com exceção dos três parlamentares já mencionados que se filiaram ao PP; a bancada do PMDB continuou com os que integravam a representação do MDB, exceto um dos seus membros que se incorporou ao PP. Esse quadro da nossa representação política manteve-se inalterado até o final da legislatura, quando, com a lei eleitoral de 1981, e, em virtude da proibição de coligação entre os partidos políticos então existentes, ocorreu a fusão do Partido Popular com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Os deputados do PP, conseqüentemente, passaram a integrar a bancada do PMDB, com exceção do Deputado Eilzo Nogueira Matos que se antecipou a essa reforma partidária, retornando à Arena, sua antiga agremiação partidária, posteriormente transformada em PDS. Esses partidos foram liderados pelos Deputados José Soares Madruga, da Arena e PDS; José Fernandes de Lima, do MDB e PMDB; e Edvaldo Fernandes Mota, do PP.

A 15 de março de 1979 a Assembléia Legislativa, em sessão solene, deu posse aos Doutores Tarcísio de Miranda Burity e Clóvis Bezerra Cavalcanti nos cargos de Governador do Estado e Vice Governador, respectivamente. Sete dias depois, a 22 daquele mês, aprovou a indicação do Conselheiro Damásio Barbosa da Franca para a Prefeitura Municipal da Capital. Nessa mesma legislatura, a 14 de maio de 1982, esteve reunida para tomar conhecimento da renúncia do Doutor Tarcísio de Miranda Burity que deixou o Governo do Estado para concorrer às eleições de 15 de novembro do mesmo ano como candidato a Deputado Federal. No mesmo dia, em sessão solene, deu posse ao Doutor Clóvis Bezerra Cavalcanti como Governador do Estado, a quem coube, na condição de vice Governador, concluir o quatriênio de 1979 a 1983.

Os deputados paraibanos, no decorrer dessa legislatura, discutiram e votaram projetos de indiscutível significado para as atividades administrativas do Estado, convertidos em numerosos decretos legislativos, resoluções da mesa, leis complementares, emendas constitucionais e leis ordinárias, valendo destacar, entre elas, a Lei nº 4.134, de 10 de janeiro de 1980, que criou a Caixa de Previdência Parlamentar do Estado da Paraíba – CAPEP; a Lei nº 4.183, de 7 de novembro de 1980, que criou a Secretaria de Energia e Recursos Minerais; e a Lei nº 4.195, de 10 de dezembro de 1980, que autorizou o Poder Executivo a instituir a "Fundação Casa de José Américo".

Os trabalhos legislativos foram dirigidos pelos deputados que integraram as duas Mesas, eleitas com o mandato de dois anos, na forma já adotada na legislatura anterior e de acordo com as disposições consti-

20. Américo Sérgio Maia
21. Sócrates Pedro de Melo
22. Antônio Quirino de Moura

b) MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
01. Álvaro Andréa Magliano
02. José Alves de Lira
03. Orlando Augusto César de Almeida
04. José Afonso Gayoso de Sousa
05. Antônio Waldir Bezerra Cavalcanti
06. Lourival Caetano Alves de Lima
07. Atêncio Bezerra Wanderley
08. Paulo de Tasso Benevides Gadelha
09. Inácio Pedrosa Sobrinho
10. José Fernandes de Lima
11. Adonis de Aquino Sales

Logo no início dessa legislatura o Deputado Edme Tavares de Albuquerque obteve licença especial para exercer o cargo de Secretário do Trabalho e Serviços Sociais, sendo substituído pelo Primeiro Suplente Severino Ramalho Leite, da Aliança Renovadora Nacional. Esse suplente permaneceu em exercício por quase toda a legislatura. O Segundo Suplente Antônio Leite Montenegro, também convocado, participou dos trabalhos da Assembléia, embora por pouco tempo. Na bancada do Movimento Democrático Brasileiro ocorreram algumas vagas em virtude de licenças requeridas por integrantes da bancada, dando oportunidade à convocação dos Suplentes Newton Pedrosa, Laércio Pires de Sousa, Francisco Muniz Medeiros – Frei Marcelino e Ademar Teotônio Leite. O Segundo Suplente do MDB, João Fernandes da Silva, que era vereador em Campina Grande quando convocado, preferiu permanecer em sua cidade, renunciando, consequentemente, à sua condição de suplente.

No decorrer da primeira sessão legislativa verificou-se total transformação nos quadros da representação política da Assembléia Legislativa, em face da reforma partidária de 1979 que extinguiu a Aliança Renovadora Nacional e o Movimento Democrático Brasileiro e permitiu a criação de novos partidos. A Arena foi substituída pelo Partido Democrático Social, tendo o MDB adotado a denominação de Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Além dessas duas agremiações políticas foi instituído na Assembléia o Partido Popular, legenda que acolheu os dissidentes arenistas que obedeciam à orientação do Ministro João Agripino Filho.

A bancada do PP foi constituída pelos Deputados Edvaldo Fer-

- Evaldo Gonçalves de Queiroz – Presidente
- Francisco Pereira Vieira – Primeiro Vice-Presidente
- Manuel Alceu Gaudêncio – Segundo Vice-Presidente
- Egídio Silva Madruga – Primeiro Secretário
- Múcio Wanderley Sátyro – Segundo Secretário
- Nilo Feitosa Mayer Ventura – Terceiro Secretário
- João Juracy Palhano Freire – Quarto Secretário.

Esta Mesa, como se vê, era composta exclusivamente por deputados arenistas, ou pedessistas. Representava o predomínio do partido governista que conseguira eleger dois terços da Assembléia, o que lhe dava a vantagem de tomar as decisões que melhor consultassem os seus interesses políticos, dispondo de uma maioria poucas vezes verificadas ao longo da história do nosso legislativo.

TERCEIRA E QUARTA SESSÕES LEGISLATIVAS
(1981 – 1982)

- Fernando Paulo Carrilho Milanez – Presidente
- Atêncio Bezerra Wanderley – Primeiro Vice-Presidente
- José Afonso Gayoso de Sousa – Segundo Vice-Presidente
- José Lacerda Neto – Primeiro Secretário
- Orlando Augusto César de Almeida – Segundo Secretário
- Aércio Pereira de Lima – Terceiro Secretário
- Álvaro Andréa Magliano – Quarto Secretário.

O PDS, apesar da sua cômoda e indiscutível maioria, não conseguiu eleger a chapa indicada pelo Governador do Estado. Alguns deputados pedessistas discreparam da orientação governamental e formalizaram um acordo com a oposição para escolha dos membros da Mesa. Em conseqüência desse acordo os dissidentes do PDS ficaram com a Presidência, Primeira e Terceira Secretarias, cabendo ao PMDB os demais cargos da Mesa.

Os integrantes da Mesa, sob a supervisão administrativa do Presidente Fernando Paulo Carrilho Milanez, desenvolveram um eficiente trabalho que resultou em melhor disciplinamento dos encargos atribuídos ao órgão diretor da Assembléia, assinalando-se, como uma das suas maiores realizações a aquisição do prédio em que funcionou o Ho-

- Edme Tavares de Albuquerque – Primeiro Secretário
- Laércio Pires de Sousa – Segundo Secretário
- Edvaldo Fernandes Mota – Terceiro Secretário
- José Lacerda Neto – Quarto Secretário.

Prevaleceu, ainda, na eleição dessa Mesa, o clima de entendimento mantido pelas duas bancadas. O Movimento Democrático Brasileiro continuou com os cargos que obtivera na composição da Mesa anterior, como conseqüência natural da manutenção do acordo para escolha de uma Mesa eclética.

NONA LEGISLATURA (1979 – 1983)

A 15 de novembro de 1978 foram realizadas as eleições para a Assembléia Legislativa e Congresso Nacional, ainda de acordo com a organização política que adotou o bi-partidarismo. As legendas da Arena e MDB já estavam com os seus dias contados, aguardando a reforma partidária que já se esboçava nos gabinetes ministeriais de Brasília. Nessas eleições foram escolhidos os seguintes deputados estaduais.

a) ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL

01. Afrânio Ataíde Bezerra Cavalcanti
02. Evaldo Gonçalves de Queiroz
03. Edme Tavares de Albuquerque
04. Francisco de Assis Camelo
05. Francisco Pereira Vieira
06. Edvaldo Fernandes Mota
07. Inácio Bento de Morais
08. Eilzo Nogueira Matos
09. José Lacerda Neto
10. José Soares Madruga
11. Manuel Alceu Gaudêncio
12. Nilo Feitosa Mayer Ventura
13. Aefcio Pereira de Lima – (1)
14. Gilberto de Sá Sarmento
15. Fernando Paulo Carrilho Milanez
16. Egídio Silva Madruga
17. Luiz Ferreira de Barros
18. Múcio Wanderley Sátyro
19. João Juracy Palhano Freire

(1) FALECEU EM J. PESSOA, NO DIA 12-02-2008.

20. Américo Sérgio Maia
21. Sócrates Pedro de Melo
OK 22. Antônio Quirino de Moura

b) MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
01. Álvaro Andréa Magliano
02. José Alves de Lira
03. Orlando Augusto César de Almeida
04. José Afonso Gayoso de Sousa
05. Antônio Waldir Bezerra Cavalcanti
06. Lourival Caetano Alves de Lima
07. Atêncio Bezerra Wanderley
08. Paulo de Tasso Benevides Gadelha
09. Inácio Pedrosa Sobrinho
OK 10. José Fernandes de Lima
11. Adonis de Aquino Sales

Logo no início dessa legislatura o Deputado Edme Tavares de Albuquerque obteve licença especial para exercer o cargo de Secretário do Trabalho e Serviços Sociais, sendo substituído pelo Primeiro Suplente Severino Ramalho Leite, da Aliança Renovadora Nacional. Esse suplente permaneceu em exercício por quase toda a legislatura. O Segundo Suplente Antônio Leite Montenegro, também convocado, participou dos trabalhos da Assembléia, embora por pouco tempo. Na bancada do Movimento Democrático Brasileiro ocorreram algumas vagas em virtude de licenças requeridas por integrantes da bancada, dando oportunidade à convocação dos Suplentes Newton Pedrosa, Laércio Pires de Sousa, Francisco Muniz Medeiros – Frei Marcelino e Ademar Teotônio Leite. O Segundo Suplente do MDB, João Fernandes da Silva, que era vereador em Campina Grande quando convocado, preferiu permanecer em sua cidade, renunciando, consequentemente, à sua condição de suplente.

No decorrer da primeira sessão legislativa verificou-se total transformação nos quadros da representação política da Assembléia Legislativa, em face da reforma partidária de 1979 que extinguiu a Aliança Renovadora Nacional e o Movimento Democrático Brasileiro e permitiu a criação de novos partidos. A Arena foi substituída pelo Partido Democrático Social, tendo o MDB adotado a denominação de Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Além dessas duas agremiações políticas foi instituído na Assembléia o Partido Popular, legenda que acolheu os dissidentes arenistas que obedeciam à orientação do Ministro João Agripino Filho.

A bancada do PP foi constituída pelos Deputados Edvaldo Fer-

nandes Mota, Eilzo Nogueira Matos, Américo Sérgio Maia e Atêncio Bezerra Wanderley, este último egresso do MDB e os outros da Arena. A bancada do PDS passou a ser formada por antigos arenistas, com exceção dos três parlamentares já mencionados que se filiaram ao PP; a bancada do PMDB continuou com os que integravam a representação do MDB, exceto um dos seus membros que se incorporou ao PP. Esse quadro da nossa representação política manteve-se inalterado até o final da legislatura, quando, com a lei eleitoral de 1981, e, em virtude da proibição de coligação entre os partidos políticos então existentes, ocorreu a fusão do Partido Popular com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Os deputados do PP, conseqüentemente, passaram a integrar a bancada do PMDB, com exceção do Deputado Eilzo Nogueira Matos que se antecipou a essa reforma partidária, retornando à Arena, sua antiga agremiação partidária, posteriormente transformada em PDS. Esses partidos foram liderados pelos Deputados José Soares Madruga, da Arena e PDS; José Fernandes de Lima, do MDB e PMDB; e Edvaldo Fernandes Mota, do PP.

A 15 de março de 1979 a Assembléia Legislativa, em sessão solene, deu posse aos Doutores Tarcísio de Miranda Burity e Clóvis Bezerra Cavalcanti nos cargos de Governador do Estado e Vice Governador, respectivamente. Sete dias depois, a 22 daquele mês, aprovou a indicação do Conselheiro Damásio Barbosa da Franca para a Prefeitura Municipal da Capital. Nessa mesma legislatura, a 14 de maio de 1982, esteve reunida para tomar conhecimento da renúncia do Doutor Tarcísio de Miranda Burity que deixou o Governo do Estado para concorrer às eleições de 15 de novembro do mesmo ano como candidato a Deputado Federal. No mesmo dia, em sessão solene, deu posse ao Doutor Clóvis Bezerra Cavalcanti como Governador do Estado, a quem coube, na condição de vice Governador, concluir o quatriênio de 1979 a 1983.

Os deputados paraibanos, no decorrer dessa legislatura, discutiram e votaram projetos de indiscutível significado para as atividades administrativas do Estado, convertidos em numerosos decretos legislativos, resoluções da mesa, leis complementares, emendas constitucionais e leis ordinárias, valendo destacar, entre elas, a Lei nº 4.134, de 10 de janeiro de 1980, que criou a Caixa de Previdência Parlamentar do Estado da Paraíba – CAPEP; a Lei nº 4.183, de 7 de novembro de 1980, que criou a Secretaria de Energia e Recursos Minerais; e a Lei nº 4.195, de 10 de dezembro de 1980, que autorizou o Poder Executivo a instituir a "Fundação Casa de José Américo".

Os trabalhos legislativos foram dirigidos pelos deputados que integraram as duas Mesas, eleitas com o mandato de dois anos, na forma já adotada na legislatura anterior e de acordo com as disposições consti-

tucionais então em vigor. Essas Mesas foram compostas pelos seguintes deputados:

PRIMEIRA E SEGUNDA SESSÕES LEGISLATIVAS
(1979 – 1980)

- Evaldo Gonçalves de Queiroz – Presidente
- Francisco Pereira Vieira – Primeiro Vice-Presidente
- Manuel Alceu Gaudêncio – Segundo Vice-Presidente
- Egídio Silva Madruga – Primeiro Secretário
- Múcio Wanderley Sátyro – Segundo Secretário
- Nilo Feitosa Mayer Ventura – Terceiro Secretário
- João Juracy Palhano Freire – Quarto Secretário.

Esta Mesa, como se vê, era composta exclusivamente por deputados arenistas, ou pedessistas. Representava o predomínio do partido governista que conseguira eleger dois terços da Assembléia, o que lhe dava a vantagem de tomar as decisões que melhor consultassem os seus interesses políticos, dispondo de uma maioria poucas vezes verificadas ao longo da história do nosso legislativo.

TERCEIRA E QUARTA SESSÕES LEGISLATIVAS
(1981 – 1982)

- Fernando Paulo Carrilho Milanez – Presidente
- Atêncio Bezerra Wanderley – Primeiro Vice-Presidente
- José Afonso Gayoso de Sousa – Segundo Vice-Presidente
- José Lacerda Neto – Primeiro Secretário
- Orlando Augusto César de Almeida – Segundo Secretário
- Aércio Pereira de Lima – Terceiro Secretário
- Álvaro Andréa Magliano – Quarto Secretário.

O PDS, apesar da sua cômoda e indiscutível maioria, não conseguiu eleger a chapa indicada pelo Governador do Estado. Alguns deputados pedessistas discreparam da orientação governamental e formalizaram um acordo com a oposição para escolha dos membros da Mesa. Em conseqüência desse acordo os dissidentes do PDS ficaram com a Presidência, Primeira e Terceira Secretarias, cabendo ao PMDB os demais cargos da Mesa.

Os integrantes da Mesa, sob a supervisão administrativa do Presidente Fernando Paulo Carrilho Milanez, desenvolveram um eficiente trabalho que resultou em melhor disciplinamento dos encargos atribuídos ao órgão diretor da Assembléia, assinalando-se, como uma das suas maiores realizações a aquisição do prédio em que funcionou o Ho-

tel Três Poderes para instalação de setores do poder legislativo que já não dispunham de condições para o exercício das suas atividades por absoluta falta de espaço físico no edifício-sede desse Poder.

Em sua gestão a Assembléia tomou a responsabilidade de promover dois grandes eventos que a distinguiram na valorização do seu prestígio, sediando nesta capital, o Simpósio sobre Problemas Nordestinos e a reunião da União Parlamentar Interestadual, convocada para o Nordeste.

DÉCIMA LEGISLATURA
(1983 – 1987)

Mantendo a mesma proporcionalidade do triplo da nossa representação na Câmara dos Deputados foram eleitos a 15 de novembro de 1982 os novos deputados estaduais, em número de trinta e seis. Foi a primeira eleição realizada após a reforma partidária de 1979, disputada pelo Partido Democrático Social, Partido do Movimento Democrático Brasileiro e Partido dos Trabalhadores, não tendo este último elegido nennum dos seus candidatos. Os outros dois partidos, que continuaram como maior expressão política a dividir o eleitorado paraibano, elegeram os seguintes deputados:

a) PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL

01. Afrânio Ataíde Bezerra Cavalcanti
02. José Lacerda Neto
03. Evaldo Gonçalves de Queiroz
04. José Soares Madruga
05. Vani Leite Braga Figueiredo
06. Francisco de Assis Camelo
07. Fernando Paulo Carrilho Milanez
08. Múcio Wanderley Sátyro
09. Egídio Silva Madruga
10. João Ribeiro
11. Aloysio Pereira Lima
12. Aércio Pereira de Lima
13. Nilo Feitosa Mayer Ventura
14. Carlos Marques Dunga
15. Raimundo Benevides Gadelha
16. Manuel Alceu Gaudêncio
17. Carlos Pessoa Filho
18. Francisco Pereira Vieira

(•) SEU ESPOSO FRANCISCO FIGUEIREDO - PROCURADOR DO ESTADO APOSENTADO FALCEU 28-05-2001 - SUICIDIO

19. Efraim de Araújo Morais
20. Severino Judivan Cabral
21. Francisco Evangelista de Freitas
22. Antônio Quirino de Moura

b) PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
01. Marcus Odilon Ribeiro Coutinho
02. José Luiz Júnior
03. Antônio Roberto Paulino
04. Antônio Waldir Bezerra Cavalcanti
05. José Fernandes de Lima
06. Jório de Lira Machado
07. Edvaldo Fernandes Mota
08. Américo Sérgio Maia
09. Clarence Pires de Sá
10. Severino Ramalho Leite
11. Orlando Augusto César de Almeida
12. Atêncio Bezerra Wanderley
13. José Alves de Lira
14. João Fernandes da Silva

Logo no início da administração do Governador Wilson Leite Braga foram nomeados os Deputados Fernando Paulo Carrilho Milanez e Francisco de Assis Camelo para exercerem, respectivamente, os cargos de Secretário da Segurança Pública e Secretário Chefe do Gabinete Civil do Governador. Como seus substitutos foram convocados o Primeiro Suplente Sócrates Pedro de Melo e o Segundo Suplente Luiz Ferreira de Barros, ambos do PDS. Esses suplentes permaneceram em exercício por quase todo o período da legislatura em virtude do remanejamento de outros deputados para o secretariado do Governador Wilson Leite Braga. Posteriormente foram nomeados os Deputados José Lacerda Neto, para a Secretaria de Serviços Sociais; Severino Judivan Cabral, para a Secretaria do Interior e Justiça; José Soares Madruga, para a Secretaria de Comunicação Social; e João Ribeiro, para a Secretaria de Saneamento e Habitação. Além dos dois suplentes já mencionados foram convocados, ainda, da bancada do Partido Democrático Social, os Suplentes Everaldo da Costa Agra, José Dantas Pinheiro e Romeu Gonçalves de Abrantes. Da bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro foram convocados os Suplentes José Aldemir Meireles, Vanildo de Brito Caetano e Adhemar Teotônio Leite, que estiveram em exercício como substitutos de deputados licenciados para tratamento de saúde.

A crise política que abalou a estrutura do Partido Democrático Social durante a campanha para eleição do Presidente da República estendeu-se à Paraíba, provocando a cisão daquela agremiação partidária com a dissidência que deu origem ao Partido da Frente Liberal. Em virtude desses acontecimentos políticos a bancada pedessista ficou dividida em dois grupos; os que se mantiveram integrados ao partido e os que formaram o novo partido resultante da crise nacional que abalou substancialmente, em todo o país, a antiga e poderosa agremiação governista, considerada o maior partido político do continente americano. Mantiveram-se como integrantes do Partido Social Democrático os Deputados Aércio Pereira de Lima, Aloysio Pereira Lima, Antônio Quirino de Moura, Carlos Pessoa Filho, Francisco de Assis Camelo, Francisco Pereira Vieira, João Ribeiro, José Soares Madruga e Múcio Wanderley Sátyro. A bancada do Partido da Frente Liberal foi constituída pelos seguintes deputados: Afrânio Ataíde Bezerra Cavalcanti, Carlos Marques Dunga, Efraim de Araújo Morais, Egídio Silva Madruga, Evaldo Gonçalves de Queiroz, Fernando Paulo Carrilho Milanez, Francisco Evangelista de Freitas, José Lacerda Neto, Manuel Alceu Gaudêncio, Nilo Feitosa Mayer Ventura, Raimundo Benevides Gadelha, Severino Judivan Cabral e Vani Leite Braga Figueiredo. Na bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro ocorreu o desligamento do Deputado Marcus Odilon Ribeiro Coutinho que se candidatou à Prefeitura da Capital pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro, a que se filiou. A liderança desses partidos foi exercida pelos seguintes deputados: Egídio Silva Madruga e José Soares Madruga – PDS; Egídio Silva Madruga – PFL; e Edivaldo Fernandes Mota – PMDB.

Nesse período o legislativo paraibano aprovou numerosos projetos de lei que deram à administração estadual nova estrutura em seus quadros burocráticos. Foram criadas novas Secretarias de Estado e votado novo estatuto para o funcionalismo público, com a incorporação das vantagens e benefícios resultantes das conquistas sociais reivindicadas pelo servidor público a nível nacional, além do plano de classificação de cargos que se constituía numa velha aspiração do funcionalismo paraibano. Os poderes legislativo e judiciário foram igualmente beneficiados por novas leis de concessão de vantagens aos seus servidores, em paridade com os demais funcionários estaduais. Toda essa legislação foi fruto do trabalho e da colaboração dos nossos parlamentares, oferecendo ao Poder Executivo o apoio de que carecia para aprovação de mensagens consideradas essenciais à modernização do serviço público.

No início da legislatura, a 15 de março de 1983, a Assembléia, em sessão solene, deu posse aos Doutores Wilson Leite Braga e José Carlos da Silva Júnior nos cargos de Governador do Estado e Vice-Go-

vernador. Foi um ato que se revestiu de marcante significação pela sua importância nos acontecimentos da nossa história com a posse dos novos governantes do Estado, escolhidos em eleição direta, após um longo período de quase duas décadas de vigência do sistema de eleições indiretas instituído pelo governo da Revolução de 31 de março. No dia seguinte à posse do Governador Wilson Leite Braga a Assembléia aprovou a indicação do Doutor Osvaldo Trigueiro do Vale para a Prefeitura Municipal da Capital. A 14 de maio de 1986 esteve reunida para tomar conhecimento das renúncias do Governador Wilson Leite Braga e do Vice-Governador José Carlos da Silva Júnior que se afastaram dos seus cargos para se desincompatibilizarem como candidatos ao Senado Federal e ao Governo do Estado, respectivamente. Em virtude da vacância decorrente dessas renúncias e não tendo o Deputado Evaldo Gonçalves de Queiroz, na condição de Presidente da Assembléia Legislativa, assumido o governo do Estado por ser candidato a Deputado Federal, foi empossado na chefia do Governo, de acordo com a linha de substituição prevista na Constituição Estadual, o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Rivandro Bezerra Cavalcanti, que permaneceu à frente do governo até 16 de junho de 1986, quando a Assembléia, cumprindo o disposto no § 1º, Art. 56, da Constituição Estadual, voltou a se reunir como Colégio Eleitoral, escolhendo para os cargos de Governador do Estado e Vice-Governador o Senador Milton Bezerra Cabral e o Deputado Antônio da Costa Gomes, que foram empossados no mesmo dia para conclusão do quatriênio.

Os trabalhos realizados durante essas quatro sessões legislativas foram dirigidos pelas duas Mesas eleitas com mandato de dois anos, mantidos os mesmos critérios que presidiram a escolha dos integrantes do órgão diretor da Assembléia, desde a legislatura anterior. Essas Mesas foram constituídas pelos seguintes deputados:

PRIMEIRA E SEGUNDA SESSÕES LEGISLATIVAS
(1983 – 1984)

- José Soares Madruga – Presidente
- Nilo Feitosa Mayer Ventura – Primeiro Vice-Presidente
- Egídio Silva Madruga – Segundo Vice-Presidente
- Antônio Quirino de Moura – Primeiro Secretário
- Múcio Wanderley Sátyro – Segundo Secretário
- Manuel Alceu Gaudêncio – Terceiro Secretário
- Francisco Pereira Vieira – Quarto Secretário.

Para escolha dos membros desta Mesa prevaleceu o critério partidário com a eleição de deputados pedessistas para todos os cargos, não

havendo, por parte da bancada oposicionista, nenhum entendimento para a sua composição, o que levou os deputados do PMDB a se desinteressarem pelo pleito. No desempenho do seu cargo o Presidente José Soares Madruga teve oportunidade de assumir o governo do Estado, substituindo, eventualmente, o Governador Wilson Leite Braga e o Vice-Governador José Carlos da Silva Júnior em virtude da ausência dos mesmos que se encontravam tratando de interesses da administração estadual junto aos órgãos do governo federal, em Brasília, e a organismos de financiamento em São Paulo e Rio de Janeiro.

TERCEIRA E QUARTA SESSÕES LEGISLATIVAS
(1985 – 1986)

- Evaldo Gonçalves de Queiroz – Presidente
- Afrânio Ataíde Bezerra Cavalcanti – Primeiro Vice-Presidente
- Antônio Waldir Bezerra Cavalcanti – Segundo Vice-Presidente
- Carlos Marques Dunga – Terceiro Vice-Presidente
- Severino Ramalho Leite – Primeiro Secretário
- Efraim de Araújo Morais – Segundo Secretário
- Aércio Pereira de Lima – Terceiro Secretário
- José Luiz Júnior – Quarto Secretário.

A eleição dos integrantes desta Mesa processou-se no clima de entendimento que voltou a dominar a linha partidária das bancadas do PDS e do PMDB com assento na Assembléia. Em conseqüência desse entendimento foram eleitos três deputados oposicionistas que exercem, atualmente, os cargos de Segundo Vice-Presidente, Primeiro e Quarto Secretários. Os demais cargos são ocupados por deputados do PDS e PFL, tendo este último sido contemplado, ainda, com a Terceira Vice-Presidência, que passou a constituir mais um cargo na Mesa, a partir da data da posse dos seus membros.

Coube aos integrantes desta Mesa promoverem as comemorações do sesquicentenário de criação da Assembléia Legislativa, realizando eventos do maior significado para o brilhantismo dessas comemorações, como o painel sobre "O Nordeste e a Nova República", iniciado com uma conferência do Ministro do Interior, Ronaldo da Costa Porto. Foi realizado, ainda, como parte dessas comemorações, o painel sobre "Assembléia Nacional Constituinte", que teve como conferencista o Governador Esperidião Amim, do Estado de Santa Catarina. O Presidente Evaldo Gonçalves de Queiroz, além do esforço que desenvolveu para o êxito dessas festividades, assinalou a operosidade da sua gestão com a ampliação do edifício da Assembléia, que disporá de melhores condições com a construção de um anexo, já em fase de conclusão. Como vá-

rios dos seus antecessores teve, por igual, a oportunidade de assumir, eventualmente, o governo do Estado, de acordo com a linha de substituição prevista na Constituição Estadual

PRESIDENTES DA ASSEMBLÉIA

Fernando Paulo Carrilho Milanez
1981 – 1982

Evaldo Gonçalves de Queiroz
1979 – 1980
1985 – 1986

José Soares Madruga
1983 – 1984

NOTAS

Na relação dos primeiros deputados provinciais da Paraíba (Legislatura de 1835-37), levantada por Celso Mariz, há a omissão do nome de Manuel Simplício Jácome da Veiga Pessoa, o que não ocorreu com a relação de João de Lyra Tavares, publicada no "Almanack da Parahyba" para 1911, que fornece os nomes de todos os vinte e oito deputado integrantes da citada legislatura. No mesmo dia da instalação da Assembléia Legislativa Provincial, a 7 de abril de 1835, o Deputado Bento Correia Lima tomou posse como Presidente da Província na condição de candidato mais votado nas eleições para integrantes do legislativo provincial, de acordo com o estabelecido no Art. 8º, da Lei nº 40, de 3 de outubro de 1834, que determinava a forma de substituição eventual do Presidente da Província até que se procedesse a escolha dos novos Vice Presidentes pela Assembléia Legislativa. Entre os Vices Presidentes eleitos, todos eles integrantes da Assembléia Legislativa, figuravam Manuel Maria Carneiro da Cunha, Luiz Álvares de Carvalho e Francisco José Meira que assumiram, interinamente, a Presidência da Província. Como substituto desses deputados, em seus eventuais afastamento da Assembléia, foi convocado o Suplente Francisco José D'Ávila Bitencourt que, em sua passagem pelo legislativo paraibano, teve oportunidade de apresentar a 25 de abril de 1835, um projeto de lei que objetivava reunir as Vilas de Montemor e São Miguel da Bahia da Traição em uma só, com a denominação de Vila de São Pedro e São Paulo de Mamanguape.

xxx

Na oitava legislatura (1850-51) figuram, apenas, vinte e seis deputados. Irineu Pinto, em suas "Datas e Notas para a História da Parahyba", fornece os vinte e seis nomes da relação de Celso Mariz e mais o de um outro deputado — Flávio Clementino da Silva Freire, o futuro Barão de Mamanguape. Apesar dessa omissão Celso Mariz, em notas que fazia juntar a cada legislatura, refere-se à volta dos conservadores José Gomes de Sá e Flávio Freire aos quadros da Assembléia Legislativa, deixando, porém de incluir o nome deste último em sua relação. A relação de João de Lyra também não o incluiu.

A relação de Celso Mariz, para a décima primeira legislatura (1856-57), apresenta, apenas, vinte e seis deputados. Tanto Celso como João de Lyra informam que deixaram de ser reconhecidos dois deputados, sendo as duas vagas preenchidas pela convocação de suplentes, mas não indicam os nomes desses suplentes. Por outro lado verifica-se que um desses deputados reconhecidos para essa legislatura tem o seu nome indicado duas vezes, tanto na relação de Celso Mariz como na de João de Lyra, aparecendo em ambas como Francisco Lucas de Sousa Rangel e Dr. Francisco Lucas de Sousa Rangel o que dá a entender que se trata de uma só pessoa. O Dr. Francisco Lucas de Sousa Rangel era bacharel em direito, formado em Olinda no ano de 1853. Foi proprietário do Engenho Várzea Nova, Professor do Liceu Paraibano, Suplente de Juiz Municipal da Capital e Advogado da Santa Casa de Misericórdia. Cavaleiro da Ordem da Rosa. É possível que se tenha repetido o seu nome por um lapso do copista. Mas o curioso em relação a essa legislatura é que a sua constituição já devia ser de trinta deputados, de acordo com o disposto no parágrafo 16, Art. 1º, do Decreto Imperial nº 842, de 19 de setembro de 1855, que aumentou de vinte e oito para trinta o número de deputados Provinciais da Paraíba e de Alagoas. Por que, na Paraíba, só a partir de 1860, deram cumprimento a esse dispositivo legal?

xxx

Celso Mariz, ao relacionar os deputados eleitos para a décima segunda legislatura (1858-59), informa que o Dr. Manuel Tomaz Tertuliano Henriques tivera a sua eleição anulada, sendo o seu lugar preenchido por um suplente, não indicando, porém, quem foi esse suplente.

xxx

A partir da décima terceira legislatura a Assembléia Legislativa passa a contar com trinta deputados, de acordo com o Decreto Imperial nº 842, de 19 de setembro de 1855, que adotou a divisão do eleitorado em distritos. A Paraíba tinha cinco distritos, cada um com seis deputados provinciais. É de estranhar que Celso e João de Lyra não tenham se referido à adoção desse sistema de representação eleitoral.

xxx

Celso Mariz refere-se a uma Lei Geral que havia dividido a província em dois distritos eleitorais – o primeiro, com dezoito deputados provinciais e o segundo, com doze. Nessa relação (décima quarta –

1862/63), é incluído o nome do Dr. José Rodrigues Chaves. É evidente o engano: tratava-se do Dr. João Rodrigues Chaves, paraibano ilustre que governou as províncias de Santa Catarina, Sergipe, Bahia e Pernambuco. Foi Presidente da Relação do Pará, Cavaleiro da Ordem da Rosa, sendo aposentado, como desembargador, com o título de Conselheiro da Coroa.

xxx

Nas notas de Celso Mariz, apensas à relação de deputados eleitos para a décima quinta legislatura (1864-65), há uma referência aos Henrique de Almeida (Felinto e Antônio) como integrantes dessa legislatura. Ocorre, porém, que a relação só cita o nome do Dr. Antônio Henrique de Almeida; o outro – o Dr. Felinto Henrique de Almeida, deve ter sido convocado como suplente. Fora ele deputado em 1858 e 1860, subindo depois ao Parlamento Nacional como Deputado Geral pela Paraíba. Verificou-se o mesmo com o Dr. Fausto Nominando Meira de Vasconcelos que é citado nas notas de Celso e deve ter sido convocado como suplente porque não consta da relação. Dos Sousa Gouveia citados nas notas de Celso apenas o Dr. Epaminondas de Sousa Gouveia figura na relação; os outros dois – Dr. Antônio de Sousa Gouveia e Dr. Francisco Ignácio de Sousa Gouveia deviam ser suplentes. Ambos foram deputados Provinciais noutras legislaturas. Outro provável engano de Celso é a referência ao Dr. Ivo Magno Borges da Fonsêca, citado em suas notas. Foi deputado na legislatura seguinte (1866-67).

xxx

Eleitos para a décima sexta legislatura (1866-67), os Deputados Ildefonso Ayres de Albuquerque Cavalcanti e Dr. Antônio de Melo Rogers não chegaram a tomar posse. Constam da lista que aparece incompleta, faltando um deputado, cuja eleição deve ter sido anulada, embora não haja referência ao assunto nas notas de Celso Mariz.

xxx

Celso Mariz, nas notas da décima oitava legislatura (1870-71), refere-se ao Dr. Benedito Marques da Silva Acauã, confundindo-o com o filho do mesmo nome, que, à época, estava residindo no Rio Grande do Sul, exercendo o cargo de Juiz Municipal de Passo Fundo, para o qual foi nomeado a 20 de fevereiro de 1869 e reconduzido a 1 de fevereiro de 1972. Já havia exercido aquele cargo em Minas Gerais, nos Termos de Serro, São João d'El Rei e Oliveira.

O nome do Professor Joaquim José Henrique da Silva não aparece na relação da décima nona legislatura (1872-73) mas é citado nas notas de Celso Mariz como antigo liberal já em posição diferente, juntamente com Crispim Antônio de Miranda Henriques, que consta da relação. É possível que Celso tenha confundido o conhecido rábula Joaquim José Mendes Ribeiro como o ilustre professor areiense Joaquim José Henrique da Silva.

x x x

Na relação de Celso, para a vigésima terceira legislatura (1880-81), constam os nomes de, apenas, vinte e oito parlamentares. Um dos eleitos, que consta da lista, não foi reconhecido; com ele seriam vinte e nove, faltando, ainda, um deputado não mencionado nem na relação de Celso, nem na de João de Lyra.

x x x

Para a vigésima quarta legislatura (1881-83) são relacionados, apenas vinte e nove deputados. O advogado José Pordeus Rodrigues Seixas completaria a lista mas teve a sua eleição anulada e Celso não indicou quem foi escolhido em seu lugar. Deve ter sido o Padre Manuel Vieira da Costa e Sá que era político na região do Rio do Peixe, onde militava o advogado José Pordeus Rodrigues Seixas. O nome do Padre Manuel Vieira da Costa e Sá é citado nas notas de Celso como um dos eleitos para preenchimento das vagas que ocorreram nessa legislatura.

x x x

Apenas vinte e oito deputados são relacionados para a vigésima quinta legislatura (1884-85). Celso informa que o Capitão Ascendino Cândido das Neves tivera a sua eleição anulada mas não cita o outro nome em falta na sua relação.

x x x

Nas últimas eleições realizadas, a 16 de setembro de 1889, para escolha de deputados provinciais foi eleito o Major João Antônio Ferreira, pelo Terceiro Distrito. Celso Mariz, ao noticiar essas eleições, fez a seguinte observação — "João Antônio Ferreira era João Antônio Ferreira Rocha, de conhecida família de Bananeiras. Mas só o encontramos nas litas com aqueles três primeiros nomes." O autor de "Memória da

Assembléia *Legislativa*" não atentou para um detalhe da política municipal, o que teria evitado esse seu engano. João Antônio Ferreira era um influente chefe político em Araruna, onde foi, no início do regime republicano, Intendente Municipal e Prefeito. Representou o seu município na Assembléia de 1882 a 1889. O outro a quem Celso se referiu não foi deputado provincial. Exerceu atividades como político em Bananeiras e comerciante em Guarabira. Era genro do Barão de Araruna – Estevão José da Rocha.

x x x

Os deputados constituintes de 1892 estão relacionados por Celso Mariz em número de trinta e dois, com dois nomes a mais. O Padre Manuel Mariano de Albuquerque e o Coronel João Leite Ferreira Primo, relacionados por Celso, não tomaram parte nessa constituinte. Apareceram, depois, como deputados à assembléia ordinária. O Padre Manuel Mariano como substituto do Deputado Gercino Martins de Oliveira Cruz que falecera em pleno exercício; o Coronel João Leite como substituto do Deputado Prudêncio Milanez que havia renunciado, ambos na fase constituinte. Ainda para essa legislatura, de 1982-95, figurou o Dr. José Elias de Ávila Lins que substituiu o Deputado Pedro Gambarra, de acordo com a informação do Celso Mariz.

x x x

A relação de Celso Mariz, para a legislatura de 1896-99, é acrescida dos nomes do Dr. João Pereira de Castro Pinto, Dr. Francisco Gouveia Nóbrega e do Padre Walfredo Leal, eleitos em 1897 para preenchimento de vagas. A inclusão desses três nomes na lista resultou na elevação no número de deputados, de trinta para trinta e três. As notas de Celso Mariz esclarecem o motivo dessa alteração de nomes na lista, em desacordo com a constituição legal da Assembléia.

x x x

Tanto Celso Mariz como João de Lyra Tavares não obedecem à seqüência do ordinal no período republicano. João de Lyra continua o ordinal iniciado na monarquia, incluindo como vigésima oitava legislatura (1890-91), a que não chegou a ser instalada em virtude da Proclamação da República. A terceira legislatura (1896-99), devia ser a segunda, mesmo porque não poderia ser levada em conta o período de Venâncio Neiva, em virtude da assembléia convocada por ele ter sido dissolvida

pelo Decreto nº 2, de 13 de janeiro de 1892, da Junta Governativa que assumira o governo estadual. Conseqüentemente, com a convocação de nova constituinte, em 1892, e sua transformação em assembléia ordinária, tivemos, pela segunda vez, no período republicano, mais uma primeira legislatura. No livro de Celso, à página 62, há a relação dos deputados eleitos em 1900, sem indicação da legislatura, que devia ser a terceira.

xxx

A relação da sexta legislatura, tanto Celso como João de Lyra, vem incompleta, faltando o nome do Deputado José Rodrigues de Carvalho, que consta da composição da Assembléia Legislativa publicada pelo Almanack da Parahyba para o ano de 1911.

xxx

Entre os deputados eleitos em 1916 constava o nome de José Gomes de Sá, conforme relação publicada pelo Almanack da Parahyba para 1917. Com ele completa-se a relação de Celso Mariz que cita, apenas, vinte e nove deputados.

xxx

A décima primeira legislatura, eleita para o período de 1928 a 1931, foi interrompida com a dissolução da Assembléia Legislativa, decretada após a Revolução de 1930. Essa legislatura, conseqüentemente, teve a duração de 1928-30 e não de 1928-1931, como consta do livro de Celso Mariz.

xxx

A primeira legislatura que funcionou após a promulgação da Constituição Estadual de 1935 tinha o seu período previsto para 1935-38, no entanto, com o golpe de estado de 10 de novembro de 1937, teve as suas atividades interrompidas em decorrência de nova dissolução do poder legislativo. Celso alude ao período de 1935-1938 e dá essa legislatura como sendo a décima terceira. Se Assembléia havia sido dissolvida com a instituição do Estado Novo é claro que ela voltaria às suas atividades em novo ciclo histórico, encerrada a fase constituinte de 1935, iniciando-se com a primeira legislatura e não com a décima terceira, como informa Celso Mariz. Bastaria consultar a ata da primeira ses-

são dessa legislatura que declara, textualmente — "Acta da primeira sessão preparatória da primeira legislatura da Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba, em 30 de setembro de 1935."

x x x

A desordem verificada em relação à seqüência do ordinal das legislaturas, tanto em Celso Mariz como em João de Lyra, também se observa em Luís da Câmara Cascudo, com o seu livro "Uma História da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte". Nesse livro o consagrado historiador norte-riograndense também não interrompe a seqüência do ordinal com a dissolução da Assembléia em 1930 e 1935. Há, nele, ainda, uma contradição em relação ao ordinal da legislatura de 1971-76 que, no seu livro, é dada como tendo sido a vigésima terceira (página 298). Mas esse seu livro é aberto com a transcrição da ata da sessão da Assembléia Legislativa em que o autor fez entrega dos originais de "Uma História da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte". Esse documento começa, em sua forma tradicional, com as seguintes palavras — "Ata da sessão solene de encerramento dos trabalhos ordinários da primeira sessão legislativa da sétima legislatura, realizada a 30 de novembro de 1971." Outros livros consultados, como "O Poder Legislativo Catarinense", de Walter F. Piazza, e "O Legislativo Piauiense", publicado pela Assembléia do Piauí, adotaram o critério que nos pareceu mais consentâneo na seqüência do ordinal das legislaturas, obedecendo os ciclos que seccionam a história do legislativo em todo o país:

1º — de 1835 a 1889 — período das Assembléias Legislativas Provinciais.

2º — 1891 — período que seguiu à implantação do regime republicano.

3º — de 1892 a 1930 — período compreendido entre o governo de Floriano Peixoto e a Revolução de 1930.

4º — de 1935 a 1937 — período constitucional interrompido pela segunda ditadura de Getúlio Vargas.

5º — 1947 — período iniciado com a reconstitucionalização do país, em 1945, ainda não interrompido, apesar dos Atos Institucionais da Revolução de 1964, que delimitaram e dificultaram o pleno funcionamento dos poderes legislativos.